



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CAMPUS DE LARANJEIRAS  
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA (DARQ)  
ARQUEOLOGIA BACHARELADO

LUCIANA DE SOUZA SANTOS

**SOB AS ÁGUAS DO RIO SERGIPE: RELAÇÃO COMERCIAL E MARÍTIMA DO  
PORTO DE SANTO AMARO DAS BROTAS/SE A PARTIR DO TRÁFICO INTERNO  
DE ESCRAVOS NO SÉCULO XIX**

Laranjeiras  
2014

LUCIANA DE SOUZA SANTOS

**SOB AS ÁGUAS DO RIO SERGIPE: RELAÇÃO COMERCIAL E MARÍTIMA DO  
PORTO DE SANTO AMARO DAS BROTAS/SE A PARTIR DO TRÁFICO INTERNO  
DE ESCRAVOS NO SÉCULO XIX**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Arqueologia do Departamento em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Arqueologia.

Área de Atuação: Arqueologia Histórica

Orientador: Profº. Drº. Gilson Rambelli.

Laranjeiras

2014

LUCIANA DE SOUZA SANTOS

**SOB AS ÁGUAS DO RIO SERGIPE: RELAÇÃO COMERCIAL E MARÍTIMA DO  
PORTO DE SANTO AMARO DAS BROTAS/SE A PARTIR DO TRÁFICO INTERNO  
DE ESCRAVOS NO SÉCULO XIX**

Monografia apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de bacharel em Arqueologia, à comissão julgadora da Universidade Federal de Sergipe.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Orientador: Profº. Drº Gilson Rambelli  
Universidade Federal de Sergipe

---

Profº. Drº. Leandro Domingues Duran  
Universidade Federal de Sergipe

---

Profº. Drº. Paulo Fernando Bava de Camargo  
Universidade Federal de Sergipe

Aos meus pais, por tudo.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, o criador de todas as coisas. Agradeço pela vida e por me dar forças para chegar até aqui. Nele eu acredito pelo amor, acredito pelo amor incondicional entre os laços de sangue, família. Nele acredito pela força que me guia, me fortalece força que não me deixa desistir. Mesmo fazendo Arqueologia e estudando “Evolução” infinitamente, eu ainda continuaria acreditando na sua existência.

À minha vó Maria Genolita de Souza (in memoriam) por todos os ensinamentos que me fizeram ser a pessoa que sou hoje. Um exemplo de força, pessoa, mulher, um exemplo de vida. A ela eu dedico um amor sem limites!

À minha família, base da minha vida, pelo amor incondicional e por está ao meu lado em todos os momentos! Em especial a minha mãe Maria Nelma por está ao meu lado em todos os momentos. Por nunca ter desistido de lutar pelo meu futuro e dos meus irmãos. Com ela eu aprendi a ser forte, a seguir em frente mesmo com as dificuldades que a vida coloca em nossos caminhos.

Ao meu pai Edilson Alves por todos os ensinamentos, por ser o melhor pai do mundo sem entender muito as coisas, mas é sem dúvida o melhor. Agradeço por todos os sacrifícios e renúncias que fez em nome de uma vida melhor para mim e meus irmãos. Por eles eu estou aqui.

Aos meus irmãos.

Lucas Souza por todo o conhecimento que me passou durante toda minha vida. A ele eu agradeço por todo o tempo que acreditou em mim e por e me fez perceber que o conhecimento é o melhor poder que podemos carregar na vida.

À minha irmã Micherlaine Souza por ter compartilhado e me ajudado em todos os momentos que precisei. A ela eu agradeço pela distância que nos separa, mas que só nos faz perceber o quanto estamos unidas pelo amor entre irmãos. A ela eu também agradeço por ter me ensinado a sorrir mesmo no pior momento de dor. Lembro de suas risadas quando falávamos ao telefone quando ela estava acidentada. Ela ria e isso me fortalecia, mesmo sabendo da dor que sentia no momento.

À minha irmã Camila Souza por está comigo sempre, de corpo presente, e por me fazer ver um mundo totalmente de conto de fadas com o seu jeito inocente de ser. O futuro é esse momento. Ela me ajuda em tudo que preciso e briga por mim. Irmãos, obrigada pelo amor e por todos os laços que nos une. Em vocês eu posso confiar infinitamente.

Ao meu eterno amor, meu noivo Marcus Vinícius por está compartilhando a vida, e por todos os momentos de alegrias e tristezas. A ele eu dedico grande parte de tudo que sou hoje. Obrigada pelo amor, amizade, apoio, paz, companheirismo e por me compreender nesses dias loucura. Te amo meu amor!

Ao meu orientador, Gilson Rambelli, por toda orientação e por todas as aulas de Arqueologia Histórica, Arqueologia Subaquática e Teorias da Arqueologia. Aulas essas que irão permanecer em mim para o reto da minha vida. Ele com seu jeito livre de ser, nos ensinou os conteúdos das disciplinas, mas também nos ensinou lições de vida. Eu o agradeço pelo apoio quando cheguei com um projeto ainda imaturo, e nunca me deixou de lado. Sempre me deixou livre para que eu pudesse retornar. Tive medo de não conseguir, mas com ele eu também aprendi a seguir em frente. Mesmo com imaturidade, o projeto se consolidou.

Aos professores Albérico Nogueira, Olívia Alexandre, Suely Amâncio, Márcia Barbosa, Paulo Jobim, Emílio Fogaça, Moysés Siqueira, Verônica Nunes e a todos os outros que não mencionei se esqueci, por todas as orientações e disciplinas ministradas que foram essenciais na minha formação acadêmica.

A todos os funcionários da Universidade Federal de Sergipe Campus de Laranjeiras por fazer parte dos bastidores e deixar tudo organizado com esforço e dedicação.

À minha amiga comadre Jennifer Daiane por fazer parte da minha vida em todos os momentos de loucura e verdade. Agradeço também a ela por ter me dado um dos melhores presentes da minha vida, minha afilhada Maria Eduarda.

À minha amiga Ana Flávia pelo caminho percorrido e por todos os momentos de alegria e de tristeza. Nunca vou esquecer-me do tempo em que passamos juntas durante as pesquisas documentais. Tempo esse que nos sentávamos debaixo de uma árvore para comer biscoito sem suco e depois retomarmos as pesquisas. Tempo de aprendizado e reflexão.

Ao meu amigo Felipe Calasans pelo prazer de ter podido conhecer uma pessoa integra humilde que acredita e faz o bem.

À minha amiga Mariane Alves por todos os momentos de risadas e de companheirismo. Foi muito bom dividir as experiências e devaneios da vida.

À minha amiga Ana Lúcia, minha mãe emprestada por todos os conselhos e por me acolher como filha em sua vida. Por todo o tempo juntas e pela boa companhia nas viagens.

À minha amiga Joana Dias pela força e por me ensinar a ser guerreira, ela é um exemplo de mulher, de pessoa.

À minha amiga Tauana Moraes por todos os momentos puros, amizade e companheirismo

Aos colegas e amigos João Mozart, Genilson Gomes, Felipe Farias, José Edimarques, Augusto júnior, Márcia Rodrigues, Clarissa Teixeira, Gisélia Alves, Madson Fontes, Anderson Manuel, Alba Rosane Vani Piaia, Lucas Ferreira e todos. Agradeço aos amigos e colegas que fiz durante todo o período de universidade. Agradeço a minha turma de 2009 por todos os momentos compartilhados e todas as experiências trocadas. Agora nós vamos nos encontrar em outras circunstâncias na vida, mas acredito que cada um ficou representado de alguma forma na vida do outro. Valeu à pena.

À Gina Orlandinni pela ajuda de campo e todas as pessoas que participaram das entrevistas por terem sido tão sinceras e por não ter me negado ajudado naquele momento. Sem eles não seria possível obter bons resultados.

Enfim, agradeço a todos que me ajudaram de alguma forma na construção deste momento, me dando força e me apoiando para que pudesse chegar até aqui. Meu muito obrigada!!!

“O capitalismo não deve de forma alguma manipular o poder e o dever que temos na busca de uma sociedade mais justa”.

(FUNARI, 2003)



## **RESUMO**

As reflexões desta monografia centram-se numa discussão relacionada ao porto da cidade de Santo Amaro, das Brotas em Sergipe, considerando o tráfico interno de escravos no século XIX, bem como, entender a relação comercial e marítima. Para tanto acontece uma análise discursiva sobre Arqueologia Histórica, Marítima, Portuária e sobre o referido porto. Para a realização do estudo optou-se por uma pesquisa de campo que correlaciona dados orais e conteúdos teóricos. Para a coleta dos dados orais foi utilizada a ferramenta entrevista estruturada, mas com liberdade suficiente para os entrevistados exporem suas memórias relacionadas ao período de construção do porto, a escravidão e a importância deste para o tráfico interno de escravos. Considerando a importância da mão-de-obra escrava para o apogeu dos engenhos de açúcar em Sergipe, esse porto durante o início do século XIX, foi de suma importância para a economia local. Ficou evidente que se tratava de um porto com profundidade suficiente para que ali aportassem embarcações de vários tamanhos. Sua viabilidade marítima e econômica permitia a navegabilidade, e nele foi instalada a primeira alfândega sergipana da época.

**Palavras chave:** Arqueologia Histórica; Arqueologia Marítima, Arqueologia Portuária.

## **ABSTRACT**

The reflection of this monograph are centered on a discussion related of the port City of Santo Amaro Das Brotas in Sergipe, one of the small states of Brazil, where the internal traffic of slaves on XIX century, as well as understand the commercial relationship and sea. For both happen a discursive analysis an Historical Archeology, Maritime, Port on the port. For completion of the study it was decide by a field research that correlates data oral and theoretical content. For the collect oral speakers was utilized a tool structure interview, with a freedom enough for the people who can speak about it ,and expose their memories relationated at the period of construction of the Port,the slave and the important thing about the internal traffic of slaves. Considering the importance of slave labor for the heyday of sugar mill in Sergipe, this port during the beginning to the XIX century, was paramount importance to the local economy.It was evident that it was a port with sufficient spaces and sizes. The viability Maritime and economic was installed the first Custom House in Sergipe on this season.

**Keywords:** History Archeology; Maritime Archeology , Port Archeology.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 – Bohíos Moradia de Escravos.....</b>	<b>31</b>
<b>Figura 2 – Barracones Moradia de Escravos.....</b>	<b>31</b>
<b>Figura 3 - Quilombo de Palmares, no Brasil.....</b>	<b>32</b>
<b>Figura 4 - Representação de um navio de Quilombo da Cabaça .....</b>	<b>33</b>
<b>Figura 5 – Charruas, Tipo de Embarcação com Três Mastros.....</b>	<b>37</b>
<b>Figura 6 – Barca, Embarcação de Pequeno Porte.....</b>	<b>38</b>
<b>Figura 7 – Caravelas .....</b>	<b>38</b>
<b>Figura 8 – Estrutura de Um Navio Negreiro .....</b>	<b>39</b>
<b>Figura 9 – Negros no Porão .....</b>	<b>39</b>
<b>Figura 10 – Rota do Tráfico nas Américas.....</b>	<b>40</b>
<b>Figura 11 – Tráfico Interprovincial de Escravos.....</b>	<b>42</b>
<b>Figura 12 – Saveiros Utilizados Para o Comércio de Cabotagem.....</b>	<b>43</b>
<b>Figura 13 – Vista da Província de Santo Amaro das Brotas/SE no Século XVIII .....</b>	<b>54</b>
<b>Figura 14 – Capela Nossa Senhora das Brotas (1728).....</b>	<b>55</b>
<b>Figura 15 – Usina de Açúcar em Santo Amaro das Brotas/SE – Século XIX.....</b>	<b>56</b>
<b>Figura 16 – Trapiche (Século XVIII e XIX).....</b>	<b>61</b>
<b>Figura 17 - Engenho Pedras .....</b>	<b>63</b>
<b>Figura 18 – Senzalas em Forma de Pequenas Casinhas .....</b>	<b>64</b>
<b>Figura 19 – “Porto das Redes” (1860) - “ Trapiche Alfandegário” .....</b>	<b>70</b>

## **LISTA DE MAPAS**

<b>Mapa 1 – Topografia da Resistência de Cuba .....</b>	<b>30</b>
<b>Mapa 2 – Pesquisas em Arqueologia da Escravidão em Andamento no Brasil.....</b>	<b>34</b>
<b>Mapa 3 – Divisão Administrativa da Capitania de Sergipe em 1820 .....</b>	<b>51</b>
<b>Mapa 4 – Características Hidrográficas da Região.....</b>	<b>53</b>
<b>Mapa 5 - Província de Sergipe Del Rey – 1844 .....</b>	<b>62</b>
<b>Mapa 6 – Porto das Redes Atual, 2014 .....</b>	<b>81</b>

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 1 – Levantamento de Escravos da Província de Sergipe Entre 1873 e 1875 .....</b>	<b>66</b>
<b>Foto 2 – Dados da População Brancos, Pardos, Pretos e Índios de Sergipe em 1825/1830 .....</b>	<b>67</b>
<b>Foto 3 – Notícias Relacionadas ao Porto das Redes .....</b>	<b>72</b>
<b>Foto 5 – Estruturas Encontradas no Porto das Redes Atualmente .....</b>	<b>81</b>
<b>Foto 6 – Entrevistado Sr. Paulo Francisco dos Santos.....</b>	<b>84</b>
<b>Foto 7 – Entrevistado Sr. Emerson José da Cruz.....</b>	<b>86</b>
<b>Foto 8 – Entrevistado Sr. João Bispo de Jesus.....</b>	<b>88</b>
<b>Foto 9 – Entrevistada Sr<sup>a</sup>Adeilde Santos.....</b>	<b>90</b>

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1 - Unidades Produtivas de Açúcar Encontradas em Sergipe Del Rey .....</b>	<b>63</b>
<b>no século XIX .....</b>	<b>63</b>
<b>Quadro 2 – Distribuição da População Livre e Escrava do Cotinguiba – 1850 .....</b>	<b>65</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 – E ESSA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA?.....</b>	<b>19</b>
1.1 - Arqueologia Histórica no Mundo.....	19
1.2 - Arqueologia Histórica no Brasil.....	23
<b>CAPÍTULO 2 – TRÁFICO DE ESCRAVOS NO BRASIL: DIÁLOGO COM A ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO E ARQUEOLOGIA PORTUÁRIA.....</b>	<b>29</b>
2.1 - Arqueologia da Escravidão .....	29
2.2 - Breves Considerações Relacionadas à Arqueologia Portuária.....	44
<b>CAPÍTULO 3 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O PORTO DA CIDADE DE SANTO AMARO DAS BROTAS NO SÉCULO XIX: RELAÇÃO COMERCIAL E MARÍTIMA APARTIR DO TRÁFICO INTERNO DE ESCRAVOS .....</b>	<b>50</b>
3.1 - Sergipe, a Escravidão e a Pequena Cidade de Santo Amaro das Brotas .....	50
3.2 - Porto das Redes Viabilidade Marítima e Econômica no Século XIX.....	68
<b>CAPÍTULO IV - METODOLOGIA.....</b>	<b>78</b>
4.1 - Itinerários do Desenvolvimento do Estudo .....	78
4.2 - Estudo Bibliográfico e Documental: Discussão e Apresentação dos Conceitos Utilizados no Estudo .....	78
4.4 - Estudo de Campo no Porto das Redes.....	80
4.5 - Estudo de Campo Baseado em Informação Oral .....	82
4.5 - Resultados das Entrevistas Aplicadas .....	83
4.5.1 - Relatos Oraís .....	83
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>92</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>94</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>102</b>
<b>ANEXO 1 – Carta Cartográfica de Sergipe D’el Rey 1844 .....</b>	<b>103</b>

<b>ANEXO 2 – Mapa Com a Demarcação dos Engenhos de Sergipe D’el Rey 1844 .....</b>	<b>104</b>
<b>ANEXO 3 – Mapa com a Demarcação do Porto das Redes 1844 .....</b>	<b>105</b>
<b>ANEXO 4 – Notícias Relacionadas ao Porto das Redes 1854.....</b>	<b>106</b>
<b>ANEXO 5 – Notícias Relacionadas ao Porto das Redes 1853.....</b>	<b>107</b>
<b>ANEXO 6 – Notícias Relacionadas ao Porto das Redes 1853.....</b>	<b>108</b>
<b>ANEXO 7 – Notícias Relacionadas ao Porto das Redes 1853.....</b>	<b>109</b>
<b>ANEXO 8 -- Vista Parcial das Prospecções Realizadas nas imediações do Antigo porto Das Redes Feitas por Rambelli em 2011.....</b>	<b>110</b>
<b>ANEXO 9 -- Alguns dos Materiais líticos que foram Encontrados nas imediações do Antigo Porto das Redes por Rambelli em 2011.....</b>	<b>111</b>
<b>ANEXO 10-- Alguns dos Materiais Cerâmicos que foram Encontrados nas Imediações do Antigo porto das Redes por Rambelli em 2011 .....</b>	<b>112</b>



## INTRODUÇÃO

A monografia que aqui se apresenta trata de uma discussão sobre a relação do porto da cidade de Santo Amaro das Brotas/SE com a época em que a escravidão e o tráfico interno de escravos eram práticas muito comuns, não só em Sergipe, mas no país como um todo. O estudo se reporta aos acontecimentos datados do século XIX, onde a cidade de Santo Amaro ocupava uma posição de destaque como produtora açucareira em terras sergipanas e tinha como porta de entrada para o tráfico interno de escravos o Porto das Redes.

Sobre esse porto reza nos registros documentais que a navegabilidade do mesmo representava a possibilidade de descentralizar a navegação dos produtos da colônia através do porto de Salvador e Pernambuco, assim como a participação no tráfico interno negreiro em alta na época, definido por Subrinho (1983, p.25) como “novo e importante setor colonial” cujos ganhos comerciais fluíam até então, a nível de Nordeste, para as metrópoles de Salvador e Pernambuco.

Através das diversas possibilidades da Arqueologia, os registros históricos e memórias da população local de Santo Amaro das Brotas/SE, tornará possível realizar este estudo. Tem-se na Arqueologia uma ciência que durante muito tempo teve sua área de atuação restrita ao que a “aventura de caça ao tesouro, de busca de objetos exóticos”, o que é uma visão limitada e distorcida dos diversos universos de atuação da ciência arqueologia, que está apta para lidar não só com o estudo dos vestígios materiais, mas também com descobertas de cunho histórico e social, como acontece com a Arqueologia Histórica (SCATAMACCHIA 2005, p.17).

Para Funari (2003) a Arqueologia Histórica é um braço moderno da Arqueologia que tem crescido muito, pois possibilita aos arqueólogos históricos interpretações originais e inovadoras sobre os mais diversos contextos históricos. Thomasi e Milder (2010, p.229) acrescentam que os pressupostos teóricos dessa arqueologia são comuns a todas as “diversas arqueologias”, mas esta se difere das demais, pois possibilita o desenvolvimento de trabalhos baseados em “escrita e documentos escritos”.

“[...] Afirmar-se que a arqueologia histórica é uma disciplina ainda muito jovem, tendo se institucionalizado há apenas quarenta anos, nos Estados Unidos. No Brasil, sua prática tem-se ampliado, principalmente, a partir da década de 1980, em parte como resultado da restauração paulatina das liberdades públicas e do declínio do arbítrio, primeiro com a anistia (1979), o relaxamento da censura e, ao cabo, com a passagem a um regime civil em 1985”(FUNARI 2005, p.03).

Constata-se que, nos últimos anos a Arqueologia vem abordando e direcionando seus estudos para linhas de pesquisas que podem contribuir diretamente no discurso em que a sociedade é vista como fruto do capitalismo que transforma pessoas livres em escravos (FUNARI, 2003).

Oportuno comentar que a mão-de-obra escrava nesta época era bastante significativa, visto que por volta da segunda metade do século XIX, o Estado de Sergipe diante da difusão dos engenhos de açúcar, possuía segundo informações disponibilizadas no trabalho de Subrinho (1983, p.16) uma população de “55.600 habitantes, onde 13.217 eram brancos, 20.849 pardos, 1.641 índios e 19.893 negros”, considerando que os negros eram escravos libertos, tratava-se de um número expressivo representado por um percentual maior que 35% da população total do Estado. Sobre Santo Amaro das Brotas/SE a informação é da existência de 10 engenhos, não foi localizado informações precisas sobre o quantitativo de escravos nessa província durante o período estudado (NASCIMENTO et al, 2010).

“Esta ocupação dos férteis vales litorâneos se daria de forma relativamente acelerada: em 1724 existiam 25 engenhos em Sergipe, em 1802 o total atingia 140. [...] O panorama econômico-social de Sergipe contava com uma cidade, a capital, sete vilas – Sant Luzia, Thomar, Propriá, Lagarto, Itabaiana, Santo Amaro e Vila Nova; quatro povoações – Laranjeira, Pacatuba, Japarutuba e São Pedro (antigas missões)” (SUBRINHO 1983, p.16).

Como explícito no início dessa introdução traficar escravos passou a ser uma atividade econômica rentável. A dependência da mão-de-obra escrava por parte das províncias da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, grandes produtores de açúcar, foi ficando maior à medida que aumentava o número de novos engenhos. Sergipe possuía tantos engenhos e escravos que a população livre nas principais regiões açucareiras como de Laranjeiras, Estância, Capela, Socorro, Itaporanga, Divina Pastora, Santo Amaro e Santa Luzia, era bem menor quando comparada com o número de escravos. Essa situação demonstra como a economia dessa província era dependente da produção do açúcar e dos escravos (FIGUEIREDO, 1988).

Verifica-se ainda mediante leitura das memórias da época que a justificativa para a concentração de engenhos em Sergipe era o terreno fértil e a sua localização próxima há pequenos rios que favoreciam as necessidades de força matriz e o mais importante de tudo a possibilidade de navegabilidade segura e mais barata para o escoamento da produção açucareira. Muitos eram os navios que aportavam trazendo escravos e escoando o açúcar

produzido em Sergipe que era destinado quase que totalmente para os atravessadores da Bahia que negociavam com o mercado internacional.

Com a crise econômica gerada pela entrada de novos mercados produtores de açúcar, que vendiam a preços mais baixos, e as leis abolicionistas, que afetou principalmente os produtores de açúcar das províncias denominadas do Norte, entre esses os produtores de Sergipe, ocorreu que passou a ser mais rentável para os donos de engenhos venderem os escravos para sanar as dívidas. Essas províncias deixaram de importar escravos, pois já não precisavam de tanta mão-de-obra e passaram a exportar para as províncias do Sul (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo) que não foram afetadas pela crise, visto que não sobreviviam unicamente da produção do açúcar (SILVA, 2007a).

Essa explicação pode justificar o fato de que mesmo com a instituição da lei Eusébio de Queiroz, no ano de 1850, que proibia de vez o tráfico de escravos da África para o Brasil, a abolição da escravatura não foi completa, pois as províncias que passaram a ter sobra de mão-de-obra escrava passaram a exportar para as regiões que necessitavam de mão-de-obra escrava para tocar a lavoura. A essa movimentação dava-se o nome de tráfico interprovincial, onde os escravos do norte passaram a ser exportados para o sul do país. Para historiadores da época, essa situação motivou muitas fugas de escravos maltratados, com desejo de voltar para um antigo senhor ou local originário de parentes, ou mesmo por razões do coração (MOTT, 1987).

Considerando tudo que foi contextualizado até o momento, sobre o universo do Porto de Santo Amaro das Brotas/SE e a questão do tráfico interno de escravos no século XIX, bem como o fato de que a arqueologia histórica se baseia principalmente no estudo dos processos históricos do passado, se explica a viabilidade do desenvolvimento desta monografia, cujo objetivo principal consiste em entender a relação comercial e marítima no porto da cidade de Santo Amaro das Brotas, Sergipe a partir do tráfico interno de escravos no século XIX, considerando documentos da época e memórias orais de antigos moradores dessa cidade. São objetivos específicos desta pesquisa: contextualizar arqueologia histórica no contexto mundial e nacional; abordar sobre as arqueológicas da escravidão marítima e portuária; caracterizar a cidade de Santo Amaro das Brotas/SE e o Porto das Redes.

O desenvolvimento deste estudo tem como hipótese mostrar qual a importância do Porto das Redes no século XIX. E saber se na área desse Porto, tinha capacidade para suportar uma estrutura portuária capaz de aportar embarcações propícias ao tráfico interno de escravos

e favorecer a economia de Santo Amaro das Brotas/SE. Justifica-se pelo fato de que para a arqueologia rever fatos, a partir dos detalhes de sua atuação, representa para a sociedade um grande valor cultural. Para começar, ela não é de fato algo simples para ser observada, ao contrário é complexa, depende do ponto de como está sendo realizada. Depende, sobretudo, da forma como ela é interpretada, a prova disso é que ela é completamente interdisciplinar e pode ser praticada de várias formas, seguindo seus métodos e técnicas (FUNARI, 2003).

Argumentando sobre o papel da arqueologia na colaboração para o estudo da cultura material e como suas interpretações são consideradas dentro da sociedade, podemos verificar o porquê de muitas vezes a forma como a arqueologia é colocada provoca um não aceitação. Ela é motivo de verdadeiras discussões no seu modo de estudar a estrutura de suas abordagens. Sabendo que não existem verdadeiras formas de se fazer arqueologia, a disciplina exerce sua posição fundamental para complementar a arqueologia no contexto geral (FUNARI, 2003).

Assim tem-se como justificativa também, a falta de pesquisa realizada na área arqueológica relacionando a escravidão e o porto, porta de entrada de toda essa pesquisa.

Portanto, este trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro está encarregado de apresentar o contexto da arqueologia histórica, aborda o seu contexto no mundo e no Brasil esboçando seu arcabouço teórico que reforçam o potencial arqueológico da disciplina, depois suas linhas de pesquisas e suas correntes arqueológicas.

O segundo capítulo concerne a comentários sobre o tráfico de escravos no Brasil. Neste capítulo acontece uma discussão sobre arqueologia da escravidão e a portuária onde são apresentados os tipos de embarcações que eram utilizadas para o tráfico interno de escravos praticado no século XIX, principalmente em Sergipe.

O terceiro capítulo aborda a cidade de Santo Amaro das Brotas dentro do Vale da Cotinguiba e o Porto das Redes nas suas definições apontando como podemos inseri-los dentro da arqueologia portuária. Neste insere-se a caracterização da cidade apresentado informações sobre sua história, seus achados arqueológicos, a caracterização da sua população e sua economia do passado e atual. Também trata de uma explanação relacionada a todo o contexto histórico escravista da cidade no século XIX.

Trata-se da relação comercial e marítima do Porto de Santo Amaro das Brotas/SE e sua relação com o tráfico interno de escravos, considerando as memórias da população obtida mediante entrevista oral.

No quarto capítulo envolve a descrição da metodologia, e a análise e discussão com base nos resultados. Encerra-se com as considerações baseadas nos objetivos propostos para o estudo considerando os pontos de vista do discurso arqueológico aqui presente.

## **CAPÍTULO 1 – E ESSA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA?**

Este capítulo inicial aborda conteúdos bibliográficos relacionados aos conceitos utilizados no desenvolvimento do estudo como é o caso da arqueologia, e suas inúmeras ramificações, a Arqueologia Histórica. Compreende-se a arqueologia como uma ciência que volta suas preocupações não só no estudo dos materiais, como popularmente ela é enquadrada. Como se sabe a idéia da arqueologia dentre outras, busca estimular a curiosidade e acrescentar novas oportunidades para que aconteça a “possibilidade do resgate de informações e dados do passado” (SCATAMACCIA, 2005, p.17). Entende-se, portanto, que além da monumentação os estudos arqueólogos também se baseiam em vestígios de outra natureza, como os resquícios históricos.

Essa nova forma de ação da Arqueologia é recente e é resultante principalmente das teorias pós-processualistas que incorporam aos estudos dos arqueólogos novas propostas como colaboradores dos mais diversos projetos sociais. Para os adeptos dessas teorias a Arqueologia não deve se limitar somente a documentar os vestígios materiais das sociedades passadas, mas também construir algum tipo de conhecimento com base nesses vestígios. É devido a esse repensar que se admite a arqueologia histórica, aquática, pública, urbana e demais outras linhas de estudo. Para os pesquisadores positivistas e processualistas, a diversificação da arqueologia gera um distanciamento da verdadeira vertente prática da arqueologia que o estudo do campo e dos materiais e resulta simplesmente em especulação teórica (CARVALHO e FUNARI, 2007).

### **1.1 - Arqueologia Histórica no Mundo**

A Arqueologia Histórica atualmente num patamar mundial se enquadra como uma ciência dinâmica e intensa, voltada a apresentar ao arqueólogo a possibilidade de estudar a identidade das sociedades. Pode ser entendida como o estudo das sociedades com escrita. Observa-se que essa arqueologia nem sempre é identificada como histórica, como aconteceu nos estudos das grandes civilizações fundadoras do “Ocidente”, onde o que existia era a “arqueologia das sociedades”, a exemplo das Arqueologias Clássica, Bíblica, Egípcia e Médio-Oriental. Denominada mesmo com o termo “arqueologia histórica” foi utilizado particularmente para estudar um período histórico específico na América do Norte, o moderno (*sensu anglico*, i.e. do século XV em diante). Trata-se de um termo geralmente utilizados nos estudos desenvolvidos nas Américas (FUNARI, 2002).

De forma geral a Arqueologia Histórica se utiliza dos documentos escritos com a mesma importância que qualquer outra das diversas disciplinas que lidam com o estudo das sociedades através da documentação escrita. Além de ter a propriedade de acrescentar sua contribuição, não como mera ferramenta de apoio, mas como disciplina capaz de agregar mais riqueza a escrita, visto que a cultura material pode não só complementar as informações textuais já existentes, como fornecer novas que a escrita não possuía. Ela pode até mesmo ser útil para confrontar as fontes escritas (FUNARI, 2007).

Essa visão de disciplina não mais complementar de outras disciplinas dada aos estudos arqueológicos das sociedades se trata de uma visão relativamente nova, pois como já foi comentado durante muito tempo para os pesquisadores a arqueologia histórica serviu como colaboradora das fontes escritas, mas com o aumento das pesquisas no Novo Mundo foi possível o repensar das práticas historiográficas e arqueológicas e constatar que essas disciplinas produzem novos conhecimentos diante do que já foi documentado (FUNARI, 2007).

Muitos são os rótulos que foram dados para a arqueologia devido ao fato de que a mesma sempre esteve associada e enraizada como ciência restrita de antiquário, que limita sua ação ao estudo do material e só se relaciona com o trabalho de campo. Foi com os estudos históricos de tipológicos e os estratigráficos de Thomsen, que transcendiam os artefatos e buscava descobrir o contexto que eles tinham sido encontrados e o que eles poderiam revelar sobre os costumes da época, que estudos somente escritos não bastavam para construir o passado pré-histórico. Foi nesse mesmo período encarado como de decadência da história textual que foram admitidos a contribuição da geologia e da biologia como novas disciplinas que possibilitavam entender o passado humano. Partiu de pesquisas como essa a constatação de que os estudos empíricos são partes de uma disciplina própria e não meros coadjuvantes. Por isso que se diz que a arqueologia histórica contribui na construção do passado como também possibilita desconstruir o presente. Igual a outras disciplinas ela já fez parte da antiga ideologia da existência de divisão dos conhecimentos, onde uma ciência empírica não agrega novos discursos sobre o passado humano aos já existentes (COSTA, 2010).

Dessa forma, para Funari (2002, p. 36):

“[...] Nas últimas duas décadas, preocupados com a análise da sociedade, os arqueólogos históricos têm, cada vez mais, focalizado sua atenção nos mecanismos de dominação e resistência e, em particular, nas características materiais do capitalismo, às noções de identidade, tratando de sociedades, de uma forma ou de outra, relacionadas ao arqueólogo”.

Segundo Najjar (2005), os estudos da arqueologia histórica são resultados da propriedade e do caráter multidisciplinar da arqueologia enquanto disciplina científica. É o resultado do diálogo com as mais diversas ciências na busca de informações baseadas não só em conteúdos artefatos, mas também documentos escritos, informação oral e a até mesmo na arquitetura. Através dos estudos dessa disciplina é possível ao arqueólogo obter uma visão mais abrangente das memórias do passado, pois se apresenta como sendo viável também estudar as relações sociais dos sítios em questão e ir além.

Enquanto disciplina histórica se propõe a investigar, descrever e explicar o comportamento humano a fim de possibilitar ao arqueólogo reconstruir o modo de vida das sociedades do passado considerando o cotidiano das pessoas, como elas se alimentavam, onde moravam, como se processavam as relações econômicas, qual a organização das estruturas sociais, de tal forma que o investigador fica apto a entender tanto os processos regionais ou mesmo globais como, por exemplo, o colonialismo, o capitalismo e a escravidão que é parte importante deste estudo. É bem mais que história social, pois a cultura material pode servir de indicador para comparar a cultura de tempos passados (COSTA, 2010).

Têm-se como lugar de origem dos estudos arqueológicos históricos os Estados Unidos, por volta do ano de 1492, quando da chegada de Colombo ao Novo Mundo. Inicialmente seu foco de atenção esteve atrelado às pesquisas relacionadas aos primeiros colonizadores anglo-saxões, mas aos poucos foram perdendo essa postura elitista e eurocêntrica, que tinha o interesse exclusivamente nas personalidades e localidades famosas, e foi se expandindo onde passou a estudar também a ocupação dos espanhóis e dos franceses que colonizaram uma grande parte do território norte-americano, bem como grupos de origem africana e indígena que tiveram contatos com a sociedade anglo-americana a partir da colonização (ORSER, 1992).

O foco dos estudos realizados na Europa, diferente do que aconteceu na América, o estudo das sociedades aconteceu de forma contínua. As grandes diferenças entre os dois contextos históricos da Europa viabilizaram enxergar de forma clara as diferenças sociais entre as civilizações da época caracterizada como pré-história e a história. Embora não tenha sido utilizada o termo arqueologia histórica, se conhecia as arqueologias surgidas no Velho Mundo que pesquisavam sobre a civilização européia e suas origens, uma vez que esses primeiros exploradores deixam muitos traços de sua presença no continente. Mesmo sem registros escritos, os pesquisadores a exemplos dos arqueólogos se utilizaram da narração para



reconstruir a sociedade da época, como se comprova com a Arqueologia dos celtas (ou de Hallstadt e La Tene). Depois vieram outras denominações como as conhecidas Arqueologia Clássica, Bíblica, do Egito e da Mesopotâmia, arqueologias que estudaram as grandes civilizações consideradas como legado ocidental (ORSER, 1992).

Verifica-se ainda que o legado da Arqueologia Histórica possui o poder de oferecer um espírito nacionalista. Observa-se essa particularidade ao verificar os estudos que foram desenvolvidos pelos pesquisadores sobre a Renascença, com base na literatura remanescente da era clássica, quando esses tinham o interesse de trazer à tona um passado glorioso das sociedades emergentes da Itália. É preciso deixar claro que os pesquisadores não se restringiram só a considerar a literatura da antiguidade clássica, mas expandiram as pesquisas para outros domínios como da arte e da arquitetura. Para esses discursos não foram considerados apenas os documentos escritos, mas também os objetos da cultura material que serviram como fontes de informações sobre a civilização clássica para atestar o passado tão glorioso dessa época (TRIGGER, 2004).

Enquanto saber constituído de muitos conhecimentos a presença da arqueologia histórica no mundo é vasta e assumi diversas linhas de estudo a exemplo do que se verifica na Argentina, onde se iniciou através dos estudos focados nas cidades coloniais, nas missões dos jesuítas e na arqueologia urbana em Buenos Aires e Córdoba. No Japão a arqueologia foi implantada depois da criação do museu nacional em Tóquio após 1871, depois enfoca seus estudos na história por volta de 1960, considerando a arquitetura local, hoje está focada no estudo da formação do estado japonês, da unidade nacional, e no estudo dos templos religiosos e cidades imperiais. A China se assemelhou ao início da arquitetura na japonesa. Na Austrália ela possui quatro fases onde a primeira de 1930 a 1960 onde se baseava em estudos contextuais e análise material; a segunda de 1960 a 1970 quando tem início a Arqueologia Histórica; a terceira de 1980 a 1990 quando o foco dos estudos esteve associado aos sítios arqueológicos e a quarta fase onde se registra uma queda nos estudos arqueólogos, crise que atualmente está superada. No continente americano atingiu o apogeu ao estudar as culturas dos Maias, Astecas e Incas. No México vem sendo usada desde 500 A.C. e continuou até a ocupação espanhola (MACKAY e KARSKENS, 1999; PATERSON e WILSON 2000; LITTLE 2009; apud COSTA, 2010).

Portanto, a Arqueologia Histórica se mostra como uma vertente ainda que recente capaz de abordar diversas áreas de um passado não tão recente considerando as relações de

poder, de dominação e de resistência. Foca suas pesquisas em estudos relacionados à identidade, gênero, ao nacionalismo e à etnicidade, dando voz às sociedades que não faziam parte da elite, arqueologia da resistência, arqueologia da repreensão dentre outras. Então considerando Funari (2002, p. 37):

“Nos últimos anos, contudo, os contatos entre os estudiosos de diferentes países e horizontes culturais mostraram a importância do diálogo com a ciência mundial, com outros pontos de vista, com a diversidade. Uma Arqueologia mundial significa uma variedade de interesses e sujeitos em confronto, com a introdução de agentes sociais, como as mulheres e os grupos étnicos e sociais, de diferentes ideologias, de uma heterogeneidade que está no presente e leva à busca dessa mesma diversidade no passado”.

É por esses motivos, diversas disponibilidades existentes, e a amplitude proporcionada a inúmeros temas prováveis, que a abordagem deste estudo está focada nos parâmetros arqueológicos históricos no Brasil.

## **1.2 - Arqueologia Histórica no Brasil**

A ciência arqueologia foi introduzida como prática acadêmica no Brasil no ano de 1822. A introdução dos estudos da arqueologia histórica no Brasil de forma sistemática se deu a partir de 1960, com as pesquisas relacionadas ao período colonial e as missões jesuíticas que se estabeleceram no sul do Brasil, focando principalmente no entendimento da relação existente entre os colonizadores europeus e os povos indígenas que habitavam o país na época do descobrimento. Influenciada pela arqueologia histórica norte-americana, estava identificada como elitista e focada na cultura material das elites coloniais (SYMANSKI, 2009; COSTA, 2010).

Consistia na então denominada arqueologia colonial, que baseava seus estudos nos sítios arqueológicos do período colonial entre os anos de 1965 a 1970. Para o desenvolvimento desses estudos os pesquisadores se utilizavam do modelo denominado como histórico-cultural. Neste modelo, teórico-metodológico, a busca dos arqueólogos consistia principalmente na identificação e delimitação espaço-temporal dos artefatos encontrados, e na associação destes a população específica. Durante o período de aplicação desse modelo, as pesquisas consistiam em comparar os achados com as cerâmicas de vilas espanholas e sítios missioneiros do Paraná e do Rio Grande do Sul. O propósito desses estudos era mostrar que as mudanças na cultura material dos índios guarani eram resultados do contato destes com os colonizadores espanhóis (SYMANSKI, 2009).

Esses primeiros estudos datados de 1960 foram realizados por pré-historiadores, sob a perspectiva somente da arqueologia de contato ou colonial. Apesar de se utilizar de alguns sítios históricos, a abordagem utilizada era antropológica baseada na continuação dos estudos pré-históricos relacionados aos povos indígenas e não fazia referência nenhuma à arqueologia histórica sobre a formação do contexto histórico da sociedade da época. Até mesmo os realizados na década de 1970 não abordam sobre o contexto social histórico. A preocupação dos estudos dessa época se encontrava principalmente em pesquisar os monumentos de "pedra e cal" como as igrejas e fortes, no sentido de entender a técnica construtiva e o espaço edificado dos mesmos, a pedido do Estado de maneira a atender os interesses restauradores ou conservacionistas de arquitetos e historiadores (COSTA, 2013).

Para Lima (1993, p.226) a arqueologia histórica no Brasil inicialmente sofreu influência da ideologia vigente nas “esferas patrimoniais”. Tornou-se fruto de “uma elite arquetônica”, que apreciava exemplares da arquitetura colonial, o que determinou por um considerável intervalo de tempo, os rumos da arqueologia histórica no país, que passou a se comprometer com os trabalhos de restauração de monumentos em geral empreendidos pelos órgãos encarregados da preservação do patrimônio histórico e cultural da nação.

Sobre a arqueologia da restauração, preconizada na década de 1970, esta direcionava suas pesquisas unicamente na busca de elementos para auxiliarem os projetos de restauração dos monumentos históricos existentes na época. A arqueologia não significava nada além de um acessório para contribuir com a arquitetura. Dessa forma o arqueólogo ocupava o lugar de técnico, e o historiador que apresentasse algum conhecimento sobre arqueologia, capaz de contribuir com os trabalhos de restauração estava apto a assumir o papel destinado ao arqueólogo (SYMANSKI, 2009).

A aplicação do modelo de aculturação em arqueologia no Brasil emergiu no final dos anos 1960. Consistiu na imposição aos índios que habitavam o Brasil colônia a adotarem as técnicas da tradição dos índios europeus. Com base nos estudos dos artefatos de diferentes categorias de sítios a cultura das sociedades indígenas do país foi sendo padronizada e as tradições ceramistas pré-coloniais, ao se unirem às tradições européias, resultaram na tradição Neo - brasileira. Esta metodologia acarretou na gradual perda da identidade dos índios nativos, pois prevaleceram somente à perspectiva do grupo politicamente dominante (SYMANSKI, 2009).

Sobre os indígenas encontrados no Brasil, estes inicialmente foram considerados nobres ancestrais, porém diante da negação em serem catequizados passaram a ser enquadrados como obstáculos que deveriam ser exterminados, pois estavam a impedir o desenvolvimento das atividades de extração dos recursos naturais realizadas pelos colonos. Cabia aos arqueólogos realizar a coleta de material arqueológico e etnográfico desses grupos indígenas, o que significava tomar posse da cultura material de um povo na iminência da extinção (FUNARI, 2002a).

Demorou muitos anos para que a arqueologia histórica focada no estudo das culturas das sociedades que existiam no Brasil colônia. Mesmo com a presença dos grupos subordinados constituído pelos índios nativos, negros e imigrantes, que fizeram parte da história da colonização brasileira, o estudo histórico desse grupo só foi permitido em 1985, com a queda do governo militar. Foi com o fim da ditadura militar que a arqueologia histórica se voltou para realizar estudos sobre a sociedade dos grupos subalternos, que foram dominados e escravizados. Por todo o país, foi liberado a municípios introduzirem artigos em suas legislações, buscando proteger os vestígios arqueológicos. Pela primeira vez, também, a Arqueologia começou a ser usada para estudar os grupos de descendência africana (ORSER, 1992).

Nos anos de 1980, se observa a fase de consolidação desta ramificação da arqueologia, onde Symanski (2009, p.03):

“Novas perspectivas no campo da arqueologia histórica brasileira, sendo reconhecido o potencial da disciplina no estudo dos grupos étnicos e segmentos subalternos que não tiveram possibilidades de escrever sua própria história, em recuperar memórias sociais, estudar práticas cotidianas e reinterpretar a história oficial”.

Tem-se na década de 1980 um período marcado como sendo divisor de águas, pois passou a ser foco da arqueologia histórica a necessidade de entender os povos ditos sem história, como os negros, os índios e não mais se ater a fatos da historiografia oficial que antes só se restringia a examinar informações do passado registradas em documentos escritos. Para os estudos arqueológicos pós-modernos, os processos sócio-culturais, tornam-se mais populares e foco da dimensão política da arqueologia histórica, que passa a atuar no sentido de proporcionar o empoderamento dos grupos oprimidos, tidos como marginalizados pela historiografia, uma vez que está não traz nada significativo registrado na forma de escrita sobre os primeiros povos que habitaram o Brasil. Tem-se na arqueologia histórica uma das

poucas possibilidades de ter acesso a conteúdos históricos desses grupos, enquadrados como os subordinados (SYMANSKI, 2009; COSTA, 2010).

A aceitação dessa corrente representa um salto na realização das pesquisas do histórico-cultural, para o processual, pois as pesquisas que até então estavam embasadas praticamente no modelo processual, tornam-se obsoletas e sem importância. A ênfase dada à pesquisa historiográfica se apresenta como um esforço que servia só para contextualizar os dados arqueológicos meramente ilustrativos, fato esse que reduzia a arqueologia apenas à sua dimensão descritiva (SYMANSKI, 2009).

Com a abertura as novas possibilidades da arqueologia histórica, voltadas às perspectivas críticas e simbólicas, baseadas na exploração de temáticas diversificadas, a exemplo do comportamento de consumo, relações de poder, gênero, construção de identidades, e o papel estruturador do ambiente construído e das paisagens ganharam enormemente espaços, como realização das primeiras pesquisas em ambientes subaquáticos. Com a nova preocupação de estudar a realidade das senzalas, os diversos sítios que por ventura foram inundados, não deixam de manter suas potencialidades arqueológicas e dão margem a achados nunca registrados na escrita. Para o estudo dos sítios imersos se apresenta como necessária a formação atual de arqueólogos mergulhadores, para que possam resgatar significativamente a nossa história neste tipo de ambiente (RAMBELLI, 2002SYMANSKI, 2009).

É preciso comentar que apesar das dificuldades de estudar os materiais provenientes do tempo da escravidão, o argumento de que os vestígios materiais ligados aos escravos não se preservaram e não são passíveis de identificação, não tem mais validade, quando se examina com mais atenção às relações contextuais entre grupos específicos de artefatos, sua distribuição no espaço de um sítio e suas associações com estruturas arqueológicas particulares desses grupos (SYMANSKI e SOUZA, 2007). Diante das inúmeras possibilidades dos estudos proveniente dos materiais é que se apresenta a importância da arqueologia histórica para desvendar o passado sócio-cultural dos escravos que estiveram no Brasil colônia.

No que foi tratado até agora, é oportuno abordar sobre a divisão na arqueologia que foi estabelecida, entre arqueologia pré-histórica e histórica. No Brasil, ou em qualquer país do Novo Mundo o início do período que abrange a arqueologia histórica nem sempre é fácil de ser determinado, pois não existe documentação escrita da data da presença mais antiga de

europeus nos países do Novo Mundo, a exemplo do Brasil. Os sítios são de difícil localização e quando encontrados apresentam uma grande dificuldade de serem estudados, já que a duração de ocupação não permitiu deixar muitos vestígios, além de que existem artefatos de origem européia em sítios aborígenes que suscitam questionamentos relacionados à como será que as sociedades nativas tiveram acesso àqueles artefatos exóticos, foram dos exploradores europeus ou teriam conseguido através de outros povos nativos, os quais por sua vez, os adquiriram por contatos diretos com os europeus (ORSER, 1992).

Diante dos inúmeros questionamentos é que se torna quase que impossível, estabelecer as datas dos verdadeiros contatos entre os europeus com os indígenas, dessa forma o início do período histórico só pode ser estabelecido a nível regional e de maneira incorreta. Com base nessa dificuldade os arqueólogos do Novo Mundo decidiram estabelecer na tentativa de delimitar o período histórico no Novo Mundo, em pré- histórico, proto- histórico e histórico. Tem-se dessa forma que o período proto- histórico como o tempo durante o qual exploradores europeus visitaram assentamentos indígenas no Brasil. Período esse que os povoamentos indígenas estavam sendo contatados pelos colonizadores europeus interessados em formar seus próprios assentamentos no que lhes pareciam terras novas e estranhas. Já entre a arqueologia pré-histórica e histórica, no ano de 1965 foi criada a classificação de sítios históricos (ORSER, 1992).

“Em 1965, Bernard L. Fontana criou uma classificação de sítios históricos com vistas a ajudar a definir o domínio da arqueologia histórica. Estes tipos de sítios seriam: “proto Históricos”, nos quais sítios indígenas, não contatados diretamente por europeus, contêm objetos europeus: “de contato”, habitados por índios durante a época de assentamento europeu: “pós-contato”, ocupados por índios depois, e não antes do contato direto com os europeus: de “fronteira”, nos quais ocorriam contatos recorrentes entre índios e europeus: e “não aborígenes”, que envolviam apenas marginalmente os índios, ou nos quais estavam completamente ausentes” (ORSER 1992, p. 20).

Essa definição pode ser considerada importante, entretanto ela não resolveu a questão de como distinguir entre onde se inicia um e termina o outro. Vem daí as várias definições nesse período denominado histórico para arqueologia no Novo Mundo, onde uma está voltada para o estudo dos povos que não fazem parte da elite dominante e, a outra é voltada para o estudo da elite colonizadora e a arqueologia histórica definida como a ciência que estuda as sociedades com escrita, independente do lugar; a arqueologia histórica se inicia, somente com a chegada dos europeus no Novo Mundo, deixando em aberto o embate entre colonizadores e colonizados (FUNARI, 2002; ORSER, 1992).

Portanto, acredita-se que essa arqueologia histórica tem o potencial de estudar tanto a elite, como também as classes que não tiveram vozes, como os escravos, os proletários, o papel da mulher, dentre outros. Com as novas perspectivas no campo da arqueologia histórica brasileira, encontra-se o reconhecimento do enorme potencial dessa disciplina ao estudar os grupos étnicos e os segmentos subalternos, que como já foi dito não tiveram possibilidades de escrever sua própria história, nem recuperar suas memórias sociais. Entende-se que para os arqueólogos estudar práticas cotidianas e reinterpretar a história oficial é mérito da arqueologia histórica (LIMA, 1993; SYMANSKI, 2009).

Dando continuidade à fundamentação dos objetivos proposto para o desenvolvimento deste estudo é imprescindível tratar não só da arqueologia histórica, que como se viu nesse tópico vem sendo largamente utilizada para desvendar o passado sócio-cultural dos escravos que estiveram no Brasil colônia, mas também comentar sobre a arqueologia da escravidão que é uma extensão da arqueologia histórica e arqueologia portuária que são áreas que contribuem com profundidade sobre as questões relacionadas aos africanos que foram traficados e escravizados principalmente no Brasil.

## **CAPÍTULO 2 – TRÁFICO DE ESCRAVOS NO BRASIL: DIÁLOGO COM A ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO E ARQUEOLOGIA PORTUÁRIA**

Este capítulo dizer respeito à descrição da arqueologia da escravidão, como surgiu e no que ela consiste e algumas considerações sobre a diáspora da escravidão também utilizada pelos arqueólogos para estudar o contexto histórico associado ao tráfego de escravos no Brasil. Também apresenta uma discussão sobre arqueologia portuária abordando sobre a sua relevância para favorecer ao tráfico de escravos ao discutir sobre as embarcações e as condições portuárias que favoreciam ao tráfico interno de escravos no país por volta do século XIX.

### **2.1 - Arqueologia da Escravidão**

A arqueologia da escravidão é um ramo arqueologia que emergiu a partir da década de 1960 nos Estados Unidos. Sua origem é resultado dos estudos dos arqueólogos históricos que pesquisaram as ruínas das treze colônias e as *plantations* neste país. Quando da realização destes estudos foram localizados uma grande quantidade de cultura material descendente de escravos, o que colocou a baixo a tese de que esses não produziram e não confeccionaram uma expressiva cultura material, portanto não havia muito a ser estudado. Foi graças aos movimentos dos anos 1960, que valorizavam a resistência dos escravos e a preocupação da arqueologia histórica dos anos 1970 em focar seu campo de ação para as minorias étnicas e as classes socialmente excluídas, como ficou explícito no capítulo anterior, que a arqueologia da escravidão expandiu nas últimas duas décadas, sendo o campo arqueológico histórico que mais cresceu nos EUA (SYMANSKI e SOUZA, 2007).

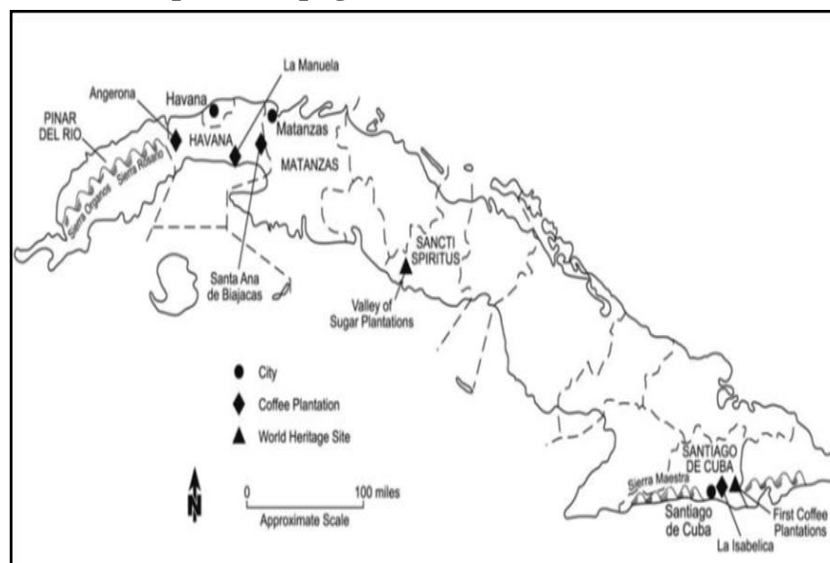
Vale ressaltar, que a arqueologia da escravidão é um ramo de estudo complexo, emergente e amplo. De forma resumida busca estudar as identidades culturais dos escravos afro-americanos, a partir dos vários contextos materiais, considerando que para os escravos essa atuação estava quase sempre focada em deixar de ser escravo. Suas revoltas e resistência estão registradas nos achados arqueólogos identificados nas cerâmicas, edifícios e habitações de diversas regiões da América, onde eles estiveram. Vem dessa razão que os arqueólogos que estudam os africanos que habitaram as Américas dêem tanta “importância à análise dos processos de resistência contra o sistema escravista e a formação e a transformação das identidades culturais dos escravos” (FERREIRA 2009, p.270).



Entende-se que a arqueologia da escravidão surgiu nos Estados Unidos, foi se espalhando pelo Caribe e chegou à América do Sul. Muitos são os achados arqueológicos encontrados no Caribe, nos Estados Unidos e na América do Sul a exemplo de cachimbos, fichas de jogo, contas de colar, cosmogramas e pedras polidas. “São artefatos que normalmente apresentam muitas semelhanças, e para serem adquiridos os escravos precisavam resistir e burlar os dispositivos de vigilância e opressão organizados por parte das pessoas que detinham o poder” (FERREIRA 2009a, p.03).

No Caribe, existe uma vasta riqueza que está sendo produzidas no ramo da arqueologia da escravidão. As pesquisas desenvolvidas em Cuba enfatizam essa resistência dos escravos ao controle e a submissão imposta pelos seus senhores. Assim como também estudam os sítios de plantação de açúcar, no centro de Cuba, e a paisagem arqueológica das primeiras plantações de café, no sudeste desse país como mencionado acima. São sítios tombados como patrimônio nacionais as ruínas *plantations* na Sierradel Rosário, em Pinar del Rio, a província mais ocidental de Cuba; Angerona, uma ex plantação de açúcar e, posteriormente, de café, na província de Havana e La Isabelica, perto de Santiago, no sudeste de Cuba, conforme ilustrado no mapa 1. A pesquisa arqueológica ainda está em curso em alguns destes sítios, por isso os relatórios arqueológicos da pesquisa ainda não estão disponíveis (SINGLETON e SOUZA, 2009).

**Mapa 1 – Topografia da Resistência de Cuba**



Fonte: SINGLETON e SOUZA (2009, p.19)

Em Cuba os escravos moravam em duas grandes categorias: bohíos, ou pequenos e individuais edifícios de pau-a-pique (equivalente a cabine escravo ou cabana) com telhados de palha em que as paredes são feitas de argila, madeira ou canas, conforme se observa na figura 1, e barracones, que são geralmente edifícios de alvenaria de vários tamanhos e formas (algumas foram semelhantes aos descritos anteriormente em forma das senzalas Brasil) conforme se observa na figura 2.

**Figura 1 – Bohíos Moradia de Escravos**



Fonte: <[http://www.lajiribilla.cu/2007/n333\\_09/333\\_01.html](http://www.lajiribilla.cu/2007/n333_09/333_01.html)>

**Figura 2 – Barracones Moradia de Escravos**



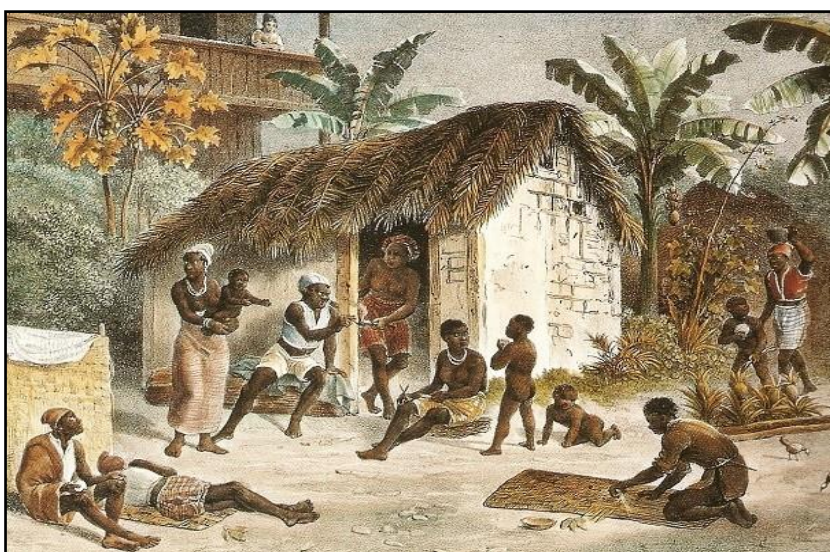
Fonte: <[http://www.lajiribilla.cu/2007/n333\\_09/333\\_01.html](http://www.lajiribilla.cu/2007/n333_09/333_01.html)>

Na América do Sul, desde a década de 1960, que a arqueologia da escravidão tem estudado sítios relacionados a escravos fugidos-quilombos. E atualmente paradigmas impostos estão sendo revistos, como o caso do quilombo dos Palmares-AL. Onde escravos fugidos do séc. XVII formaram uma organização que é um exemplo de luta e resistência (FUNARI e ORSER, 2004).

Existem evidências de que as pessoas que fugiam não viviam isoladas, e que as explicações históricas do estado rebelde são preconceituosas. As comunidades quilombolas frequentemente se parecem com assentamentos indígenas, os dissidentes quilombolas reverenciavam na verdade uma importante resistência política. Esses escravos fugidos se situavam nas áreas montanhosas das florestas, a aproximadamente 70 km da costa, no início do séc. XVII. Eram tantos os acampamentos dos escravos que fugiam que despertavam a fúria dos holandeses, que passou a ser considerada uma ameaça (FUNARI e ORSER, 2004).

Tem-se na pesquisa sobre quilombos forte sítio de estudos para as relações de poder, a criação e a manutenção de diversas conexões sociais; a preservação da vida econômica, política e espiritual dos escravos. Ao pesquisar os quilombolas os arqueólogos obtêm informações importantes sobre a criação da cultura africana. Verifica-se que quilombos Palmares, na figura 3, e Mose são os mais importantes dentro da história cultural da diáspora africana. São locais onde os aspectos culturais da vida dos africanos fora da África e apresentam novas informações sobre a criouliização, um tema emergente de grande importância para arqueologia histórica (ORSER, 1998).

**Figura 3 - Quilombo de Palmares, no Brasil**

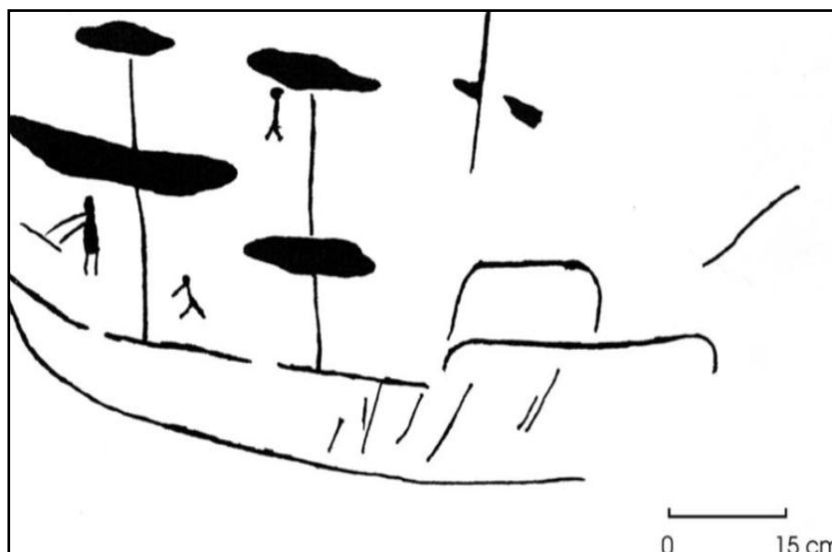


Fonte: <<http://www.capoeiramestrebimba.com.br/zumbi.html>>

Além do Quilombo<sup>1</sup>, outro forte estudo realizado é a série de pinturas rupestres produzidas em carvão que inclui a representação de uma figura humana mostrando escarificação facial cruciforme do sítio Guaratuja, e uma série de representações do Quilombo da Cabaça, incluindo uma cena de batalha, um navio europeu e um banguê, um dispositivo para o transporte de uma pessoa, composto por uma rede e suspenso por um galho de árvore realizada por dois homens (GUIMARÃES, 1990).

A imagem de um navio Europeu, figura 4 é significativa, considerando que estes sítios foram localizados muitos quilômetros distantes do mar. Analisando as representações do Quilombo da Cabaça, verifica-se um leque de possibilidades sobre os significados dessas representações, em geral, elas podem ser entendidas como um processo de superação da escravização. Interpretado como a sucessão de fases do ciclo de vida de uma pessoa escravizada: captura/escravidão, a passagem do meio, o trabalho escravo (expressa em transportar senhores nos banguês), fuga, e, por fim, a repressão (GUIMARÃES, 1990).

**Figura 4 - Representação de um navio de Quilombo da Cabaça**



Fonte: SINGLETON e SOUZA (2009, p.25)

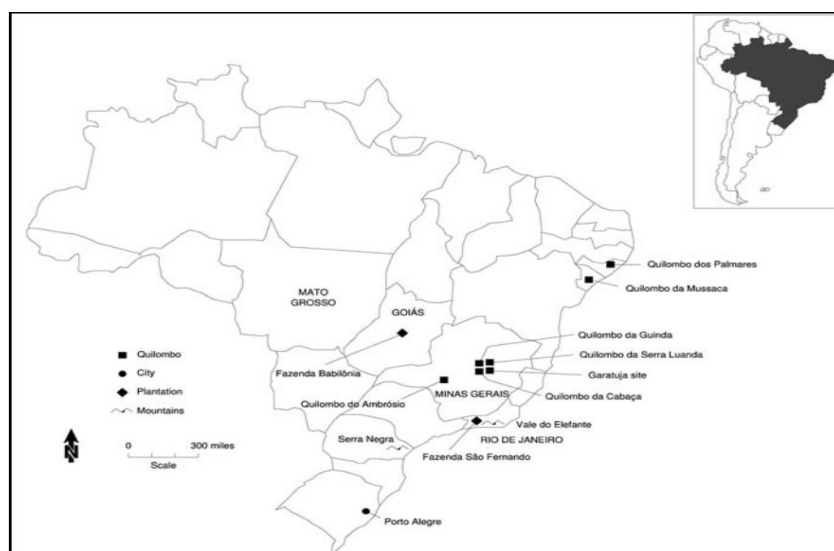
Contudo, mesmo com o crescimento da arqueologia da escravidão no Novo Mundo, as concentrações de pesquisas estão entre Argentina e Brasil. Na Argentina se encontra o pesquisador Daniel Schávelzón, que desde o final da década de 1990 detectou a presença, marcas e sinais da presença afroamericanos em Buenos Aires. No Brasil o enfoque está em

<sup>1</sup> Localizado em uma região de cerca de 30 mil km, entre os atuais estados de Alagoas e Pernambuco, Palmares chegou a reunir, em 1670, em torno de 50 mil pessoas, entre ex escravizados, índios e brancos pobres.

diversas áreas, como o da resistência escrava, os trabalhos dos pesquisadores: Carlos Magno Guimarães e Anna Lúcia Lanna realizaram escavações em quilombos em Minas Gerais, no final da década de 1970 (FERREIRA 2009a).

Recentemente as pesquisas em arqueologia da escravidão, no Brasil, acenaram novos avanços. Scott J. Allen, que mantém uma linha de pesquisa sobre o tema na Universidade Federal de Pernambuco, prossegue com seus estudos sobre o Quilombo de Palmares e, ademais, mapeia as regiões quilombolas de Alagoas e Pernambuco. Os pesquisadores Luís Cláudio Pereira Symanski e Marcos André Torres de Souza encaminham a Arqueologia da escravidão para outras direções. Pesquisando sobre a Arqueologia da diáspora africana. Ambos realizaram, ainda, estudos em “Arqueologia da paisagem em engenhos de Mato Grosso e Goiás, revelando a cultura material escrava, modelos de escravidão e as práticas religiosas de matriz africana” (FERREIRA 2009a, p.06), como podemos ver no mapa 2.

**Mapa 2 – Pesquisas em Arqueologia da Escravidão em Andamento no Brasil**



Fonte: SINGLETON e SOUZA (2009, p.16)

No tocante ao abordado até agora, torna-se plausível entender, que segundo as considerações de Ferreira (2009a, p.04), “os indivíduos, como sabemos, constroem suas identidades para poderem atuar no mundo”. Nisto, a atuação dos escravos no Brasil, quase sempre, um esforço no sentido de não permanecerem escravos. Não é estranho, assim, que os arqueólogos identifiquem, nas cerâmicas, edifícios e habitações de diversas regiões da América, atos de resistência à escravidão. A “africanização das Américas, portanto, reúne esses dois planos de análise: os processos de resistência ante o sistema escravista e a formação e a transformação das identidades culturais dos escravos” (FERREIRA, 2009).

Existe uma gama de diversidade afro presentes no continente, que estão sendo recém-pesquisadas, nos dias atuais. E isto permite passar por um reconhecimento de multiplural onde se esta acarretando uma redefinição dos grupos escravos, onde os antigos pressupostos que predominavam de escravos dominados, passivos e coesos, estão sendo levantadas a uma categoria de escravos que reagiram à instituição da escravidão (SYMANSKI, 2007).

Não se sustenta mais a justificativa historiográfica de que não há elementos materiais que mostrem visibilidade dos grupos escravos nos registros arqueológicos, e por na nossa fundamentação arqueológica o encontro desses elementos. Esses elementos são vistos, através da distribuição de um espaço de um sítio e suas associações com estruturas arqueológicas particulares e específicas (SYMANSKI, 2007).

Ao discutir sobre a arqueologia da escravidão no Brasil a primeira questão que emerge é como um grupo social que compôs a maioria da população do país tem sido tão pouco estudado. Essa questão torna-se ainda mais perturbadora quando se leva em conta a crescente produção historiográfica sobre o tema, que há muito tempo já derrubou o mito da inexistência de documentos sobre a escravidão no Brasil. O estudo de fontes como inventários, testamentos de senhores de escravos e de escravos alforriados, processos criminais e de inquisição, jornais da época, relatos de viajantes, dentre outros têm permitido aos historiadores explorar uma diversidade de temas incluindo demografia, estratégias familiares e práticas sociais e culturais (SYMANSKI e SOUZA, 2007).

Dentre as mais importantes contribuições dessa produção historiográfica destaca-se o reconhecimento da heterogeneidade dentro desse grupo: a condição comum da vida em cativeiro não foi suficiente para erodir as diferenças de ordem cultural entre os africanos de diversas origens, nem as diferenças de ordem social entre africanos, crioulos e mulatos. O argumento de que os vestígios materiais ligados aos escravos não foram preservados ou não foram passíveis de identificação torna-se insustentável quando examinados com atenção as relações contextuais entre grupos específicos de artefatos, sua distribuição no espaço de um sítio e sua associação com estruturas arqueológicas particulares (SYMANSKI e SOUZA, 2007). São alguns arqueólogos que pesquisam a cultura material escrava no Brasil: “Charles Orser Jr, Pedro Paulo Abreu Funari e Scott Allen” (FERREIRA 2009a, p.04).

Foi na década de 1990 que os arqueólogos que estudavam os escravos nas Américas, migraram para um campo mais abrangente. Deixam de estudar especificamente as *plantations* e passam a pesquisar sobre a arqueologia da diáspora africana, focando em temas como

liberdade e resistência. Sobre a diáspora africana, entende-se como sendo o fenômeno histórico e sociocultural que resultou da escravidão dos africanos que foram forçosamente transportados para outros países para trabalharem em serviços braçais. Foi graças às novas propostas da teoria pós-processualista, que contesta o fato de que existe correlação direta entre cultura e cultura material, que os arqueólogos pós-processualistas ao estudarem a identidade dos escravos consideraram que a cultura material possui significados que “são culturalmente específicos, e os mesmos artefatos podem ter diferentes significados em diferentes contextos” (CARVALHO 2011, p.04).

Tanto é que nos últimos 20 anos o foco da arqueologia da escravidão vem sendo direcionada a estudar o fenômeno da diáspora africana, que muito tem contribuído para a constituição do passado dos escravos, na forma de entendê-los e pensá-los. Ela é produto das novas abordagens amparadas em perspectivas críticas e simbólicas. Vêm da exploração de uma gama de temáticas que estudam o comportamento de consumo, as relações de poder e gênero, a construção de identidades, e o papel do ambiente e da paisagem nessa construção, que são características fundamentais da arqueologia histórica, que viabiliza que dar sentido ao fenômeno da diáspora africana (SYMANSKI, 2009).

Foi por meio dos estudos relacionados aos mistérios das descobertas dos cachimbos que vieram da África Ocidental que foram encontrados nas fazendas do Novo Mundo, até as pesquisas realizadas nos corpos dos escravos, por meio de estudos biorqueológicos que foi possível construir os contextos sociais da diáspora da escravidão. Contextos que atestam a existência de diversos estilos culturais, a forma como eles se alimentavam, como eles se relacionavam com seus senhores, a religiosidade, especificidades obtidas através da cultura material. São tantas informações sobre o passado dos africanos escravizados que esse se apresenta como o tema se não o mais estudado, um dos mais pela arqueologia histórica no mundo todo (FERREIRA 2009b).

No contexto da arqueologia histórica e da escravidão relacionada ao passado do tráfico de escravos no Brasil verifica-se que a escravidão no Brasil partiu do ano de 1450 a 1870, estima-se que nesses 400 anos milhares de africanos tenham sido traficados para as Américas, para trabalharem em inúmeras atividades econômicas, mas principalmente nas fazendas. No início com poucas exceções, os arqueológicos da escravidão tinham centrado seus esforços no estudo das grandes fazendas “*plantations*”, que faziam uso da mão-de-obra escrava na monocultura da cana-de-açúcar. Foram muitas as críticas a esse segmento, que priorizava o



estudo das senzalas consideradas melhores depósitos arqueológicos para a interpretação dos modos de vida dos escravos. Não era considerado até então importante estudar os escravos antes de eles serem escravizados ou como eles conseguiram através de diversos arranjos sociais e econômicos, “resistir à exclusão social” (SANTANA 2010, p.02).

Segundo Salvador (1981, p.17) “antes da utilização da mão de obra africana escrava na America foi utilizada a indígena que não se adaptou ao trabalho nas minas e nos engenhos. Diante dessa inadequação o aumento da demanda pelos negros africanos aumentou”. Verifica-se que as regiões de onde os africanos eram resgatados para o trabalho forçado na América não foram sempre às mesmas, tanto é que no século XVI e XVII as caravelas que traficavam os negros da África partiam do arquipélago de Cabo Verde e com o tempo foi irradiado para o Sul da África, englobando o Congo, Loango, São Tomé e Angola. O aumento da demanda pela mão-de-obra escrava no Brasil aconteceu com a descoberta de ouro em Minas Gerais e com o surto da produção açucareira, principalmente no nordeste que passou a necessitar de levadas contínuas de escravos ou “peças”. “Estima-se que somente durante o século XIX, 13,2 milhões de africanos foram forçados a imigrar para o continente americano” (SINGLETON e SOUZA 2009, p.08).

No início o transporte dos escravos comercializados para as Américas faziam uso de vários tipos de embarcações como as charruas, como exposto na figura 5, barca na figura 6 e as caravelas figura 7, embarcações com estrutura também variáveis de 100 à 1000 toneladas. “Ao aportarem na África os negros escravizados por outras etnias eram trocados por tecidos, pólvora, armas de fogo, tabaco e aguardente” (RAMBELLI, 2006, p.66).

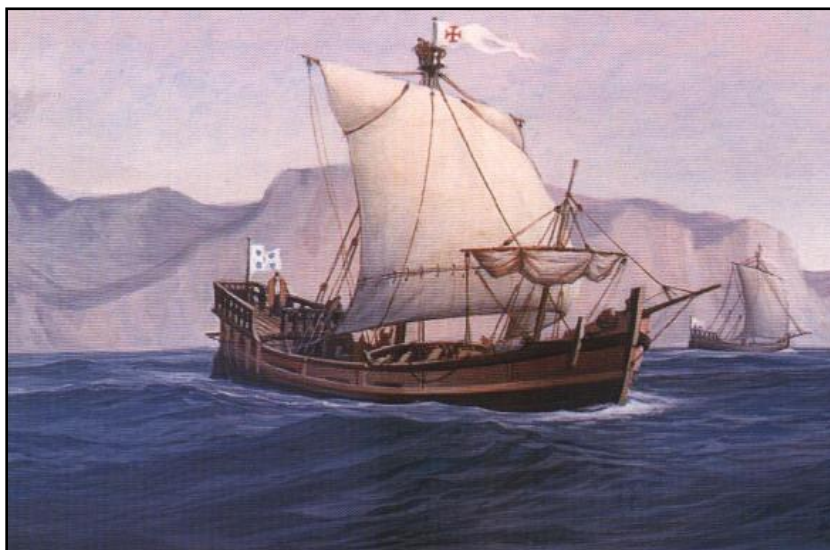
**Figura 5 – Charruas, Tipo de Embarcação com Três Mastros**



Fonte: <<http://pt.wahooart.com> -Um-navio-de-tr%C3%AAs-mastros-fora-Dover >.



**Figura 6 – Barca, Embarcação de Pequeno Porte**



Fonte: <<http://historiadosdescobrimentos.com. rumando-para-o-ocidente-e-o.html>>

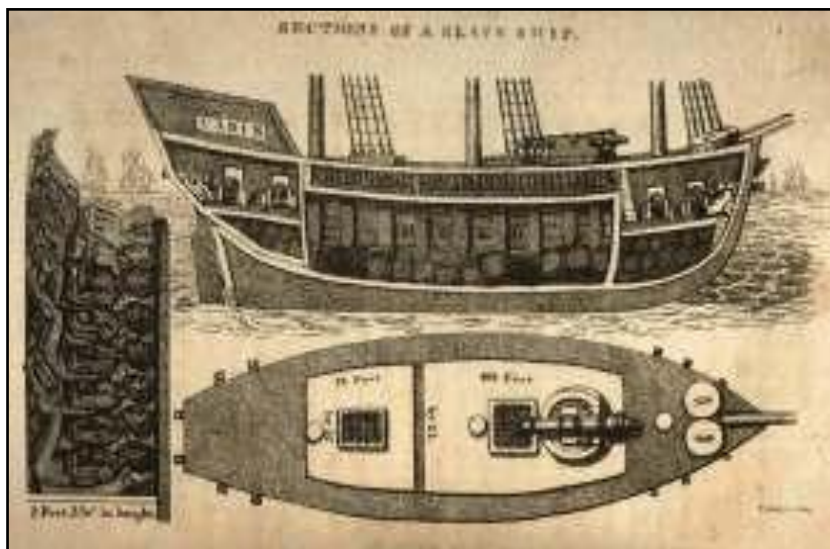
**Figura 7 – Caravelas**



Fonte: <<http://digitalblue.blogs.sapo.pt/634768.html>>

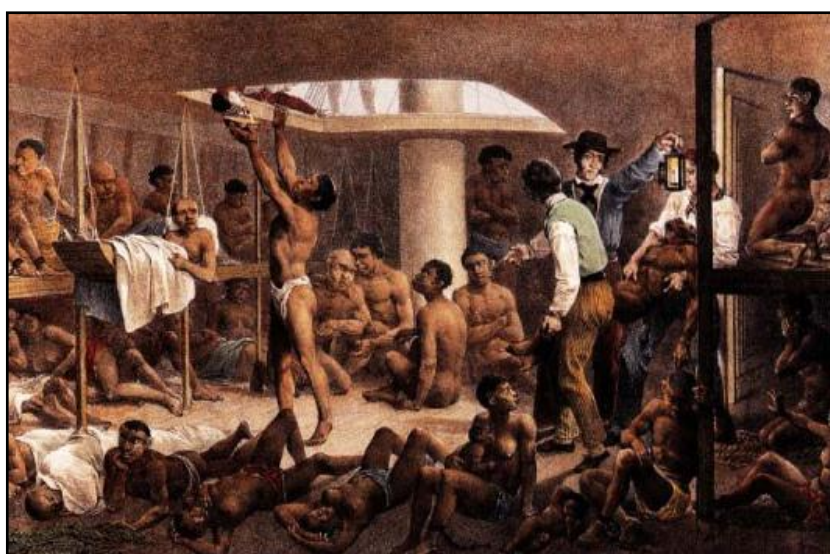
Com o crescimento da demanda por mais escravos e a concorrência pela priorização dos pontos de embarque de escravos nas regiões mais próximas e mais seguras, a escassez e o perigo fez com que os custos das viagens para traficar escravos aumentassem e diminuíssem os lucros do comércio, dentre as saídas encontradas foi à adoção dos navios negreiros, conforme figura 8 e 9, “embarcações criadas especificamente para transportar um número maior de “peças” de uma única vez”(SALVADOR 1981, p.37; RAMBELLI 2006, p.62).

**Figura 8 – Estrutura de Um Navio Negreiro**



Fonte: RAMBELLI (2003, p.62)

**Figura 9 – Negros no Porão**



Fonte: RAMBELLI (2003, p.61)

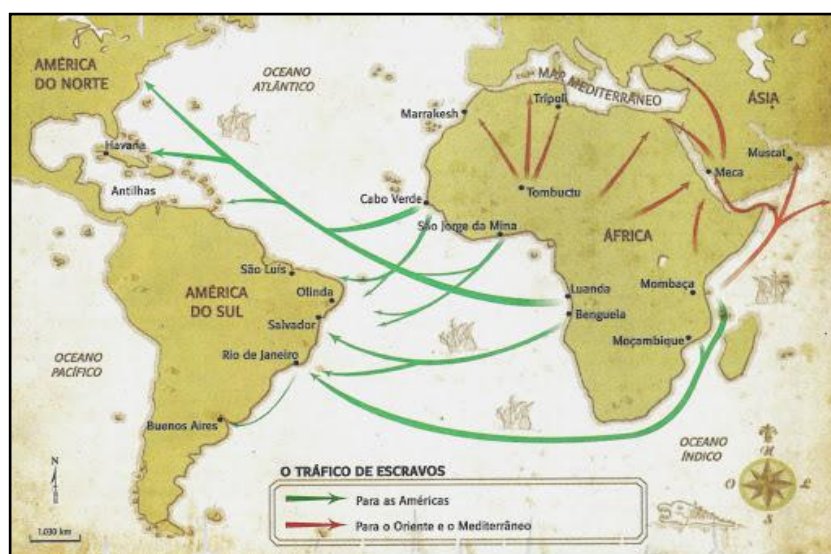
O comércio de escravos exigia toda uma mobilização de pessoas tanto no Brasil como na África, uma vez que antes da viagem havia a necessidade de providenciar os mantimentos para ida e até mesmo a volta, produtos para trocar pelos escravos, pessoas com experiência na organização e acomodação dos negros no navio, documentação alfandegária e principalmente muita água tanto para a tripulação como para os africanos traficados. Entende-se que tratava de um comércio que beneficiava não só aos poderosos e grandes traficantes, mas também toda uma rede que se desenvolvia ao redor dessas atividades, fornecendo suprimentos e comprando os escravos. “O lucro era tanto que mesmo com a proibição do tráfico de escravos para o

Brasil em 1831, resultante de pressão inglesa, esse comércio persistiu até metade do século XIX” (RAMBELLI 2006, p.67-68).

“A partir do século XIX, o sistema escravista passou a ser combatido pela Inglaterra, que colocou no Brasil trabalhadores assalariados com o intuito de por fim ao tráfico, pois os ingleses queriam ampliar seus mercados consumidores no mundo. Em 1831 foi sancionada uma lei, a qual decretou que todos os escravos que entrassem no Brasil ficariam livres, mas na prática isso não ocorreu. Nesse período, o Parlamento Inglês deu poder aos ingleses de aprisionarem navios de países que faziam esta prática” (NASCIMENTO et al 2010, p.129).

Foram tantos anos de tráfico e muitas foram as rotas do tráfico para as Américas, como se observa na figura 10, “que entraram no Brasil um número aproximado de 4 a 5.000.000 africanos através do comércio de escravos, essa quantidade era tão alta que superava qualquer outra nação nas Américas” (SINGLETON e SOUZA 2009, p.03). As províncias da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, integrantes do Nordeste Açucareiro, eram os maiores comerciantes de escravos do país (NUNES, 2006).

**Figura 10 – Rota do Tráfico nas Américas**



Fonte: <<http://hebreuisraelita.files.wordpress.com/2012/10/mapa-da-rota-do-tr3a1fico-de-escravos>>

É preciso esclarecer que mesmo sendo proibida a entrada de escravos africanos no país, o comércio internacional e o interno ou interprovincial<sup>2</sup>, como o que era praticado em Sergipe, era legal, tanto é que ele existiu durante quase todo século XIX, até que entrou em vigor a Lei Áurea que aboliu a escravidão de vez. “Nesse período por volta do ano de 1845 os escravos comercializados no mercado interprovincial passaram a ser negociados por sacas de café” (SUBRINHO 2009, p.43; NASCIMENTO et al 2010, p.129).

<sup>2</sup>O comércio de escravos, ou mais precisamente a venda de escravos residentes nas províncias nordestinas para proprietários, especialmente cafeicultores, residentes nas províncias do Sudeste (SUBRINHO 2009, p.44).

Conforme explicações de Silva (2007a, p.02) “o tráfico interno ou interprovincial de escravos aumentou na segunda metade do século XIX nas províncias do Norte, devido à crise econômica que prejudicou os plantadores de cana de açúcar e algodão”. Sem vender seus produtos, e com excesso de mão-de-obra escrava os donos de engenhos passaram a negociar seus escravos como forma de recuperar parte do capital investido na produção agrícola. Até ser abolido oficialmente, no ano de 1885, o tráfico interno movimentou cerca de 200 mil escravos das províncias do norte para as do sul (SILVA, 2007).

Já relatos de Nunes (2000) afirmam que o tráfico interno foi um dos motivos da redução do contingente de escravos em Sergipe no século XIX, principalmente das províncias da Zona da Cotinguiba, dentre essas Santo Amaro das Brotas. Acrescenta-se que no entendimento de Subrinho (1992, p.58) e Oliveira (2010, p.31) é “[...] pouco provável que o decréscimo numérico da mão-de-obra cativa alocada nos engenhos do Cotinguiba entre as décadas de 1870 e 1880 fosse um reflexo direto do comércio interprovincial de escravos”, para esses autores essa era uma região importadora de escravos entre os anos de 1873, ou seja, o tráfico existia, mas não foi o motivo para que se reduzisse o número de escravos no Cotinguiba (AMARAL, 2007).

Entende-se então, no que se refere à redução do número de escravos no Vale do Contiguiba, este se justifica principalmente não pelo tráfico interno, mas devido a um número alto de mortalidade dos escravos devido a cólera e alforrias que foram concedidas. Existe ainda a possibilidade de que escravos que até a crise estavam alocados nos sítios tenham sido repassados para os engenhos. A prioridade quanto a mão-de-obra existente nas propriedades coloniais passou a ser para os engenhos (OLIVEIRA, 2010).

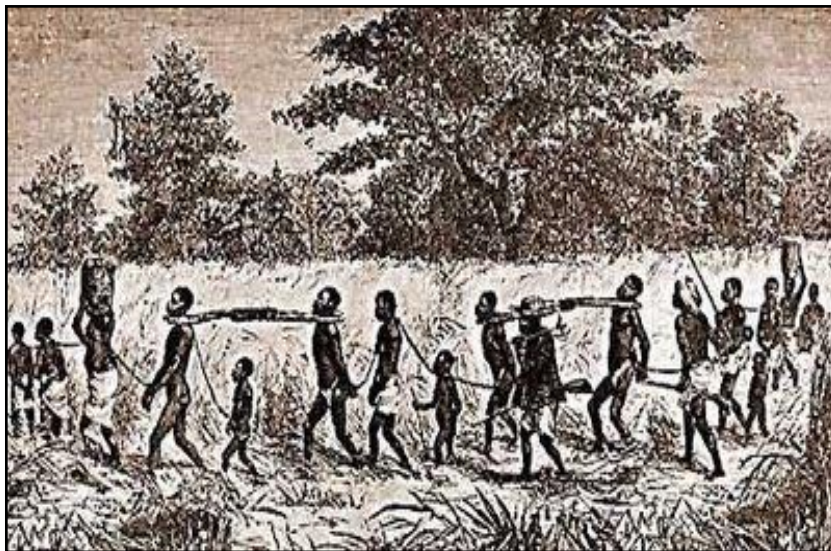
Robert Conrad (1975, p.209 apud SILVA 2007a, p.03), acrescenta que foram praticamente “três décadas de tráfico interno”, que só foi encerrado porque as taxas cobradas pelas províncias importadoras São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais foram ficando cada vez mais altas e inviabilizaram que essa modalidade de tráfico continuasse existindo.

Internamente os escravos quando eram transportados dentro da própria província de uma mesma região para outra, eles podiam ser transportados em caravanas a pé, conforme figura 11. No identificado como tráfico intraprovincial, o realizado de uma determinada região para outra, dentro de uma mesma província. Geralmente eram escravos rebeldes e



mulheres, visto que a Lei do Ventre Livre<sup>3</sup> os filhos de escravos nascidos depois da instituição dessa lei estavam livres e não podiam ser vendidos, o que para os donos representava custo.

**Figura 11 – Tráfico Interprovincial de Escravos**



Fonte: <<http://www.historiabrasileira.com/escravidao-no-brasil/trafico-de-escravos-para-o-brasil/>>

Ou da forma mais comum por meio do transporte de pequena cabotagem<sup>4</sup>, realizado entre estado e província. Através de pequenas e médias embarcações conhecidas como saveiros, embarcações usadas para fazer o transporte de mercadorias, os escravos eram transportados juntamente com diversas mercadorias para as províncias do sul ou para províncias de uma mesma região. O comércio costeiro da Bahia de pequena cabotagem acontecia entre o “porto de Salvador e os portos de Santo Amaro, Cachoeira, Nazaré, Itaparica, Valença, Camamú, Ilhéus, Porto Seguro e Caravelas” (Santos, 2013, p.32).

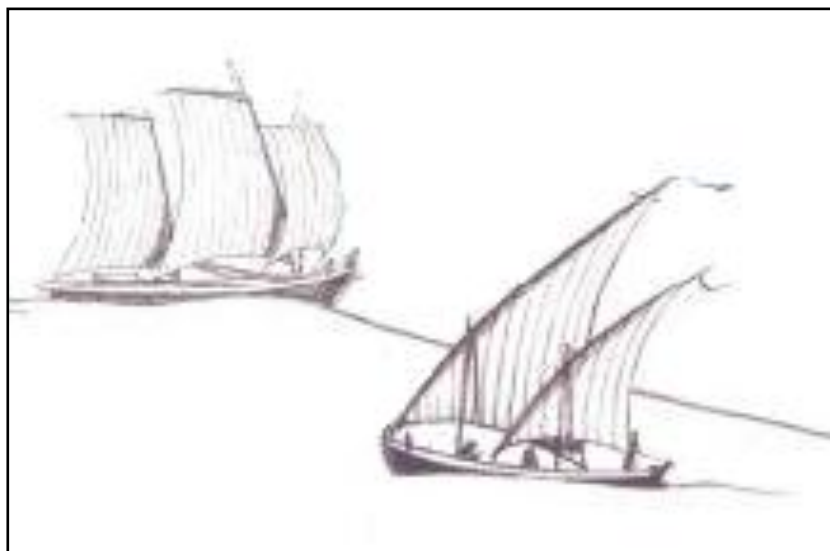
Os saveiros ou saveiro de carga, conforme figura 12, eram embarcações construídas de maneira artesanal, onde pedaços de panos cortados de forma quadrangular eram içados e armados em um mastro com duas velas. Conforme registros de Falcão (2010) o saveiro até hoje faz parte da memória coletiva e do imaginário do povo baiano.

<sup>3</sup>Promulgada em 28 de setembro de 1871, a Lei Eusébio de Queiroz determinava que os filhos de escravos nascidos depois da instituição dessa lei, ficariam em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, que ficavam obrigados a criá-los e tratá-los até a idade de oito anos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe teria a opção de receber do Governo Imperial a indenização de 600\$000 ou utilizar dos serviços do mesmo até a idade de 21 anos (OLIVEIRA 2010, p.36).

<sup>4</sup>O Comércio de cabotagem se dá por mar entre províncias ou estados de um mesmo país que trocam entre si produtos in natura ou industrializados nacionais ou estrangeiros. Já o comércio costeiro – ou pequena cabotagem – é o que se realiza por mar ligando as diversas praças comerciais de uma mesma província ou estado, diferindo da cabotagem por se circunscrever aos limites desta província ou estado (SANTOS 2013, p.32).

Araujo (2008 apud FALCÃO 2010, p.03) entende como sendo uma “estética das manifestações do Recôncavo Baiano”. Este tipo de embarcação foi muito utilizada para o transporte de cargas a granel na Baía de Todos os Santos<sup>5</sup>, no período em que não existiam “[...] malhas ferroviárias e as rodovias não eram boas o suficiente para o transporte de cargas” (FALCÃO 2010, p.03).

**Figura 12 – Saveiros Utilizados Para o Comércio de Cabotagem**



Fonte: Falcão (2010 p, 01)

Verifica-se que os saveiros eram embarcações favoráveis ao tráfico interprovincial ilegal de escravos por serem pequenas embarcações que passavam facilmente pela fiscalização, “escondidos entre caixas de cachaça, mel e açúcar” (Santos 2013, p.32) os escravos eram traficados quase sempre para as províncias do sul. Muito útil para o contrabando ilegal, não só de escravos mais também de mercadorias, os saveiros viabilizam a sonegação de impostos, pois como se sabe com a crise e a falta de mão-de-obra escrava para as plantações do sul, os escravos passaram a ser taxados com altos valores. Driblar a fiscalização e sonegar as taxas alfandegárias, para os donos de engenhos que passaram a vender seus escravos, passou a ser uma atividade que se tornou bastante lucrativa (SANTOS 2013).

---

<sup>5</sup>Para Salvador, a Baía de Todos os Santos é o maior acidente geográfico brasileiro deste gênero e sua base de sustentação enquanto cidade portuária. Esta baía representa o papel de pequeno mar interior, com navegação bastante ativa em função da boa localização do porto, seguro, largo e profundo que tem por núcleo a cidade de Salvador, que fica à sua entrada (ARAS e CHAVES 2000, p.02).

Como em outras províncias nordestinas, “a elite sergipana reagiu rapidamente à elevação do comércio interprovincial de escravos decorrente do aumento dos preços dos mesmos na região Sudeste, após a extinção do tráfico, que tinha como fontes as costas da África” (SUBRINHO 2009, p.45).

É preciso deixar claro que apesar de existir o tráfico interno com as províncias do sul, o que predominava mesmo na região do Vale do Cotinguiba era o comércio local de escravos, onde negociavam compradores e vendedores do mesmo município. Esse fato pode ser explicado por haver uma tendência por parte dos compradores em obter referências do comportamento do escravo principalmente sobre sua índole, hábitos, capacidade de trabalho, etc., antes de comprá-lo. Associado a essa vantagem existia o fato de os escravos nessa região eram abundantes, muitos destes filhos nascidos de escravos da região, sendo poucos trazidos da África. Só o fato de o escravo permanecer próximo aos seus amigos e parentes, evitava rebelião e tentativa de fuga. Essas vantagens os comerciantes de escravos de outras áreas distantes não podiam oferecer (AMARAL, 2007; SUBRINHO, 2009).

“É bem provável que a reprodução natural fosse o principal meio de manutenção e abastecimento do mercado interno de escravos em Sergipe. Realidade esta que explicaria alguns ofícios despachados ao Governo da província tecendo severas críticas à lei do Ventre Livre, promulgada em 28 de setembro de 1871” (OLIVEIRA 2010, p.35).

Considerando a importância dos portos, das rotas marítimas internas e dos saveiros para a economia de Sergipe durante o século XIX, além do objetivo maior de estudar a relação comercial e marítima do porto da cidade de Santo Amaro das Brotas/SE a partir do tráfico interno de escravos torna-se interessante realizar na sequência uma breve discussão relacionada à arqueologia portuária.

## **2.2 - Breves Considerações Relacionadas à Arqueologia Portuária**

Antes de discutir sobre arqueologia portuária é preciso entender os princípios da arqueologia marítima. Esse diálogo faz-se necessário para correlacionar as questões referentes ao tema proposto de estudar o Porto de Santo Amaro das Brotas/SE.

A arqueologia marítima “está voltada para o estudo da relação do ser humano com os cursos d’água, estando aí abrangidos os aspectos materiais e simbólicos dessa relação, expressa tanto em jazidas submersas, emersas ou na interface desses ambientes,”

(RAMBELLI, 2011, p.). Entende-se dessa forma que a Arqueologia Marítima se apresenta como uma forma de investigação mais abrangente do que a Arqueologia Náutica e a Arqueologia Subaquática, que seriam as vertentes molhadas da arqueologia. “A primeira aborda sobre a tecnologia naval do material flutuante antigo onde existe um objeto de estudo e a segunda está direcionada para os vestígios depositados em ambientes aquáticos, ou seja, tem o ambiente como campo de atuação” (CAMARGO 2009, p.54).

Sobre a Arqueologia Subaquática, podemos observar que essa segue rigorosamente os mesmos princípios da arqueologia, utiliza os mesmos conceitos e terminologias, e emprega os mesmos métodos e técnicas. Tem como princípios metodológicos o registro sistemático do contexto arqueológico e a interpretação dessas informações. Faz uso de uma tecnologia, o equipamento de mergulho autônomo (equipamento scuba), que exige o aprendizado do mergulho pelo arqueólogo. Dos seus pressupostos exclusivamente científicos faz surgir uma ética antipredadora e protecionista, uma vez que o fundamento da sua atividade é a produção do conhecimento científico e sua difusão, visando ao bem estar social, geral, e à diversidade cultural. Não o lucro (RAMBELLI, 2011).

Primeiro esses mergulhos demonstraram o potencial e a abundância dos sítios arqueológicos submersos, até então identificados pela comunidade acadêmica como eventos fortuitos e isolados. Segundo serviu para alertar sobre o perigo que esses mergulhadores podiam causar a integridade dos achados. Portanto foram os artefatos e estruturas submersas que geraram espaço necessário para o desenvolvimento da arqueologia marítima. Principalmente no século XIX, devido às culturas materiais encontradas. Acrescenta-se que foram as pesquisas realizadas em naufrágios que mostraram a importância dos sítios submersos como documento histórico, cujo potencial informativo podia ser perdido com os saques e retiradas de materiais (SCATAMACCHIA, 2005; DURAN, 2008).

Destaca-se que mediante a qualidade dos artefatos encontrados e resgatados, aos poucos a atenção dos pesquisadores foi se desviando da análise dos artefatos isolados resgatados para a compreensão da existência de sítios arqueológicos estruturados, refletindo assim numa nova postura arqueológica. Um exemplo dessa nova conduta está nos vários levantamentos sobre portos e estruturas litorâneas submersas encontradas no Mediterrâneo por volta do século XX (DURAN, 2008).

Por isso que se diz que “[...] a forma de utilização coerente da arqueologia marítima é o resultado do trinômio navegação/porto/cidade” (CAMARGO 2009, p.59).



A pesquisa arqueológica marítima possui características distintas e notórias quando comparada com as demais, mas o que ela de fato procura entender é o “significado da cultura material marítima, fruto das ações e práticas sociais dessas sociedades, pertencentes ao domínio da arqueologia” (RAMBELLI, 2003, p.30). Outras ciências, principalmente no que se refere às “técnicas de prospecção e amostragem” (SCATAMACCHIA 2005, p.58), tem ajudado no reconhecimento e na identificação dos sítios arqueológicos e os seus contextos de deposição, tanto em terra como embaixo da água.

Dentre as possibilidades de sítios de pesquisa da arqueologia marítima estão os sítios de naufrágios formados por restos de embarcações submersas; sítios de depósito formados por conjuntos de vestígios depositados no leito dos corpos d’água que se subdivide em ritualístico, que envolve intencionalidade e estreita relação com o universo simbólico frequentemente associado à religiosidade; e o de depósito propriamente dito, simples locais de descarte de lixo ou abandono de bens de forma intencional ou acidental; sítios terrestres submersos áreas que por um motivo ou outro se encontram submersos; sítios de interface formados por áreas que foram deliberadamente estabelecidas tanto em meio terrestre quanto na água, a exemplo do cais que possui parte submersa ligada a uma parte em terra; sítios subaquáticos ou de interface emersos, que são os sítios formados por estruturas que se encontravam depositadas ou construídas parcial ou totalmente dentro d’água, mas que, no momento de sua exumação, estavam em terra firme, “exemplo desses sítios acontece quando artefatos flutuantes são trazidos para a terra intencionalmente ou não, tal como no caso de uma embarcação carregada terra adentro por um ciclone” (CAMARGO 2008, p.86-87).

A arqueologia portuária, portanto estuda as estruturas portuárias, que se enquadram nas características dos sítios de interface, e podem conter todos os tipos de sítios arqueológicos tanto sítios terrestres submersos, sítios de interface, sítios subaquáticos ou de interface emersos, o que obriga o arqueólogo a desenvolver uma pesquisa de amplo escopo, tanto em terra quanto embaixo d’água, com base na arqueologia subaquática (CAMARGO, 2008).

Cabe acrescentar, no que se refere às pesquisas realizadas em ambientes portuários, que estas abordam estudos tanto em terra quanto embaixo d’água, e se baseiam nos enquadramentos da arqueologia subaquática (CAMARGO 2009). São sítios arqueológicos que guardam vestígios materiais da vida social humana em um dado momento, independente de ser submerso ou não (RAMBELLI, 2011).

“O patrimônio cultural subaquático é constituído por todos os bens moveis e imóveis, testemunhos de uma ação humana situados inteiramente ou em parte no mar, nos rios, nos lagos, nos cais, nas valas, nos cursos de água, nos canais, nas represas, nos reservatórios artificiais, nos poços e outros planos de água, em zonas de maré, manguezais, ou quaisquer outras zonas inundadas periodicamente, ou recuperados num tal meio, ou em margens atualmente assoreadas” (RAMBELLI 2011, p.39).

Para Rambelli (2002, p. 49), as áreas portuárias nada mais são que “os sítios localizados em ambiente aquático, associados a áreas portuárias”. Representam os depósitos de restos materiais provenientes das atividades rotineiras das embarcações nas áreas portuárias edificadas e também das atividades rotineiras das embarcações em ancoradouro dos portos naturais. Entende-se, portanto que o estudo sistemático de determinada área portuária fazem parte dos estudos realizados em superfície.

Há dois tipos possíveis de intervenção arqueológica portuária: pesquisas no porto e do porto. No primeiro caso as prospecções e escavações sistemáticas são realizadas na área do porto visando qualquer tipo de vestígio arqueológico que possa ser encontrado, desde acampamentos pré-coloniais até antigas fazendas. No segundo caso, o objeto arqueológico é o próprio porto e suas diversas fases de construção e camadas de ocupação (CAMARGO, 2008).

Acrescenta-se ainda que todo porto brasileiro quase sempre fica localizado próximo de alguma cidade, ou ainda uma pequena vila de pescadores. Mesmo nos caso em que existe a necessidade do porto ser construído afastado dos grandes centros urbanos, sempre ao seu redor vai existir, no mínimo, um pequeno povoado que acaba tendo sua dinâmica de alguma forma influenciando nas operações portuárias (CAMARGO, 2009, p. 40).

“[...] E o que ligava uma terra à outra senão o mar e os navios que transportavam gêneros, pessoas e idéias? E qual o último ponto de contato com a metrópole e o primeiro de contato com a colônia? Evidentemente, os portos” (CAMARGO, 2009, p.61- 63).

Como já foi comentado, eram através dos portos que circulavam os mais diversos tipos de embarcações nas linhas comerciais que compunham o dinamismo comercial do século XIX. Essas linhas ligavam um continente ao outro, principalmente na rota do tráfico de escravos das regiões da África. Foi essa disponibilidade de linhas comerciais que contribuíram para o dinamismo comercial do século XIX. Também se observou que a localização estratégica dos portos no Brasil e a diversidade de rios foram favoráveis a existência de inúmeras rotas do tráfico interno de escravos.

Verifica-se que nas respectivas cidades onde se localizavam os portos e no seu entorno diversos tipos de situações aconteceram a exemplo de períodos de conflitos bélicos, das atividades comerciais e das políticas intensas, como as baseadas na cobrança de taxas alfandegárias para a ocorrência do comércio de escravos. Não podemos negar que no período do Brasil colônia muitos foram os estrangeiros representantes comerciais ou mesmo proprietários de casas comerciais no país, que se instalavam nas localidades de um ou outro porto. Entende-se, portanto que o porto representava a ampliação das fronteiras comerciais e era o articulador das políticas externas que regiam as atividades comerciais da época (ARAS e CHAVES, 2000).

É importante comentar que da mesma forma que o porto promovia desenvolvimento por ser fundamental para o comércio e a troca de produtos do mundo todo, era através dele também que entraram no país as graves enfermidades, pois não tinha como evitar que marinheiros de vários navios nacionais e estrangeiros, entrassem nas cidades portuárias. Doentes devido as péssimas condições das embarcações, as condições insalubres dos portos também contribuíam para um ambiente propício a proliferação de doenças (ARAS e CHAVES, 2000).

“A epidemia do cólera *morbis* ocorreu na Bahia, no período que vai de 1855 a 1856, trazido à Bahia pelo navio “Imperatriz” do Pará e que, por sua vez foi, trazido pela galera portuguesa “O Defensor” da cidade do Porto, onde causou centenas de mortes. Os estudos chegaram a apontar para uma pandemia, já que a cólera tinha devastado quase todos os continentes. As enfermidades eram uma das causas de maior preocupação da gente do mar”(ARAS e CHAVES, 2000, p.07).

No Brasil colonial, era raro encontrar um núcleo urbano que não estivesse associado a um curso d'água, grande, médio ou pequeno. Essa proximidade com os rios favorecia a disponibilidade de água para o uso doméstico, para a pesca, trazia vantagens para o comércio local e para o desenvolvimento regional, entre outras vantagens. Muitos dos portos que foram construídos no passado, deixaram marcas e ainda continuam servindo para o meio urbano atual.

Muitos são os portos que foram utilizados e ainda estão sendo úteis para o transporte fluvial, para a pesca comercial e lazer. Oportuno registrar que, embora hoje não circulem tantos bens como antigamente, visto que a tendência de transporte de cargas e mercadorias mudaram com os transportes terrestres. São nesses sítios que estão muitas das informações complementares necessárias para a arqueologia marítima.

É importe conscientizar as pessoas da importância do patrimônio cultural que se encontra por um motivo ou outro embaixo d'água. São estudos que devem fazer parte das preocupações de todos os arqueólogos, e não apenas dos que atuam no ambiente aquático. Como se busca saber a cultura material é cultura material, não importa se hoje está imersa ou emersa. Áreas portuárias, habitações pré-coloniais, pontes, fortificações, depósitos rituais, restos de embarcações naufragadas, entre outros, situados nos mais diferentes ambientes aquáticos do Brasil ajudam a compor um contexto arqueológico mais integro que sua contrapartida exclusivamente terrestre.

No caso deste estudo não é diferente, visto que o Porto das Redes, localizado na cidade de Santo Amaro das Brotas/SE, foi um marco no século XIX para o desenvolvimento local. Na sequência as informações relativas a essa cidade e ao porto localizado nas suas imediações.

### **CAPÍTULO 3 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O PORTO DA CIDADE DE SANTO AMARO DAS BROTAS NO SÉCULO XIX: RELAÇÃO COMERCIAL E MARÍTIMA APARTIR DO TRÁFICO INTERNO DE ESCRAVOS**

Considerando que o crescimento da economia sergipana no século XIX esteve atrelado ao apogeu dos engenhos de cana de açúcar, nesse ponto do estudo acontece a caracterização da cidade de Santo Amaro das Brotas/SE, uma das primeiras vilas de Sergipe, cujo destaque econômico foi favorecido pela presença do porto conhecido na época como Porto das Redes, marco maior no desenvolvimento econômico desse povoado. Para tanto este tópico traz comentários sobre seu passado histórico, questões relacionadas a escravidão, seus achados arqueológicos, sua população, economia do passado e atual. Também traz comentários sobre o Porto das Redes abordando sobre seu contexto histórico, sua viabilidade marítima e econômica no século XIX, considerando as memórias da população obtida mediante entrevista oral.

#### **3.1 - Sergipe, a Escravidão e a Pequena Cidade de Santo Amaro das Brotas**

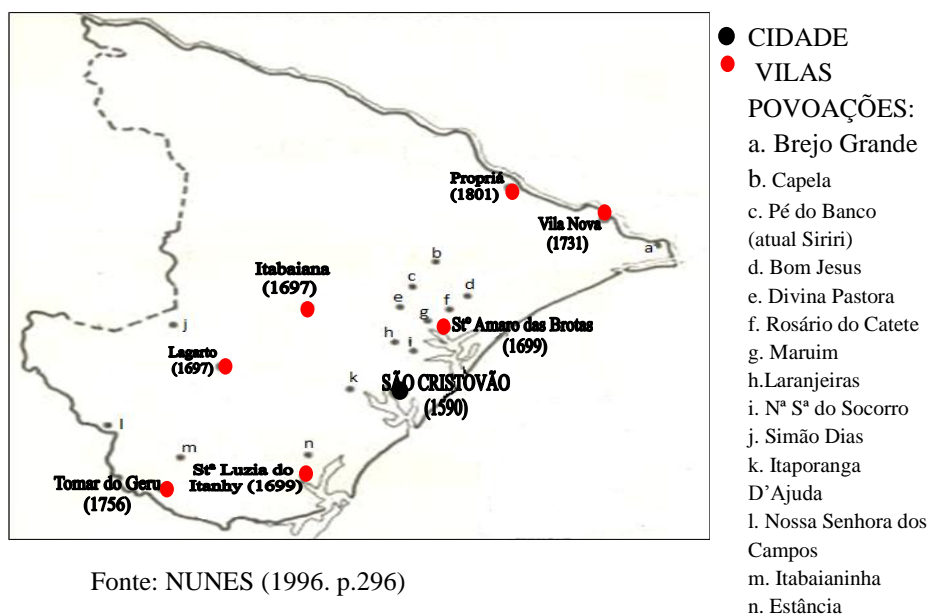
Fazendo uma breve retrospectiva histórica do processo de povoamento do Brasil se verifica que assim que os portugueses chegaram às terras brasileiras, eles inicialmente dividiram o território em 14 capitanias hereditárias que foram doadas aos donatários que passavam a representar o poder real na região. Com o passar do tempo, nessas capitanias foram sendo criados os arraiais ou ilhas de povoamento.

Essas denominadas “ilhas de povoamento”, devido ao isolamento que se encontravam, com o passar do tempo iam se emancipando adquirindo autonomia e passavam a se enquadrar como freguesias ou paróquias, visto que já possuíam um território delimitado, com a existência de cartório eclesiástico e uma igreja, cujo padre morava de forma permanentemente na mesma. Essa organização administrativa ficava completa quando o povoamento deixava de ser freguesia e passava a ser elevado à categoria de vila. Essa elevação acontecia quando a vila já tinha incrustado em sua área territorial, além de uma igreja, uma câmara municipal. De vila a categoria de Estado não precisava de mais nada, só a determinação da coroa portuguesa (GUERRA, 2011).

“A história do desenvolvimento ou decadência das suas cidades, povoações, vilas e freguesias, no século passado, estiveram vinculadas ao processo “de surgimento de aglomerados populacionais [...] relacionados com o crescimento e o desenvolvimento econômico e social da área” (ARAGÃO, 1997, p.22).

Por volta do século XVIII, a então denominada Capitania de Sergipe estava formada pela presença de uma única cidade que era São Cristóvão e sete vilas. De forma estratégica, como pode ser observado no mapa 3, a maioria dessas vilas ficavam próximas a veios aquáticos. Destaca-se que essas vilas foram sendo criadas logo depois do início do povoamento de São Cristóvão no ano de 1590. Conforme registros de Gonçalves e Wanderley (2006) as primeiras vilas que surgiram em Sergipe foram Itabaiana e Lagarto fundadas no ano de 1697, seguido das vilas de Santa Luzia do Itanhý e Santo Amaro das Brotas fundadas no ano de 1699, Vila Nova no ano de 1731, e a vila de Propriá no ano de 1801.

**Mapa 3 – Divisão Administrativa da Capitania de Sergipe em 1820**



Além dessas vilas, também identificadas na figura 13, destacavam-se as povoações de Brejo Grande, Capela, Pé do Banco (atual Siriri), Bom Jesus, Divina Pastora, Rosário do Catete, Maruim, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Simão Dias, Itaporanga d'Ajuda, Nossa Senhora dos Campos, Itabaianinha e Estância. Além dessas aglomerações existiam ainda as missões de índios: Porto da Folha, Pacatuba, Japaratuba e Água Azeda (GONÇALVES e WANDERLEY, 2006).

Considerando a localização de Santo Amaro das Brotas hoje esta cidade limita-se ao Norte com os municípios de: Rosário do Catete, General Maynard, Carmópolis e Pirambu, ao Sul: Nossa Senhora do Socorro, Aracaju e Barra dos Coqueiros; ao leste: Barra dos Coqueiros e Pirambu; ao Oeste: Maruim e Laranjeiras.

Tem uma área de 227 km quadrados, distante 37 km da capital. O número de habitantes do censo 2010 em Santo Amaro das Brotas é de 11.389. A área municipal ocupa 237,9km<sup>2</sup>. A sede municipal tem uma altitude de 9 metros e coordenadas geográficas de 10o47'21" de latitude sul e 36o03'17" de longitude oeste. O acesso, a partir de Aracaju, é efetuado pelas rodovias pavimentadas BR-235, BR-101 e SE-226 (CPRM, 2002).

Tem como complemento territorial os povoados: Sapé, Boticário, Aldeia, Areias, Palmar, Urubas, Plantas, Curral do Meio, Flexeiras, Boa Fé e Touro. Tem como Patrimônio Histórico e cultural a Capela nossa Senhora da Conceição (1750), Igreja Matriz de Santo Amaro (1728), Igreja do Co-padroeiro São Benedito (Votada outrora a nossa senhora do Amparo) (Séc. XVIII), o Colégio Esperidião Monteiro (1924), Prefeitura Municipal (1931), Maternidade diva Ribeiro (1932), Antigo Cine Ayres da Rocha (Sec. XX), Cine Clube Diana (1982).

Podemos encontrar na cidade de Santo Amaro grupos de valores culturais como os grupos folclóricos Batalhão e Bacamarteiros São João no povoado palmar e em Santo Amaro; o samba de Coco e pisada Quente de dona Celeste; o Teatro Pernas de Pau, o Batalhão dos Idosos e o reisado de Anuzia. As principais atividades econômicas do município é a agricultura, a pesca, o comércio e o serviço público. As atividades comerciais são baseadas em farmácias, restaurantes, banco, panificações, bares, mercearias, supermercados, armazéns, lojas e outros estabelecimentos que complementam o comércio. Nos últimos dez anos, com o melhor poder aquisitivo dos moradores, o comércio interno vem crescendo vertiginosamente.

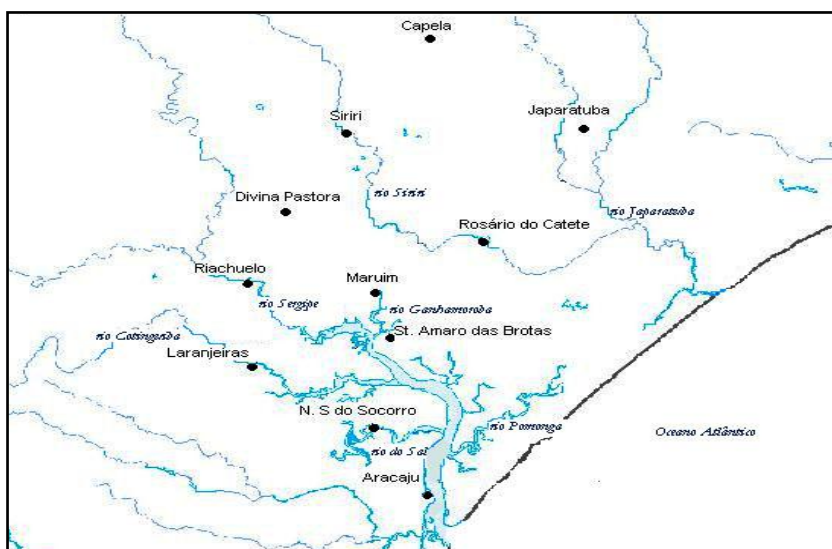
As casas comerciais já utilizam o serviço de cartões de créditos evitando que os consumidores se desloquem para a capital do estado para comprar alguns produtos básicos. Somando a esse crescimento o município possui serviços de internet particular e pública, possibilitando aos seus moradores acesso às informações do mundo globalizado e informatizado.

Observa-se que Santo Amaro das Brotas se localiza na denominada Zona ou Região da Cotinguiba, área de grande importância histórica e econômica, por está localizada próxima ao Oceano Atlântico e aos rios São Francisco, Japarutuba, Sergipe, Cotinguiba, Vaza-Barris, Piauí e Real, determinantes cruciais para a decisão de penetração e ocupação de Sergipe.

Acréscimos de Nunes (1996); Aragão (1997), e Santos (2012) expõem que essa era uma região rica em engenhos, pois possui um clima úmido e solos férteis que eram favoráveis

ao desenvolvimento e transporte da cana-de-açúcar. É importante registrar que antes da cana de açúcar a economia dessa região se baseava na criação de gado para a produção de carne e couro para exportação, atividade essa que também era favorecida pelas características hidrográficas da região, como podemos ver no mapa 4.

**Mapa 4 – Características Hidrográficas da Região**



Fonte: NUNES (1996, p.296)

É fato que toda produção açucareira da Zona do Cotinguiba nos séculos XVIII e XIX foi transportada por meio de navios pelas rotas hidrográficas dos rios Sergipe e Japarutuba. O que fez com que os antigos agricultores investissem suas riquezas na criação de engenhos. Atraídos pelas muitas possibilidades que a agro-indústria açucareira estava gerando, os ricos da época, antigos criadores de gado que só abasteciam o mercado interno, se tornaram senhores de engenho. Cada novo rico que era atraído comprava terras e construía engenhos. Vilas, povoados e freguesias próximas aos novos engenhos começaram a se desenvolver e prosperar também favorecidos pelas riquezas que o comércio da cana de açúcar gerou. Muitos dos grandes centros urbanos do Vale do Cotinguiba surgiram e prosperaram nessa que logo se transformou numa região açucareira de exportação interna e externa (NUNES, 1996).

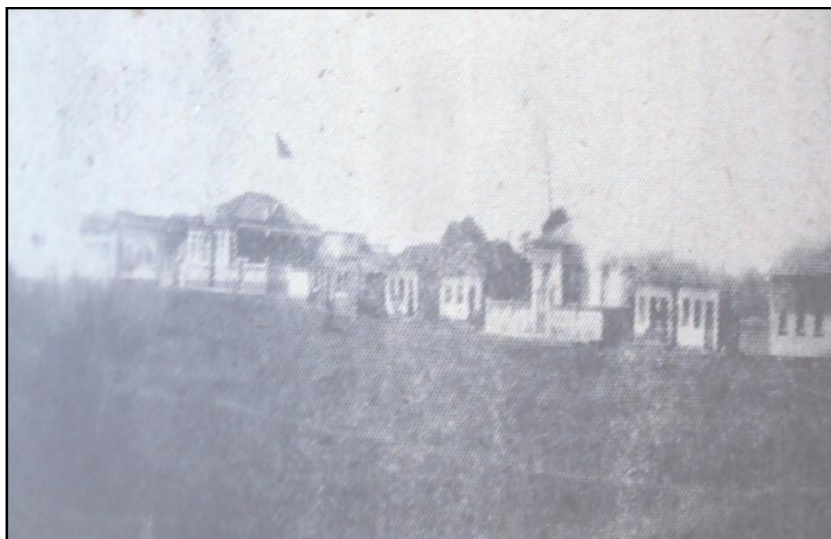
“Ainda no seu contexto histórico, a bacia do Cotinguiba foi uma área muito importante para o estado de Sergipe nos séculos XVIII e XIX, graças à fertilidade dos solos, clima adequado e à possibilidade de transporte da produção açucareira através da bacia hidrográfica do rio Sergipe onde dava acesso ao oceano atlântico por onde era escoada toda a produção de açúcar para a Europa” (SANTOS 2012, p.15).



A vila de Santo Amaro das Brotas, localizada as margens do Rio Cotinguiba foi uma das primeiras vilas que surgiram nas proximidades do Vale do Continguiba, no ano de 1699, juntamente com a vila de Laranjeiras em 1832 e a vila Nossa Senhora do Socorro 1835. Às margens dos rios Siriri e Japarutuba surgiu à vila de Rosário do Catete no ano de 1835, e às margens do Rio Ganhamoroba surgiu à vila de Maruim em 1835. Em seguida, surgiram os vilarejos de Capela em 1835, Divina Pastora em 1836, em 1876a freguesia de Jesus Maria José do Pé do Banco prosperou e também se tornou uma vila, passando a chamar-se Siriri e, no ano de 1878, surgiria a pequena vila de Riachuelo (OLIVEIRA, 2010).

Graças à prosperidade de seus canaviais, Santo Amaro das Brotas se tornou uma das mais prósperas vilas da Zona da Cotinguiba ao longo do século XVIII e XIX. Na figura 13 é possível ter uma idéia da vista da vila Santo Amaro das Brotas/SE no Século XVIII.

**Figura 13 – Vista da Província de Santo Amaro das Brotas/SE no Século XVIII**



Fonte: RIBEIRO (1945, p.124)

Relatos históricos contam que Santo Amaro das Brotas/SE antes de ser uma vila, foi uma fazenda de gado e açúcar conhecida como “Aires da Rocha” de propriedade do português Amaro Aires da Rocha que recebeu essas terras como doação de Cristóvão de Barros<sup>6</sup>, no ano de 1590, por fazer parte das tropas que derrotaram os índios que ocupavam as terras sergipanas antes da chegada do colonizador português. Segundo informações registradas por Morel (2006) o que atraiu a atenção de Amaro Aires para instalar sua fazenda nessa região

---

<sup>6</sup> Militar que dentre outros feitos realizou a conquista de Sergipe, no período de 1589-1590 acabando com a resistência dos índios que habitavam as terras sergipanas antes da chegada dos portugueses ao Brasil. Ele fundou São Cristóvão primeira capital de Sergipe e depois criou a Capitania de Sergipe Del Rei (AMARAL, 2007).

mais alta, foram às belezas naturais do local que possibilitava a vista do encontro dos rios Sergipe e Cotinguiba.

É fato que com a morte de Amaro Aires da Rocha, seu descendente direto Antônio Martins de Azevedo, que já era dono de um engenho de açúcar nas vizinhanças próximo ao “Porto da Continguiba” que depois passou a se chamar “Porto das Redes” (objeto desse estudo logo mais) passa a ser herdeiro da fazenda e instala na propriedade a capela Nossa Senhora das Brotas, figura 14, identificada como marco inicial do povoamento de Santo Amaro das Brotas/SE (NUNES e MOREL, 1996 e AMARAL, 2007).

**Figura 14 – Capela Nossa Senhora das Brotas (1728)**



Fonte: RIBEIRO (1945, p.124)

Por ordens do então governador-geral do Brasil, era para ser criada uma vila no então Porto da Cotinguiba, mas como o Sr Martins de Azevedo não queria a vila próxima ao seu engenho, doou parte das terras que herdou de Aires da Rocha, numa área mais alta que o porto, para que fosse criada e instalada, no ano de 1699 segundo dados de Nunes (1996), a sede da Vila de Santo Amaro, ao redor da capela Nossa Senhora das Brotas, cuja área em volta já possuía mais de 2,3 mil pessoas (NUNES, 1996; MOREL, 2006).

Depois de anos, a expansão da criação de gado, que era usado para movimentar os moinhos de cana-de-açúcar dos engenhos, e o consequente aumento do número de engenhos na região, Santo Amaro se tornou a maior vila sergipana produtora de açúcar do início do século XIX, tanto é que no ano de 1728 essa vila, graças a sua posição estratégica próxima ao Porto da Continguiba ou Porto das Redes, se torna a cidade mais próspera da Zona da Cotinguiba, e passa a fazer parte do rol das vilas que abrigavam a elite aristocrática do Estado,

formada pelos senhores de engenho e comerciantes. Verifica-se que foi devido a sua localização em relação aos portos que essa cidade fez prosperar o comércio e as comunicações da região. Em 1783, é criado através de carta régia, o Distrito novo cuja denominação passa a ser Santo Amaro das Brotas (NUNES, 1996; IBGE, 2013).

Conforme observações de Nunes (1996) os canaviais de Santo Amaro desenvolveram-se principalmente por estar próxima a cinco portos de estuários, diariamente freqüentados por embarques e desembarques, sendo eles: Porto das Redes ou Porto da Cotinguiba, Porto das Pedras, Porto dos Cavalos, Porto do Furado e Tiririca, além do Porto do Engenho da Caieira, que se localizava pouco acima do Tiririca, com um trapiche de recebimento de exportação de caixas de açúcar e o da Conceição, “distante meia légua de Santo Amaro” (NUNES, 1996. p.192).

Destaca-se segundo Nunes (1996) e Subrinho (2000), que em Sergipe o número de engenhos aumentou consideravelmente no século XVIII, tanto é que se no ano de 1823 essa província contava com 347 engenhos, em 1857 passou para 665 e, em 1863 já contava com 750. Dados de Diniz (1991) expõem que Santo Amaro possuía em 1808, noventa engenhos.

Na figura 15, uma das usinas de açúcar que existia em Santo Amaro por volta do século XIX.

**Figura 15 – Usina de Açúcar em Santo Amaro das Brotas/SE – Século XIX**



Fonte: ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS (1889, p.276)

No que se refere à expansão no número de engenhos nas terras de Santo Amaro ao longo do século XVIII e XVIII e ao seu conseqüente apogeu econômico, este também foi

favorecido não só pela localização estratégica junto aos Rios Real, ao Sul, até os rios Piauí, Vaza – Barris, Poxim, Cotinguiba, Ganhamoroba, Siriri e Japarutuba da Zona da Cotinguiba, mas também devido à presença de terras ricas em massapé, tipo de solo argiloso, escuro e pesado, bom para reter bem a umidade, bastante propício principalmente para o cultivo da cana de açúcar, cultura que mais dava lucros no período colonial (NUNES, 1996; AMARAL, 2007).

Em Santo Amaro, na Zona da Cotinguiba era possível encontrar também os “salões”, solos avermelhados, mais leves que o massapé, porém muito férteis e viáveis a plantação da cana de açúcar. Como se observa diante da presença de tantos rios e portos, o transporte fluvial era para essa província, um importante fator de produção, pois era favorecido pela maré cheia dos grandes rios e de seus numerosos afluentes.

É fato que o transporte marítimo era a única alternativa para os sergipanos, visto que por volta do século XVIII as estradas eram poucas e inseguras não só pelos constantes assaltos, mas também pela possibilidade de ocorrerem acidentes, pois além de poucas as estradas que existiam nessa época, elas estavam em péssimo estado de conservação. Foi, portanto a união desses três elementos solo, clima e rios navegáveis que fez com que Santo Amaro fizesse parte da elite produtora de açúcar em Sergipe (AMARAL, 2007).

Acrescenta-se que Santo Amaro ocupava posição tão estratégica e de destaque, que quando D. Pedro, príncipe regente decidiu tornar o Brasil independente de Portugal em 1822, foi nesse pequeno município que ele deu o primeiro grito de “independência do Brasil”. Conforme relatos de Azevedo (2011) diante das pretensões do príncipe, 2 mil homens de Santo Amaro se organizaram para ajudá-lo numa possível luta contra os portugueses. Com este fato o povo de Santo Amaro ficou conhecido como “insurreto”, rebelde, resistente. Isso porque já em outro episódio, em 1817, mais 600 homens desse povoado se reuniram numa milícia e foram participar de uma outra revolução que aconteceu na cidade de Pernambuco, mérito esse que contribuiu para que Sergipe deixasse de ser província da Bahia.

Embora apresentado como geradora de riquezas para a capitania de Sergipe, a vila de Santo Amaro, reduto do partido Liberal, por volta do ano de 1825, começa a perder prestígio para os povoados de Maruim, Rosário do Catete, Capela e outras cidades vizinhas, que foram se desenvolvendo ao seu redor, graças aos interesses pessoais dos mandões que faziam parte do partido Legal. As perseguições foram tantas que, conforme Azevedo (2011), no ano de

1828, sem nenhuma justificativa convincente, a sede da vila de Santo Amaro é transferida para as terras onde atualmente está localizada a cidade de Maruim (MOREL, 2006).

Esse fato isolado gerou uma revolta na população, principalmente nos moradores da sede de Santo Amaro, que se uniram e se rebelaram contra a extinção dessa vila, que era até então, produtiva e gerava lucro para a província. Conhecido como “Insurreição” esse movimento depois de muita disputa política e de invadir Maruim, depõem o então presidente da província, que estava usando seus poder para manipular os destinos da província. Segundo Morel (2006) foi graças à decisão desse presidente de instituir o Ato Adicional em 1834, que dava liberdade política para os presidentes das províncias, que a vila de Amaro das Brotas voltou a se tornou cidade e deixou de ser parte da cidade de Maruim em 1835. Porém esse Ato não produziu a paz esperada e no dia 15 de dezembro de 1836, os poderosos do partido liberal que na época era comandado pelos senhores de terras e apoiado pela classe média das vilas e cidades “os camundongos”, mandaram invadir Santo Amaro, que foi saqueada e destruída. Os moradores que não fugiram foram mortos (CORREIA et al, 2007).

Dentre as primeiras ações voltadas a acabar com o poder sócio, econômico e político da antiga Vila de Santo Amaro aconteceu à mudança da ante-câmara municipal da capital da província São Cristóvão que ficava em suas terras, para o território de Laranjeiras em meados do século XIX. Outro fato, segundo pesquisa documental realiza no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, foi a transferência da “sede das Justiças d’hum e outro Foro, e Funções Municipais para a misérrima e mesquinha Povoação de Maroim em 1835” (GUARANÁ et al 1916, p.189).

Dando continuidade, verifica-se que em 1835a então cidade de Maruim, se torna um entreposto comercial e uma cidade portuária, posição de grande importância para a província de Sergipe que antes era de Santo Amaro. Também localizada junto a Zona da Cotinguiba e localizada nas terras próximas ao Porto das Redes, passa a fazer parte da rota de intercâmbio social e cultural, junto aos portos mais importantes do Império e alguns portos do mundo. Diariamente passaram a chegar e sair dessa cidade carregamentos principalmente de açúcar, do porto de Santo Amaro das Brotas (ALMEIDA, 1984; AZEVEDO, 2011).

Durante os séculos XVIII e XIX, os portos de Sergipe não só exportavam o açúcar, como também algodão, fumo, cereais, couros secos, sola branca, gado, cavalos, porcos, tucum em ramo ou fiado e sal. Era através da rede portuária que também entravam no Estado através de importações internacionais, “[...] fazendas de algodão, seda, lona, ferragens, pólvora e

escravos”.(SUBRINHO, 2000, p.26) fala que eram na sua maioria repassados ao comércio desenvolvido nas vilas, freguesias e povoações localizadas na Zona da Cotinguiba que negociavam com outras identificadas como “[...] áreas de menor configuração sócio-espacial”(SUBRINHO, 2000, p.26) como os pequenos povoados do interior da capitania de Sergipe.

Em 1836 Maruim foi emancipada a situação de cidade. Tinha tanto poder e força econômica e política, que por volta do ano de 1850 começaram a ser instalados em suas terras consulados de vários países como o da Inglaterra, Suécia, Noruega e dos antigos reinos de Nápolis e Áustria. Já em 1854, graças às disputas internas ganhas pelo poder político na província sergipana, essa já tinha se transformado na cidade portuária de Maruim, principal centro econômico da província de Sergipe d’El Rei. Esse apogeu do comércio marítimo foi resultado principalmente da instalação de filiais das mais importantes casas comerciais da província de Sergipe d’ El Rei, a exemplo da filial da casa exportadora Schramm & Co. (ALMEIDA, 1984; NUNES, 1996).

Graças aos consulados e a instalação das casas de comércio estrangeiras, e o conseqüente comércio internacional de compra e venda dos produtos da província de Sergipe, viabilizado pela entrada nos portos da Zona da Cotinguiba de barcos europeus, principalmente de “[...] Lisboa, Liverpool, Hamburgo, Copenhague, Gibraltar e os portos no Canal da Mancha que absorvia uma média de 60% do açúcar sergipano” (AZEVEDO, 2011 p.09), que vilas como Santo Amaro das Brotas, Maruim e Laranjeiras passaram a negociar através das casas comerciais com outros países e foram se destacando na produção não só açucareira, mas também do comércio de algodão a partir de 1864. “Não eram os grandes navios que aportavam em Sergipe, mas já representava a participação dos sergipanos no comércio internacional” (AZEVEDO 2011, p.09).

Dentre as casas comerciais estrangeiras localizadas na cidade de Maruim estava a “Schramm e Cia., de origem alemã” que na época ocupava a posição de maior negociadora de açúcar e produtos estrangeiros de Sergipe. Essa casa comercial mantinha linhas de navegação direta com a Europa e trouxe novas oportunidades para os produtores de açúcar sergipanos. Por meio de rotas marítimas a produção era negociada diretamente com os representantes locais e o açúcar produzido em Sergipe era exportado para toda Europa (NUNES, 1996).

Para a casa de comércio estrangeira, Schramm e Cia., deu fim a atuação dos intermediários da Bahia, foi o que o esse mesmo autor definiu como “introdução de

mecanismos de atuação empresarial até então desconhecidos de uma comunidade cujos interesses comerciais sempre são tratados por grupos externos” (ALMEIDA, 1984, p.32), ou seja, os atravessadores Bahia, Estado esse a quem durante muitos anos Sergipe foi subalterna e esteve a mercê das altas taxações de impostos.

Os lucros obtidos por meio da produção e venda do setor açucareiro foram os maiores já obtidos em relação a outros produtos agrícolas como fumo, couro e algodão. É fato, portanto, que durante todo século XIX a cana-de-açúcar permaneceu ocupando o lugar de principal produto agrícola, embora Sergipe ainda permanecesse em atraso mesmo com toda sua força produtiva e sua excelente condição natural, uma vez que continuava dependente dos contatos da Bahia com as praças estrangeiras, contatos esses mantidos através das casas importadoras de açúcar (DINIZ, 1991; SOUZA, 2007).

Em 1865, a empresa de Ernest Schramm, instalada em Maruim, que possuía filiais em Recife, Salvador, no Rio de Janeiro e na cidade alemã de Hamburgo, se torna a primeira casa bancária de Sergipe e passa a dar crédito aos agricultores da província de Sergipe, dentre esses os de Santo Amaro, financiando safras de açúcar e a aquisição de propriedades rurais. Empresa de grande prestígio econômico trouxe para Maruim aproximadamente trinta alemães entre comerciantes, médicos e trabalhadores rurais livres (ALMEIDA, 1984).

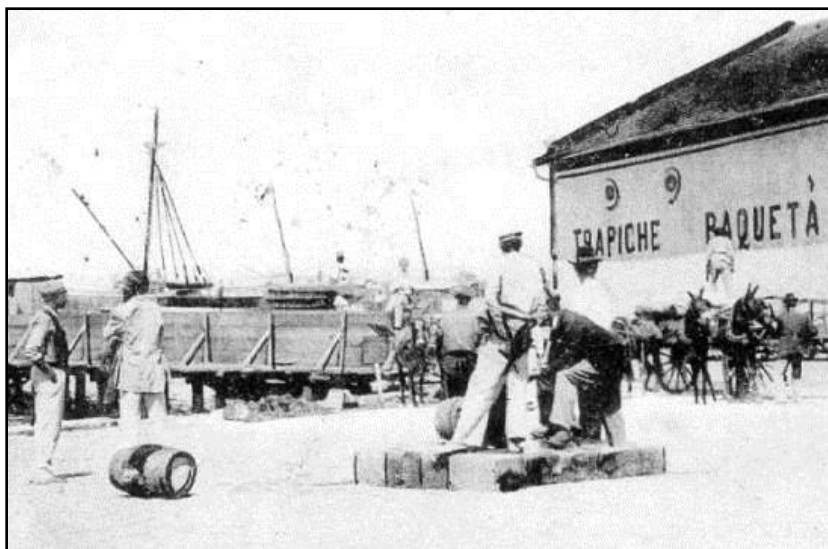
É preciso comentar que os juros dos empréstimos praticados pelas casas de empréstimos instaladas na província sergipana eram altíssimos. Conforme análises feitas por Subrinho (2000) as casas importadoras no final do século XIX passaram a ser a causa da decadência agrícola da província, pois enquanto financiadores da produção obrigavam os agricultores produtores a venderem sua produção sem que houvesse livre negociação.

Uma forma encontrada para se desvincular do repasse de verbas de Sergipe para a Bahia foi à instalação de uma alfândega nessa província. Destaca-se que foi sob forte influência da elite política de Maruim, que também foi instalada em Santo Amaro, essa unidade da alfândega de Sergipe D’El Rey, nas proximidades do Porto das Redes (NUNES, 1969).

Apesar de todos os problemas gerados pela dependência econômica da Bahia, Santo Amaro foi se firmando como produtora de açúcar. Graças às vitórias obtidas pela elite política

de Maruim trapiches<sup>7</sup>, como demonstrado na figura 16, foram sendo instalados nas áreas portuárias, e como já comentado, se instalaram em Maruim filiais de empresas de exportação (NUNES, 1989).

**Figura 16 – Trapiche (Século XVIII e XIX)**



Fonte: SILVA (1992)

Foi graças ao fortalecimento da política local, gerado pelas riquezas oriundas do açúcar, que Sergipe tornou-se independente politicamente da Bahia, embora ainda continuasse dependente economicamente dessa província durante todo o século XIX, uma vez que esse Estado ainda continuou intermediando o comércio externo, visto que tinha acesso a praças internacionais que Sergipe ainda não tinha navegação direta e regular. Essa dependência possibilitou a Bahia ocupar o papel de fornecedora de mercadorias e compradora da produção açucareira de Sergipe, situação essa que favorecia a Bahia a aplicar taxaões mais lucrativas para si mesma, ou seja, vendia caro e comprava barato (NUNES, 1989).

Relatórios do Vice-Presidente da província já observavam a necessidade de “acabar com a dependência comercial da Bahia” (Subrinho 2000, p.44), visto que Sergipe passaria a ganhar mais com o comércio direto não só da venda do açúcar como de compra de mercadorias também. Sergipe remetendo diretamente para a Europa todos os seus produtos (principalmente açúcar e algodão), os navios que servissem para transportar os gêneros de Sergipe trariam as mercadorias para suprir as necessidades dos produtores. Interessante comentar, que apesar de todo conteúdo disponibilizado pela historiografia de Sergipe, não

---

<sup>7</sup> Imensos galpões com rampas de madeira que facilitavam o acesso aos navios de passageiros e cargas (SILVA, 1992).

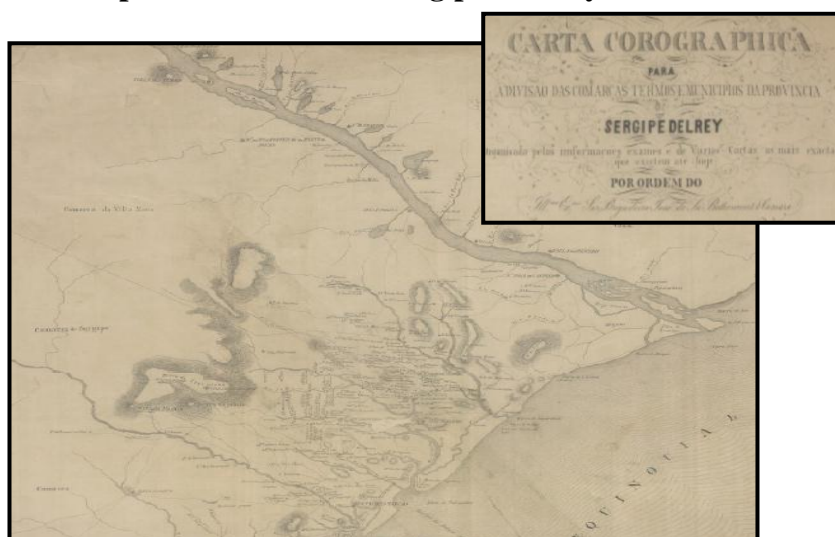


existe um consenso entre os autores sobre a origem do dinheiro que foi aplicado no Estado para dar impulso à lavoura de cana-de-açúcar no século XVIII. Para Nunes (1989) não foi a criação de gado e as culturas de subsistência que promoveram recursos suficientes para aumentar o número de engenhos em Sergipe, mas sim a expansão da cultura da cana-de-açúcar do Recôncavo Baiano em direção a Sergipe. Já para Subrinho (2000) foi devido à venda das terras sergipanas valorizadas pela boa qualidade do solo para o cultivo da cana-de-açúcar. Parte da venda dessas terras férteis serviu para promover a expansão dos engenhos em Sergipe.

Diante da expansão dos engenhos no Estado, é preciso ressaltar a importância do trabalho escravo para o enriquecimento de Santo Amaro e da então província de Sergipe Del Rey. Enquanto trabalhadores das mais diversas atividades foram nas atividades agrícolas relacionadas com o cultivo da cana-de-açúcar e a produção de açúcar que a contribuição do trabalho escravo se concentrou. Partiu da força escrava o aumento no número de engenhos em Sergipe no início do século XIX.

Como pode ser observado no mapa5, que traz a província de Sergipe verifica-se que se tratava de uma região rica em engenhos.

**Mapa 5 - Província de Sergipe Del Rey – 1844**



Fonte: Biblioteca Nacional Virtual

O anexo 2, traz um mapa onde é possível ter uma noção exata da localização dos engenhos, onde cada estrela registrada no mapa representa um engenho. Com base nesse anexo dá para termos uma base dos engenhos que existiam em Sergipe, no ano de 1844.

No quadro 1, Almeida (1984) registrou informações relacionadas as unidades produtivas de açúcar encontradas na província de Sergipe Del Rey.

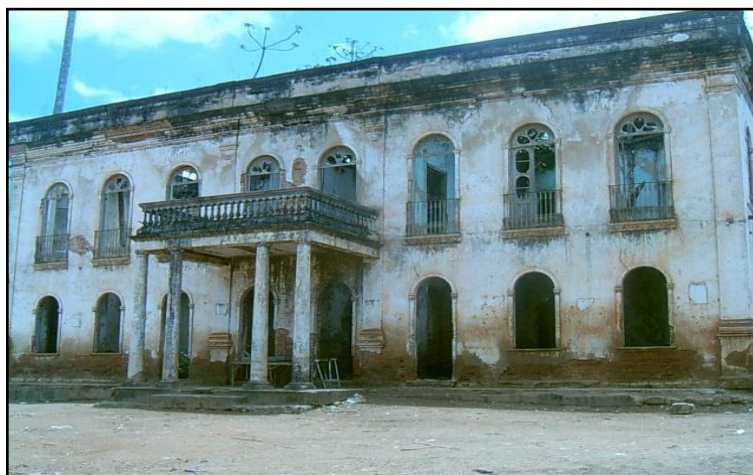
**Quadro 1 - Unidades Produtivas de Açúcar Encontradas em Sergipe Del Rey no século XIX**

Municípios	Números de Engenho e Anos					
	1828	1838	1856	1875	1881	1900
São Cristovão	10	43	04	10	16	--
Santo Amaro das Brotas	40	09	10	10	10	07
Nossa Senhora do Socorro	20	41	21	24	22	19
Laranjeiras	--	49	73	52	77	39
Riachuelo	--	--	--	35	--	31
Maruim	--	20	22	17	23	17
<b>Total</b>	<b>70</b>	<b>162</b>	<b>125</b>	<b>148</b>	<b>148</b>	<b>108</b>

Fonte: ALMEIDA (1991)

Dentre os engenhos mais importantes de Sergipe, se destacava o Engenho Pedras, conforme figura 17, localizado nas terras de Maruim, entre os rios Sergipe e Japaratuba.

**Figura 17 - Engenho Pedras**



Fonte: AVELINO (2010, p.32)

Observando a casa grande é possível ter uma noção da riqueza desse engenho por volta do século XIX. Conforme explicações disponibilizadas por Avelino (2010) tratava-se de uma propriedade dividida em várias áreas de cultivo de cana-de-açúcar, pastagem para o gado, matas que forneciam lenha para alimentar a fornalha da fábrica e a área não agrícola, destinada às vivendas. Os donos desse engenho eram todos de uma mesma família. Enquanto partes da elite de Maruim, lutavam politicamente para que Sergipe se libertasse da dependência econômica da Bahia. Levantamentos feitos por Subrinho (2000) apontaram este engenho com o que mais tinha escravos em Sergipe. Tinha a particularidade de disponibilizar aos escravos senzalas em forma de pequenas casinhas, conforme figura 18, para dar privacidade aos escravos e favorecer a reprodução, visto que a “reprodução em cativeiro” era bastante lucrativa para os donos de engenhos.

**Figura 18 – Senzalas em Forma de Pequenas Casinhas**



Fonte: AVELINO (2010, p.34)

Como já foi comentado não sabemos ao certo o número exato de escravos que existiam em Santo Amaro das Brotas. Segundo Santos e Oliva (1998) o número médio de escravos nos engenhos de Sergipe, dependia muito de censos, matrículas e diversas outras formas de contagem, o que podemos saber mesmo é que em todas as microrregiões de Sergipe a mão-de-obra escrava foi utilizada.

Subrinho, (2000) e Avelino (2010), entendem que a população escrava na província de Sergipe por volta da primeira metade do século XIX era de 55.944 pessoas, onde 39% se localizava na Região da Cotinguiba, 22,6% na Mata Sul e 38,3% no Agreste-sertão. Verifica-se conforme quadro 2, que a grande maioria estava concentrada na Zona da Mata (Cotinguiba e Zona da Mata Sul) com um percentual de 61,6% da população escrava.

**Quadro 2 – Distribuição da População Livre e Escrava do Cotinguiba – 1850**

Distritos	Escravos	%	Livres	%	Escravos/livres
Socorro	2.811		2.998		0,94
Santo Amaro	748		3.559		0,21
Maruim	1.167		3.456		0,34
Laranjeiras	5.054		9.039		0,56
Rosário	2.204		6.133		0,77
Capela	5.155		13.132		0,39
Divina Pastora	2.204		1.770		1,24
Cotinguiba	21.687	39, 09	40.088	24,49	0,54
Total Sergipe	55.944	100%	163.696	100%	0,34

Fonte: AVELINO (2010, p.35)

Para Subrinho (2000), esses números são provisórios, por não serem completos, mas são significativos, pois estão baseados em evidências e revelam uma tendência da composição da população de Sergipe. Conforme esse autor são números baseados em 10 mapas de 1829 e três outros de 1825 e 1830 que foram remetidos pelo presidente da província de Sergipe para o imperador.

Subrinho (2000) questiona a informação disponibilizada pela literatura, que os engenhos sergipanos, por volta da primeira metade do século XIX, tinham em média de 20 escravos. Para esse mesmo autor este é um argumento baseado no julgamento genérico de que os engenhos de Sergipe, quando comparados com os da Bahia e até mesmo os de Pernambuco, não passavam de *bangüês*, ou seja, “de pequena dimensão; instrumentos agrícolas e manufatureiros rudimentares, gerando baixa produtividade; maioria da força de trabalho compulsória, aplicando métodos de trabalhos rotineiros e oferecendo reduzidas margens de lucros” (ALMEIDA 1991, p.299).

Embora questionando os números encontrados de escravos em Sergipe por volta do século XIX, na foto 1, o registro de quadro elaborado por Subrinho (2000), resultado de um senso realizado como forma de estar ciente dos escravos e de sua localização como medida de segurança, visto que as fugas e os movimentos revoltosos estavam aumentando e trazendo insegurança para a população não escrava.

**Foto 1 – Levantamento de Escravos da Província de Sergipe Entre 1873 e 1875**

Municípios	Matriculados (1)	Classificados (2)	(1)/(2)
Aracaju	1.536	0	n.d.
Santo Amaro	698	0	n.d.
Maruim	1.436	77	0,05
Laranjeiras	3.067	1.617	0,53
Rosário	1.962	110	0,06
Capela	3.272	2.678	0,82
Japarutuba	1.381	586	0,42

Fonte: SUBRINHO (2000 p.?)

Sobre a procedência desses escravos africanos que se encontravam nas terras sergipanas. Destaca-se que não foi encontrado nenhum material publicado específico sobre o assunto, o que se sabe é que eles foram capturados no interior do continente africano, na grande maioria do Congo/Angola e os sudaneses da costa da Guiné. Eles chegavam a Sergipe através de embarcações provenientes dos portos da Bahia e de Pernambuco (MOTT, 1986).

Acrescenta-se conforme Ribeiro (1945), que diferente de outras províncias a economia de Sergipe utilizou mais escravos de origem nacional, o identificado na época como crioulo por ser escravo nascido no Brasil. Segundo esse mesmo autor, em Sergipe existia um maior número de crioulos que escravos nascidos na África, sendo que esses eram importados através do porto da Bahia, local que reunia escravos predominantemente angolanos, bantos e sudaneses. Sobre o perfil do escravo que predominava em Sergipe no século XIX, conforme dados registrados por Mott (1974) na foto 2, verifica-se que predominava os escravos do sexo feminino. A justificativa para tal fato conforme esse mesmo autor, talvez estivesse relacionado ao fato das escravas trabalharem em situações menos propensas a morte, e também por elas serem mais baratas. Acrescenta-se que por serem mais baratas elas conseguiam comprar a liberdade com maior facilidade. Os escravos do sexo masculino eram mais valiosos devido às tarefas que eles desenvolvidas na cultura da cana-de-açúcar.



**Foto 2 – Dados da População Brancos, Pardos, Pretos e Índios de Sergipe em 1825/1830**

DIVISÃO DA POPULAÇÃO DE SERGIPE SEGUNDO GRUPOS ÉTNICOS (1825/1830)		
COR	NÚMEROS ABSOLUTOS	PORCENTAGEM
Branco	22.055	19,11
Pardos	51.067	44,24
Pretos	40.796	35,35
Índios	1.500	1,30
TOTAL	115.418	100,00

DIVISÃO DOS GRUPOS ÉTNICOS DE SERGIPE SEGUNDO O SEXO (1825/1830)						
	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%	Números absolutos	%
BRANCOS	11.086	50,26	10.969	49,74	22.055	100,00
PARDOS	24.933	48,83	26.134	51,17	51.067	100,00
PRETOS	20.212	49,55	20.584	50,45	40.796	100,00
ÍNDIOS	708	47,20	792	52,80	1.500	100,00

Fonte: MOTT (1974, p.152)

Considerando a realidade de Santo Amaro e sua localização estratégica próxima ao Porto das Redes, os escravos que vinham para trabalhar nessa vila eram descarregados através desse porto. Fazendo um retrocesso é fácil observar que o crescimento do número de engenhos se registrou com a chegada de escravos no Estado, e que durante o século XIX eles chegaram a representar mais de 1/3 dos habitantes de Sergipe e quando comparados com os homens livres, eles representavam 20% (MOTT, 1986).

Encerrando as informações sobre Santo Amaro das Brotas e os escravos existentes na região, segundo Amaral (2007) esses alimentavam - se de feijão, vegetais, milho, enquanto no Recôncavo era a carne salgada do Rio Grande, e habitavam as senzalas cobertas de telha, ao contrario do que acontecia na Bahia cujas senzalas eram cobertas de palha. As vestimentas dos escravos eram confeccionadas com algodão manufaturado pelas escravas, se casavam entre si, e apesar da crise, o açúcar foi durante muito tempo a base da economia da província. Acrescenta-se que os senhores de engenho de Sergipe foram escravistas até o último momento, visto que à produção nos engenhos de açúcar sergipanos era feita através da mão-de-obra escrava.

Quanto ao volume de escravos que eram importados dessa província não existem dados precisos, visto que não existia muita preocupação em registrar e documentar em documentos oficiais a importação.

Para Subrinho (2009) e Cruz (2010), a importação de escravos, ao contrário da exportação, não provocava maiores preocupações, pois Sergipe não ficava com os impostos sobre a importação de escravos e a opinião pública se preocupava mesmo era que faltassem escravos e não com o destino dos escravos que aportassem na Província. Para esses autores havia claramente um viés a favor do registro das exportações e sub-registro de importações, tanto é que o comércio interprovincial de escravos funcionava com intermediários recebendo procuração do proprietário para entregar o escravo em outra praça a uma pessoa determinada. Toda vez que o escravo viajava sem o proprietário, era exigido o pagamento do imposto de exportação. A tendência era formalizar a transferência de propriedade apenas no destino final, tendo em vista os custos com tributos e encargos cartorários que se acumulariam e poderiam inviabilizar a transação. Durante a pesquisa documental buscou-se documentos relacionados ao tráfico interno de escravos. Foram inúmeras as buscas, mas todas com fracasso.

No próximo momento uma explanação sobre os achados arqueológicos relacionados ao Porto das Redes abordando sobre seu contexto histórico, sua viabilidade marítima e econômica no século XIX, considerando as memórias da população obtida mediante entrevista oral.

### **3.2 - Porto das Redes Viabilidade Marítima e Econômica no Século XIX**

Como já foi muito comentado neste estudo, no século XIX, toda economia de Sergipe funcionava por meio marítimo. Era pelo mar que saía o açúcar e vinham às trocas de mercadorias, chegavam às notícias dos jornais da época, as notícias circulavam se alongavam ou se encurtavam de acordo com a existência ou não de navios nos portos. Eram nos portos sergipanos que atracavam as embarcações do tipo sumacas e patachos, saveiros, barcaças e vapores. Como mesmo descreve Porto (1991, p.13) eram “[...] os navegadores costeiros daqueles tempos subiam a costa brasileira, enchiam seus diários de navegação com referencias as várias localidades por eles avistadas”.

Essa situação era favorecida pela presença de seis bacias hidrográficas que viabilizam a existência de uma extensa rede de transporte fluvial. Segundo Amaral (2007) eram bacias sergipanas a do rio Real, que separa Sergipe da Bahia; a do rio Vaza-Barris, que banha São Cristóvão (antiga capital da província); a dos rios Sergipe e Cotinguiba, que banham Riachuelo, Laranjeiras e Aracaju; a do Rio Japarutuba, que deságua no mar passando pelo

município de mesmo nome; a do rio Piauí, que banha o município de Estância e a do rio São Francisco, limite com a província de Alagoas.

Tantas vias marítimas favoreceram ao povoamento de inúmeros povoados, que se tornavam mais próximos graças às rotas marítimas que diminuía as distâncias entre uns e outros povoados e províncias. No século XIX o transporte fluvial era o meio de transporte mais rápido e barato que existia, e que permitia a ligação dos grandes centros urbanos com o afastado meio rural (AMARAL, 2007).

Como também foi visto Santo Amaro das Brotas era uma dessas povoações que contava com a ajuda fluvial para relacionar-se com outras regiões. Era principalmente através das transações econômicas que aconteciam através do Porto das Redes, que ficava localizado a margem esquerda do Rio Sergipe, que Santo Amaro atingiu seu apogeu econômico no século XIX.

O Rio Sergipe conforme dados de Figueiredo e Maroti (2011) abastece aproximadamente 16,7% de Sergipe, tem o equivalente a 3.673 km<sup>2</sup>, percorre aproximadamente 210 km, desde o local onde nasce em Nossa Senhora da Glória até desaguar no Oceano Atlântico, em Aracaju. Dentre os principais afluentes da margem esquerda desse rio, se destacam os Rios Pomonga, Parnamirim, Ganhamoroba e Cágado; e da margem direita, os Rios Poxim, Sal, Contiguiba, Jacarecica, Morcego, Jacoca, Campanha, Lajes e Melancia. Ainda sobre o Rio Sergipe, verifica-se que ele trespassa 26 municípios sergipanos, o que justifica sua importância como fonte provedora de água para os mais diversos setores domésticos e comerciais, principalmente no século XIX, para o povoamento de Santo Amaro das Brotas/SE, local onde foi instalado o Porto das Redes.

Não foi identificado o ano de criação deste porto, mas a literatura cita a sua existência desde o período inicial da colonização de Sergipe. O mapa 5, mostra sua existência desde 1844. Entretanto, “o Presidente, Bento de Melo Pereira, em 21 de março de 1836, instalou no Porto das Redes a Alfândega de Sergipe” (SILVA 2006). Ainda essa autora fala que o “trapiche trouxe a Alfândega e a Mesa de Rendas, colocadas no Porto mais comercial de Sergipe”. Esse porto mostrou-se bastante significativo para o povoamento da região do Vale da Contiguiba, tanto é que para Almeida (1984) e Azevedo (2011), por volta dos séculos XVIII e XIX o “Porto das Redes era o Porto de Santos de Sergipe”. Através dele aportavam no estado saveiros, sumacas e outras embarcações que transportavam todo de tipo de



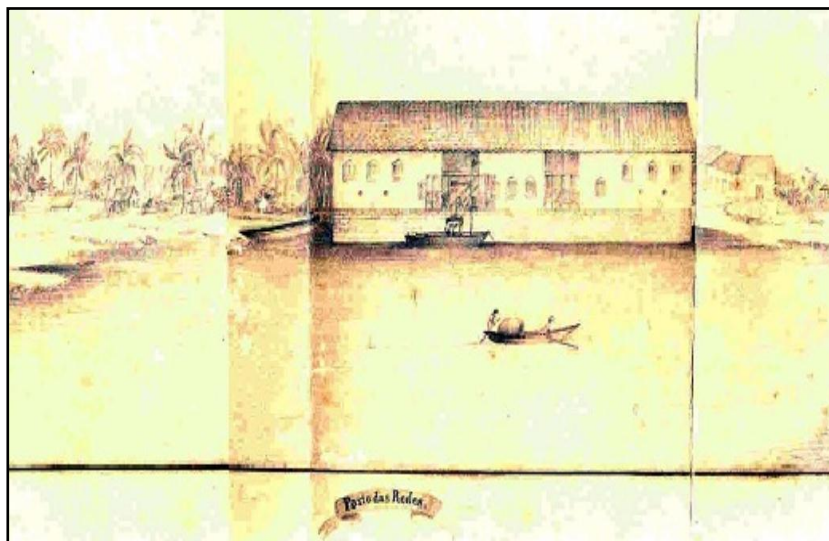
mercadoria, principalmente os escravos que estavam destinados a trabalhar nas lavouras da vila de Santo Amaro das Brotas e regiões circunvizinhas.

Em seus estudos SILVA (2006), fala que:

“[...] Àquela época os navios mercantis de vela (nacionais e estrangeiros) iam bem perto da cidade de Maruim, isto é, até o lugar denominado ‘Porto das Redes’ (localizado no município de Santo Amaro das Brotas), onde fundeavam para desembarcar as mercadorias que traziam em seus porões (máquinas, bacalhau, charque do Rio da Prata, farinha de trigo em barricas, manteiga em barricas, louça, bebidas, tecidos, especiarias, etc.) e receber açúcar que transportavam diretamente para o exterior: Segundo o dizer pitoresco de pessoas de nossas relações, ‘Porto das Redes’, naquele tempo era o [Porto de] ‘Santos de Sergipe’... A firma Schramm & Cia. Exportava açúcar diretamente para a Alemanha” SILVA (2006, p. 31).

O Porto das Redes, identificado na figura 19, era tão significativo para a economia local, que nas proximidades dele foi instalada a primeira alfândega de Sergipe, depois de ter sido feito uma investigação junto aos fazendeiros sobre a melhor localidade para a mesma ser assentada. Foi depois desse estudo que essa repartição foi instalada definitivamente no Porto das Redes, visto que nenhuma representação dos comerciantes foi manifestada contra sobre tal decisão (AZEVEDO, 2011).

**Figura 19 – “Porto das Redes” (1860) - “Trapiche Alfandegário”**



Fonte: SILVA (2006, p.31)

Conforme Rambelli (2011) o que justificou a instalação desse porto nas proximidades de Santo Amaro das Brotas foi o fato de que esse se encontrava nem uma área privilegiada do Rio Sergipe. Era nele que atracavam não só as pequenas embarcações, mas as de grande porte, que traziam os escravos, e também levava tudo o que era produzido em Santo Amaro para outros locais. Era nas imediações desse porto, precisamente no entorno da capela de

Nossa Senhora dos Navegantes, que eram construídos os locais aonde os negros escravizados permaneciam até o momento de serem comprados.

Para Silva (2006, p.31) “o Porto das Redes era o local aonde os barcos estrangeiros recebiam a carga para a França de Maruim, Laranjeiras e Riachuelo. Através dele chegavam os saveiros carregados de açúcar para exportação”. A princípio, a via fluvial percorrida pelos saveiros era conhecida como Rio Continguiba, por nascer em plena área cotinguibense (Silva, 2006).

Nos diálogos obtidos junto aos antigos moradores de Santo Amaro das Brotas/SE, foi possível identificar falas que se referiam à importância comercial e para o tráfico interno de escravos na cidade se dava através do Porto das Redes por meio das embarcações identificadas como saveiros.

*“[...] O porto era o local que pegava tudo o que era produzido na cidade. Os escravos chegavam por ele. Eles vinham e trabalhavam nos canaviais. Faziam de tudo.”* (Entrevistado Sr. P. F. dos Santos de 78 anos)

*“[...] Eles vieram traficados para trabalhar para os ricos. Trabalhavam de sol a sol sem ganhar nada e ainda apanhavam no tronco se ficassem doentes. Aqui ainda tem engenho fica na Caieira, lá você pode encontrar umas correntes e outras coisas aonde eles colocavam os escravos para bater. Santo Amaro foi o grande centro comercial de escravos de Sergipe. Os escravos chegavam aqui pelo Porto das Redes. Antigamente minha vó dizia que no porto os escravos moravam e ficavam lá para serem comprados pelos ricos.* (Entrevistado: Sr. R.S. Pina de 65 anos.)

*“[...] Lá no Porto das Redes tinha casas, igreja. Muita gente morava lá. [...] No tempo da escravidão os mais velhos me falavam que muitos escravos moravam lá. Eles ficavam lá esperando gente que vinha parar eles. Foi tempo de muito sofrimento. Não gosto nem de pensar nisso. Eu não quero mais falar disso.* (Entrevistado: Sr. E.J. da Cruz de 87 anos)

Dados disponibilizados por Freire (1977) apontam que Santo Amaro das Brotas já foi o segundo núcleo mais populoso de Sergipe, e foi o principal pólo de produção agrícola e um dos maiores contribuintes da economia da capitania, uma vez que estava beneficiado pela proximidade do Porto da Cotinguiba, ou Porto das Redes, que exportava 20 mil caixas de açúcar por ano, enquanto as barras dos rios Real, São Francisco e Vaza-Barris alcançavam juntas 10 mil. O mapa 5 traz a localização do Porto das Redes no ano de 1844. (Anexo 3).



Foto 3: Notícias relacionadas ao Porto das Redes

**A UNIÃO LIBERAL.**

CONSTITUIÇÃO E TRONO. JUSTIÇA E PROSPERIDADE.

**JORNAL POLITICO, LITTERARIO E COMMERCIAL.**

---

**ANNO III. QUINTA-FEIRA 30 DE MARÇO DE 1854. Nº 109**

---

Publicase em Seigipe uma ou mais vezes por semana na typ. da União - rua do Rozario N.º 17 - A.

Recobrem-se assignaturas na Typ. e em Laranjeiras em casa do Sr. José Joaquim Teixeira e na Estrella em casa do Sr. Domingos José Lima e em Matern em casa do Sr. Erico Prestesoto. — Os annuncios dos Srs. assignantes são gratis até 10 linhas duas vezes repetidos. Todos os mais escritos de fora vindos nos termos da lei pagarão 80 reis por linha.

PREÇOS DA ASSIGNATURA.	
Por um anno	8\$000
Por seis mezes	4\$500
Por tres mezes	2\$500

(Pagamento adiantado.)

---

**A UNIÃO LIBERAL.**

O REGULAMENTO PROVINCIAL DE 23 DE FEVEREIRO DE 1854.

Diz o art. 3.º « Que a pesada do assucar, assim como a verificação de sua qualidade terão lugar nos trapiches de propriedade particular actualmente existentes

um guarda, sem que d'ahi resulte demora ás partes. »

Durante o periodo da safra na cotinguiba os carros, que conduzem caixas,

---

**Que numero excessivo de guardas não será preciso, para que as partes não soffrão demora? Occasões ha que no Porto das Redes, ancoradouro da carga até hoje, se contão 30 navios á carga; são precisos pois 30 guardas para os navios; ha dentro da barra da cotinguiba 13 trapiches, portanto são precisos mais 13 guardas, não resultará d'esta disposição um gravame excessivo aos cofres publicos? E a proporção que se augmenta o n.º de guardas na cotinguiba, não é preciso augmental-o no rio de S. Francisco, no rio real, no vasa barris, no Espirito Santo, Santa Luzia, &c. &c.? A quanto vai chegar a despesa publica só com o ordenado dos guardas provinciaes?**

Fonte: Biblioteca Nacional Virtual

Era costume no Porto das Redes, que as comunidades afro-indígenas-religiosas, se utilizassem de suas águas como espaços sagrados, para realizar ritos religiosos de solicitação ou agradecimento benefícios obtidos. Oferendas eram lançadas através do cais desse porto e nele os moradores e vizinhanças festejam datas do calendário religioso local (RAMBELLI, 2011).

Atualmente a área do antigo Porto das Redes possui rico potencial arqueológico, tanto pré-colonial quanto histórico, e representa tanto o patrimônio material como o imaterial de Santo Amaro das Brotas/SE, como pode ser observado na foto 20, que traz uma demarcação aérea atual desse porto.

**Figura 20- Vista Aérea da Área do Porto das Redes em santo Amaro das Brotas, SE**



Fonte: RAMBELLI (2011)

Em 2011, intervenções arqueológicas foram feitas nas proximidades do antigo Porto das Redes, tanto no entorno terrestre, como no subaquático. Essas intervenções foram realizadas pelo arqueólogo Rambelli e sua equipe, esse estudo, possibilitou construir um novo olhar sobre essa área portuária, capaz de garantir a integridade do patrimônio cultural. O estudo dele reuniu informações, etno-históricas e arqueológicas que vão contribuir para que seja traçado um cenário da ocupação humana do Porto das Redes em diversos períodos de maneira constante, visto que esse porto possui graças ao Rio Sergipe recursos que parecem ter servido como fonte de água, alimentação, combustível por muitas gerações (RAMBELLI 2011). A demarcação em amarelo na figura 20 representa toda área que seria afetada pela revitalização do Estaleiro Porto das Redes, uma firma destinada a construção da engenharia civil. No grupo de foto 4, podemos ter uma noção atual da expansão das águas no Porto das Redes.

**Foto 4- Extensão das águas no Porto das Redes**



Fonte: Luciana Souza (2013)

Estas estruturas que aparecem na foto 4 não estão relacionadas às estruturas da antiga alfândega, visto que essas não foram possíveis de serem identificadas durante o levantamento oportunístico ao redor do porto, essas estruturas antigas podem estar embaixo d'água. Estas se referem a restos de uma empresa chamada Araujo que funcionou durante alguns anos na área. Dessa forma, podemos ver que o local é tão bom para a produção de atividades relacionadas ao comércio que em dias atuais ele ainda está sendo analisado para aportar uma nova empresa. O trabalho realizado por Rambelli em 2011 foi uma emergência, já que o local ia ser diretamente e indiretamente impactado pelo novo empreendimento chamado estaleiro Porto das Redes.

Nessas pesquisas realizadas por Rambelli (2011), foram encontrados nas imediações do antigo Porto das Redes, sílex e lítica, materiais que estão sendo estudados por pesquisadores da Universidade Federal de Sergipe. Esse mesmo autor ressalta que o estudo do material lítico tem possibilitado entender sobre a tecnologia, a subsistência e a cultura de determinadas comunidades pré-colonial. Conforme pesquisas no local já foi encontrado material histórico com vestígios típicos de residências de famílias abastadas como pratos, jarros, bules, etc. que não tem nada a ver com a realidade da comunidade que habita o local atualmente. Esses vestígios podem demonstrar a importância do Porto das Redes. Os moradores de Santo Amaro durante pesquisa oral corroborou com as pesquisas bibliográficas e documentais. Todos falaram sobre o porto das Redes como local de habitação humana.



A realização e resultados do trabalho de Rambelli foram tão importantes arqueologicamente que logo mais foram feitas escavações na área do Porto das Redes por um professor também da Universidade Federal de Sergipe. Nos (anexos 8, 9 e 10), podemos ver imagens das prospecções e dos materiais líticos e cerâmicos que foram encontrados nas imediações do antigo Porto das Redes por Rambelli em 2011.

O Porto das Redes por volta do século XIX segundo registros de Azevedo (2011) acrescenta que foi os avanços nos meios de transporte marítimo, a nacionalização da cabotagem e o agravamento das condições de navegabilidade do estuário do rio Sergipe, que impediram que os portos de Sergipe fizessem parte da rota das grandes companhias de navegação de cabotagem da época, além de que os fretes se tornaram cada vez mais altos, o que inviabilizava a chegada de muitos navios, tanto é que segundo esse mesmo autor “[...] em 1903 somente um navio fazia uma viagem mensal, estando quase fechados os portos do estado” (AZEVEDO, 2011, p.09).

Como mesmo comenta Silva (2007), inicialmente, a navegação de cabotagem era dominada pelas pequenas embarcações a vela (a exemplo dos saveiros, escunas, patachos, e brigues, mas a partir da segunda metade do século XIX, “com a criação dos vapores no transporte marítimo, as embarcações a vela deixaram de ser interessantes para o comércio e foram substituídas por navios mais velozes e modernos, embora ainda se utilizassem muito o comércio de pequena cabotagem” (SILVA, 2007, p.107)

Como os portos foram sendo fechados os comerciantes sergipanos passaram a se utilizar da via férrea e, principalmente do sistema rodoviário implantado para ligar os “[...] centros urbanos do nordeste e ligando-os aos mercados do sul.” (ALMEIDA 1989, p115). Não só Santo Amaro, mas Maruim também teve sua prosperidade econômica afetada pela modernidade e pela inviabilidade das rotas marítimas, visto que os navios muito grandes não podiam aportar nas águas dos antigos portos.

Sobre o Porto das Redes, justifica-se a transferência da alfândega e a inatividade do mesmo por volta de meados do século XIX, primeiro devido à falta de pessoas para realizar a fiscalização que favorecia ao contrabando e a teoria de que no futuro as areias iriam deixar esse porto mais raso. (JORNAL A UNIÃO LIBERAL DATADO DE 09 DE MARÇO DE 1853). (Anexo 5).

Como consta no Jornal A União Liberal datado de 09 de março de 1853, (anexo 7), explana vários comentários sobre o Porto das Redes, um deles é que não existia uma fiscalização correta, visto que a alfândega ficava localizada no mesmo, portanto, era no trajeto da barra para o Porto das Redes que acontecia o contrabando da cabotagem. No (anexo 6), é importante comentar que para os moradores da região no século XIX, não era interessante transferir a alfândega do Porto das Redes, visto que representaria perdas econômicas para Santo Amaro das Brotas e região circunvizinhas, mas essa transferência acabou por acontecer.



## **CAPÍTULO IV - METODOLOGIA**

### **4.1 - Itinerários do Desenvolvimento do Estudo**

Conforme Orser (1992, p.33) a arqueologia histórica se interessa também por “qualquer evidencia de presença humana que não pode ser removida do sítio, mas que fornece informações sobre as atividades desenvolvidas no sítio”. Enquanto tipo de sítio, o Porto das Redes está estudado neste trabalho por meio de dois itinerários bem distintos, sendo o primeiro um estudo bibliográfico e documental, seguido de um estudo de campo baseado em informação oral.

### **4.2 - Estudo Bibliográfico e Documental: Discussão e Apresentação dos Conceitos Utilizados no Estudo**

Considerando que a essência da pesquisa bibliográfica consiste em se utilizar de informações secundárias disponibilizadas por livros, artigos de revistas especializadas, dissertações, mestrados e demais materiais disponibilizados na internet relacionados aos conceitos utilizados no estudo, a primeira parte desta monografia se baseia-se justamente em informações encontradas na literatura que abordam sobre arqueologia histórica, escravidão, arqueologia da escravidão e arqueologia marítima e portuária.

São autores que contribuem para a formação dos conceitos necessários a compreensão dos objetivos definidos para a realização do estudo FUNARI, NAJJAR, TRIGGER, ORSER, LITTLE, PATERSON e WILSON, COSTA, SYMANSKI, FERREIRA, SINGLETON e SOUZA, GUIMARÃES, CARVALHO, RAMBELLI, NUNES, SUBRINHO, FALCÃO, CAMARGO, SCATAMCCHIA e outros mais.

Com a bibliografia citada foi realizado todo o processo de referência teórica para a realização do trabalho como um todo. Essas informações coletas nos materiais bibliográficos contribuíram para corroborar ou contrapor com os dados que a partir daí seguiram-se secundários na realização desta pesquisa.

### **4.3 - Etapa de Gabinete**

A segunda etapa da pesquisa foi a documental, chamada aqui de etapa de gabinete. Aconteceu no período de cinco meses no ano de 2012 e 2013, em 2012 foram nos meses

outubro, novembro e dezembro, em 2013 foram nos meses de março, abril e maio. As instituições pesquisadas foram: O Arquivo Estadual de Sergipe, Biblioteca Epifânio Dória, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Gabinete de Leitura de Maruim e na Biblioteca Nacional Eletrônica. Nesses meses foram coletados os dados que descem subsídio ao tema abordado.

Os documentos encontrados relacionados ao tema tráfico interno de escravos, Porto das Redes, escravidão em Santo Amaro das Brotas estavam sem condições de uso, motivo esse que levou-nos a desistir de apresentá-los nesta pesquisa. Percebemos que não havia relevância inseri-los só para mostrar o mal estado de conservação. Dessa forma, os documentos que foram utilizados na pesquisa somaram-se em jornais disponibilizados pela Biblioteca Nacional Eletrônica.

Com os jornais foram feitos os procedimentos de: eurística; compilou-se todos os documentos (jornais), foi feito todo trabalho de separação, apontamentos e soma para depois fazer as análises. Logo após foi realizado a crítica interna, com o objetivo de ver a autenticidade dos jornais. Por mais, fez-se a crítica externa, fase de diálogo com o conteúdo, enfim, foram questionados. Logo após foi feito a interpretação com base na hermenêutica, analítica e dialética, OLIVEIRA (1997).

Os documentos escritos são tão importantes quanto os artefatos e os edifícios. Consistem em “fontes de informação adicional” (Orser, 1992, p.39) que se baseiam em documentos escritos. Por meio da análise documental os arqueólogos trabalham como historiadores, pois “devem compreender como achar e interpretar documentos escritos da mesma maneira que os historiadores”, de maneira tal que integrem a informações primárias ou secundárias, obtidas através de análise documental com suas descobertas arqueológicas. Todos os trabalhos históricos secundários estão baseados em fontes primárias éticas, ou seja, “escritos de valor histórico produzidos por observadores diretos ou por pessoas que foram contemporâneas dos acontecimentos relatados”, (ORSER 1920, p.40).

Ainda a importância dos registros históricos, dos artefatos e das estruturas arqueológicas e as edificações ainda em uso, também são importantes para os estudos históricos é preciso acrescentar que existem ainda as fontes adicionais de informação, de sítios de ocupação mais recentes, “são as informações orais e pictóricas”, utilizadas na segunda etapa desta monografia (ORSER 1920, p.40).

#### 4.4 - Estudo de Campo no Porto das Redes

No Porto das Redes foi feito um trabalho de campo tipo um levantamento oportunístico arqueológico na área do antigo Porto das Redes com o objetivo de encontrar estruturas que fossem capazes de nos ajudar a montar uma metodologia que pudessem ser incorporada junto às outras fontes. Dessa forma, optou-se pela documentação fotográfica para tentar fazer uma correlação do local aonde foi instalada a alfândega no século XIX e tentar perceber se existiam elementos de outras épocas fossilizados na paisagem atual, como por exemplo, uma estrutura portuária, elemento esse que mudaria todo o rumo desta pesquisa. O Porto das Redes tem potencial arqueológico histórico e pré- histórico, esse pode ser visto no trabalho de RAMBELLI (2011).

O Porto das Redes não pode ser identificado como porto organizado ou porto não organizado, nele não existe nenhum tipo de estrutura edificada do século XIX. Se existe está debaixo d'água. Não existem estruturas visíveis antigas, por tanto, não pôde ser feito nenhum tipo de metodologia que amparasse seu entorno. Camargo (2009), em sua tese de doutorado fez uma linha metodológica para a Arqueologia Portuária com base em uma análise das estruturas visíveis ou sensíveis. Para ele, porto não organizado e porto organizado é:

“O porto não organizado é todo o porto que não se submete a uma autoridade portuária e que, portanto não tem a movimentação de cargas ou passageiros que demande a regulamentação direta da União. São policiados pelas Capitanias dos Portos, mas somente no que tange o trânsito de embarcações e a salvaguarda da vida no mar. O porto organizado se dá: menos pelos atributos físicos estruturais do que pelas condições de gerenciamento. Segundo a autarquia federal especial Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), um porto organizado:” É o porto construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação e da movimentação e armazenagem de mercadorias, concedido ou explorado pela união, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária. As funções do porto organizado são exercidas, de forma integrada e harmônica, pela Administração do Porto, denominada autoridade portuária, e as autoridades aduaneira, marítima, sanitária, de saúde e de polícia marítima” Camargo ( 2009, p, 41-46).

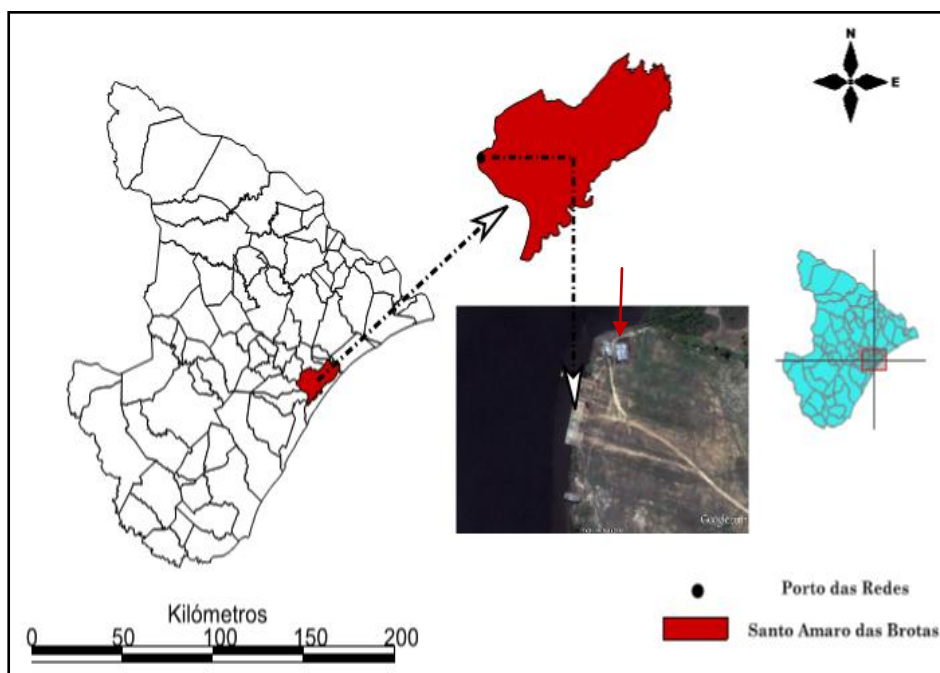
Dessa forma, a pesquisa manteve-se apenas em níveis bibliográficos, orais e em uma foto do porto intitulada “Trapiche Alfandegário” pintada, disponibilizada por Silva (2006) do pintor “Adolphine Schramm (1826-1863), enviada da Alemanha por Gebhard Schramm em 15 de setembro de 2003, como podemos ver na figura 19.

Quando estava fazendo a última visita de campo, já perto da data de entregar a monografia, motivo esse que não permitiu fazer uma análise detalhada, com a maré baixa, foi possível perceber que no local aonde possivelmente era o Trapiche Alfandegário no Porto das

Redes, existe essas estruturas de ferro como pode ser vistas no grupo de foto 5. Não é possível nesse momento da pesquisa associá-los a qualquer fase de ocupação do porto, visto que isto mudaria um pouco o sentido da pesquisa.

Essas estruturas poderiam ter várias associações. Poderiam por exemplo fazer parte da Firma Araujo que funcionou há alguns anos atrás, ou também poderia fazer parte do Trapiche Alfandegário. O mapa 6 marca a estrutura atual do Porto das Redes, essa que pertenceu a firma Araújo. Os barcos demarcados com a seta vermelha ficam no local onde possivelmente era a Alfândega no século XIX. Com a maré baixa foi possível identificar as estruturas do grupo de fotos 5 em frente a esses barcos.

**Mapa 6 – Porto das Redes Atual, 2014**



Fonte: Felipe Calasans (2014)

**Foto 5 – Estruturas Encontradas no Porto das Redes Atualmente**



Fonte: Luciana Souza (2014)

#### 4.5 - Estudo de Campo Baseado em Informação Oral

Para a etapa identificada como estudo de campo, que segundo Gonçalves (2001, p.67), se apresenta como o tipo de pesquisa caracterizada pela busca de informação “diretamente com a população pesquisada”, onde o pesquisador precisa ter um encontro direto no espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas, foi escolhida a ferramenta de coleta de dados entrevista semi-estruturada.

Essa coleta de dados através de entrevistas, aconteceu no período de agosto a setembro de 2013. A população que participou do estudo foram oito moradores de Santo Amaro das Brotas/SE. Todos aceitaram participar do estudo e foram escolhidos pessoas com idades entre 60 e 90 anos, esses poderiam nos apresentar informações orais relacionadas às propostas do estudo. Antigos na cidade, os entrevistados foram contatados e questionados sobre a possibilidade de participarem do estudo. Para aqueles que afirmaram ter memórias sobre o tema da monografia foi agendada o dia e a melhor hora para a visita para a aplicação da entrevista.

Considerando as opções de entrevista escrita e oral, ficou estabelecida a coleta oral através de gravação e posterior transcrição das falas dos entrevistados. Conforme ORSER (1992, p.45), a informação oral fornece dados sobre os sítios arqueológicos de um período histórico da mesma forma que os documentos escritos. Têm a vantagem de produzir “informações que podem não estar disponíveis em outras fontes”. Ela é bastante útil nos casos em que o arqueólogo está estudando um sítio que foi ocupado em tempos ainda presentes na memória de testemunhas.

As informações transmitidas oralmente são úteis, pois permitem ao arqueólogo ter uma noção de como é a vida atualmente e como ela era no passado. Ao ser associada às informações escritas possibilita ao pesquisador ter acesso a uma gama de novos dados do passado. É importante considerar que as pessoas nem sempre se lembram do passado como ele realmente foi, e quase sempre não respeitam os padrões cronológicos precisos, por isso que os arqueólogos precisam aprender com a história oral e a etnografia (ORSER 1992).

Mediante a aplicação da gravação das falas e de fotografar os entrevistados (aqueles que permitiram tirar fotos), as falas foram transcritas pela ferramenta Word e estão organizadas na íntegra, considerando a ordem cronológica em que foram aplicadas, no próximo tópico desta metodologia.

## 4.5 - Resultados das Entrevistas Aplicadas

### 4.5.1 - Relatos Oraís

Nesse momento acontece a transcrição dos relatos orais dos antigos moradores de Santo Amaro das Brotas/SE que aceitaram participar desta pesquisa. As entrevistas a seguir aconteceram no período de agosto e setembro de 2013 e estão organizadas cronologicamente sem distinção de conteúdo. Foram realizadas nas residências dos entrevistados.

Com o objetivo de entender a relação comercial e marítima do porto da cidade de Santo Amaro das Brotas/SE a partir do tráfico interno de escravos no século XIX, no dia 12 de agosto de 2013 na cidade de Santo Amaro das Brotas/SE, foram colhidos os relatos orais do Sr. Antônio Mota da Cruz de 74 anos, que não quis tirar foto, pois justificou que não quer que todo mundo veja ele no trabalho dos outros.

Nascido e criado em Santo Amaro das Brotas/SE, Sr. Antonio tem lembranças do tempo dos escravos e dá detalhes de como era no passado a cidade que nasceu.

*Existia na cidade uma fazenda chamada Campo Grande onde tinha uma senzala e até o tronco que os escravos eram colocados para apanhar amarrados. Você até pouco tempo podia passar lá e ver. Acho que já desfizeram de tudo. Ninguém quer dizer que tem parentesco com quem tinha escravo. Aqui era cheio de fazendas com senzalas. Tinha o engenho Limoeiro, Lombada, Caraíba, Caieira e muitos outros que não lembro agora.*

Durante a entrevista foi perguntado ao entrevistado se tinha alguma lembrança do Porto das Redes, se ele era importante para o comércio de Santo Amaro das Brotas/SE e se tinha alguma relação com o comércio de escravos. As respostas foram transcritas a seguir.

*Santo Amaro era rica em cana de açúcar. O braço do escravo cansou para plantar e colher tanta cana. Tudo o que era produzido por escravos era enviado pelo Porto das Redes para fora do estado. Para o Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e muitos outros lugares. No Porto das Redes tinha igreja e muitas casas. Morava muita gente lá. Se você for lá você ainda ver umas paredes velhas. O Porto das Redes foi vendido para firma Araujo que ampliou o cais. Vinham grandes balsas pegar as peças da empresa.*

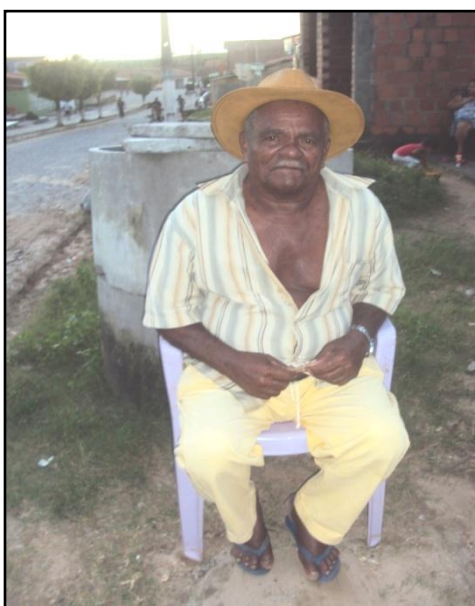
*Muita gente daqui sabe que lá foi o primeiro lugar que o povo daqui morou. Sabe por quê? Porque era perto do rio, lugar aonde chegava e entrava tudo na cidade. Então era melhor morar logo lá mesmo.*

*Eu queria que fosse como antigamente, lá no porto era outra coisa. Tinha uma paisagem de filme. Agora que está diferente. Foi vendido de novo e nem todo mundo pode mais entrar. Você já foi lá? Vá de novo veja se você não fica pensando como era antigamente com muita gente morando lá.*

Como pode ser observado nas falas do entrevistado o porto foi o início da colonização de Santo Amaro e o foco da economia do povoamento na época. Ele não cita o ano específico, mas é possível entender que se trata do início do processo de povoamento da região e mostra o quanto o porto foi um marco no desenvolvimento local.

Dando sequência às entrevistas no dia 16 de agosto de 2013, na cidade de Santo Amaro das Brotas/ SE, foi colhido os relatos orais do Sr. Paulo Francisco dos Santos de 78 anos, foto 6.

**Foto 6 – Entrevistado Sr. Paulo Francisco dos Santos**



Fonte: Luciana Souza (2013)

Mediante análise das respostas obtidas fica evidente nas falas a seguir que este senhor tem memórias que descrevem como os escravos eram tratados nos antigos engenhos da cidade.

*“Eu nasci e me criei na fazenda Caieira. Sai de lá com 65 anos quando me aposentei. No tempo da escravidão o povo sofria muito, trabalhava sem direito a nada. Trabalhavam como animais de carga ou pior. Minha avó foi uma escrava, ela me contava que a mulher do patrão dela tinha um pé de galinha seco que ela usava para arranhar o rosto das escravas. Minha avó já pulou a janela da cozinha que era bem alta e caiu no chão fugindo das unhas da galinha.*

Conforme transcrição da gravação obtida, podemos verificar que o entrevistado ri nesse momento da entrevista e fala que sua avó contava isso direto para ele e seus irmãos quando eram crianças. Passado as lembranças que o faz rir, observando nas falas do

entrevistado a seguir, ele comenta sobre um engenho da região e sua experiência profissional ao trabalhar nesse engenho no passado. Segundo seu relato a escravidão sempre existiu, visto que trabalhou a vida toda sem ter nenhum direito trabalhista, apenas comida. Rico em detalhes descreve como os escravos eram tratados e como era a vida dos pais na época da escravidão e do sofrimento vivido por eles.

*Na Caieira, tinha um quarto muito escuro que prendiam os escravos, a parede era muito grossa, e as correntes que tinha dentro dela cabiam meus dedos de tão grossa.*

*Naquele tempo o povo sofria muito, trabalhava sem direito a nada. Como animais! Como animais!*

*A Caieira era um engenho de açúcar, uma fazenda dentro de um mundo de cana. Essa avenida (Fala da avenida referindo – se a rua aonde mora que é a principal da cidade) era um canavial, Santo Amaro era um canavial.*

*Ainda hoje tem lá na Caieira o lugar dos escravos. Tem o tronco têm correntes. Muitas coisas foram vendidas. O mato já toma conta do lugar que era a senzala, mas quando vou lá lembro como tudo era, lembro-me do lugar que os escravos ficavam e sofriam. Naquele tempo o povo sofria muito, trabalhavam sem direito a nada. Trabalhavam como animais, sem direito a nada! Animal ainda é melhor que eles.*

*Minha mãe e meu pai nasceram lá na Caieira. Eles trabalhavam de tudo lá. Na cana, na fazenda, com os bois. E nunca teve direito a nada, só a comida. Eu e meus nove irmãos e duas irmãs nascemos lá também. Muito dos meus irmãos saíram de lá quando eram rapazes e foram tentar a vida em São Paulo e Rio de Janeiro, têm dois que moram em Maruim, eu mais três moramos aqui, um morreu. Agora, eu só saí de lá com 65 anos quando me aposentei. Trabalhei de tudo lá, como escravo. Nunca tive direito a nada. Trabalhei tanto tempo e nunca soube que tinha direito a nada. Não sabia que tinha direito a férias décimo, a nada. Trabalhava e comia por isso. Me criei plantando e cortando cana, correndo atrás de boi.*

Nas falas a seguir o entrevistado comenta sobre o Porto das Redes e a relação do comercio do mesmo para Santo Amaro das Brotas/SE, principalmente para o transporte dos escravos.

*Na Caieira chegava saveiros para pegar o cabauí que era produzido na fazenda. O rio passa por trás da caieira. Os saveiros ficam lá na maré baixa e quando a subia levava toda a produção. Na Caieira existiam três senzalas. Quando acabou o engenho de lá eu mesmo cortava e levava com carro de bois lenha e cana para o Porto das Redes para serem levados pelos saveiros.*

*Minha avó falava que quando ela era criança escrava o povo sofria muito. Trabalhava sem direito a nada. Eu não era escravo, mas também trabalhei sem direito a nada. O porto era o local que pegava tudo o que era produzido na cidade. Os escravos chegavam por ele. Eles vinham e trabalhavam nos canaviais. Faziam de tudo.*

*Muita gente fala que no porto chegava grandes embarcações, mas acho que não. A profundidade do rio não deixava grandes embarcações chegarem. Acho que os escravos chegavam em saveiros mesmo. Tinha muita gente que trabalhava lá. Muitos escravos moravam lá. Os patrões compravam os escravos lá. Naquele tempo o povo sofria muito. Trabalhavam sem direito a nada.*



*Agora lá na Caieira, só tem pouca coisa do engenho. A casa dos patrões era mais para trás. Hoje é muito diferente. Onde era e senzala hoje é um curral. Onde era os engenhos hoje é a casa do patrão. Mas eu lembro como era tudo. Cada lugar está na minha cabeça. Minha avó que era escrava nunca esqueceu que naquele tempo o povo sofria muito. Trabalhavam sem direito a nada. Como animais! Animais ainda é melhor.*

Outro entrevistado foi o Sr. Emerson José da Cruz de 87 anos, foto 7. A entrevista aconteceu no dia 19 de agosto de 2013, também foi realizada na cidade de Santo Amaro das Brotas/ SE, aonde foi colhido os relatos orais do mesmo.

**Foto 7 – Entrevistado Sr. Emerson José da Cruz**



Fonte: Luciana Souza (2013)

Nascido e criado em Santo Amaro das Brotas/SE, seu Emersom também tem memórias sobre o período da escravidão, fatos que não gosta muito de relembrar. Segundo suas palavras os mais velhos lhe falavam que no tempo dos escravos Santo Amaro era só cana de açúcar. São memórias desse entrevistado relacionadas ao passado, no tempo da escravidão em Santo Amaro das Brotas/SE:

*Aqui você não via mais nada, só plantação de cana. Os escravos trabalhavam de sol a sol sem direito a nada. Aqui onde é o colégio Esperidião Monteiro era o lugar que os ricos mandavam enforcar os escravos.*

*Não gosto nem de pensar nisso. Eu não quero mais falar disso.*

Sobre o que sabia ou já tinha ouvido falar do Porto das Redes o entrevistado respondeu:

*Eu já fui ao porto das Redes muitas vezes para pescar. Lá tem uns barcos parados. Se lá tem esses barcos parados que são bem grandes, maiores que saveiros, imagine comigo se não vinha antes grandes embarcações! Lógico que vinha.*

*A gente só não pode provar porque as pessoas já morreram e não pode mais voltar para falar. Lá no Porto das Redes tinha casas, igreja.*

*Muita gente morava lá. Na época do Araújo que era uma firma lá, vinham balsas bem grandes para pegar o material da empresa. No tempo da escravidão os mais velhos me falavam que muitos escravos moravam lá. Eles ficavam lá esperando gente que vinha pegar eles. Foi tempo de muito sofrimento.*

O próximo entrevistado foi o Sr. Reginaldo Soares Pina de 65 anos (ele não quis tirar foto, diz que não gosta porque não sabe o que as pessoas podem fazer com sua imagem). A entrevista aconteceu no dia 20 de setembro de 2013, na cidade de Santo Amaro das Brotas/SE. Conforme relatos orais obtidos e transcritos, ele nasceu e foi criado nessa cidade.

Nas falas transcritas a seguir o relato das memórias do entrevistado sobre a escravidão em Santo Amaro das Brotas/SE.

*Santo Amaro no tempo da escravidão era rica em cana de açúcar. Aqui existia uma favela de escravos. Eles ficavam na rua que hoje é Santa Cruz e Tabuleiro. Só nessas ruas. Eles não podiam passar por onde os brancos passavam e andavam só descalços. Meu pai me falava que minha vó contava que naquele tempo da escravidão Santo Amaro era cheio de engenhos e de escravos.*

Em seguida foi perguntado ao Sr. Reginaldo se ele sabia alguma coisa sobre como era a vida dos escravos, como eles chegavam a Santo Amaro das Brotas/SE e o que ele sabia dizer a respeito do passado do Porto das Redes.

*Eles vieram traficados para trabalhar para os ricos. Trabalhavam de sol a sol sem ganhar nada e ainda apanhavam no tronco se ficassem doentes. Aqui ainda tem engenho fica na Caieira, lá você pode encontrar umas correntes e outras coisas aonde eles colocavam os escravos para bater.*

*Santo Amaro foi o grande centro comercial de escravos de Sergipe. Era pelo Porto das Redes que os escravos chegavam aqui. Antigamente minha vó dizia que no porto os escravos moravam e ficavam lá para serem comprados pelos ricos. Se você for hoje lá no porto vai ver que ainda tem a estrutura da firma Araújo que é muito grande. Eu acho que ali por baixo pode ter outra estrutura ou então tudo pode ter sido arrancado para colocar essa estrutura da firma.*

*O rio é extenso e fundo chegavam grandes saveiros e outras embarcações que não sei o nome. Os mais velhos sempre me diziam isso. Tudo o que era produzido aqui na época da cana de açúcar saía e entrava pelo porto das redes. Você pode ver que hoje não tem estudo para saber mais sobre isso, acho que é muito importante saber sobre esse porto. Ele foi no passado o lugar onde os escravos viviam e pensavam em ser livres para poder criar seus filhos e ter família.*

*Se esse porto fosse ativado novamente seria maravilhoso para nós. Eu quando era criança vivia indo para Aracaju por ele. Saía de madrugada com meus pais sobre as águas do rio.*

Nas memórias do Sr. Reginaldo percebe-se que ele tem boas lembranças do Porto das Redes.

*Era tudo tão grande, eu ficava com medo de tanta água. Depois fui ficando mais velho e comecei a gostar de pescar e viajar com meu pai pelo rio. A área do porto era muito diferente. Era muito linda. Tinha igreja, tinha casas. É uma pena que não tenha fotografias para você ver como ela aquela área. A cidade deveria começar lá. Na beira do rio.*

Outro entrevistado foi o Sr. João Bispo de Jesus de 73 anos, foto 8. A entrevista aconteceu no dia 20 de setembro de 2013 na cidade de Santo Amaro das Brotas/SE, onde foi colhido os relatos orais.

**Foto 8 – Entrevistado Sr. João Bispo de Jesus**



Fonte: Luciana Souza (2013)

Conforme relatos orais obtidos e transcritos, o Sr João nasceu na cidade de Japoatã, mas quando criança veio para Santo Amaro das Brotas/SE, aonde se criou e mora até hoje. É vigia da Igreja Matriz de Santo Amaro. Na fala a seguir suas memórias relacionadas a escravidão na cidade de Santo Amaro das Brotas/SE.

*Cheguei aqui com há 66 atrás. Trabalhei na Usina Caraíba 28 anos e depois trabalhei 47 anos na usina Pinheiro. Eu conhecia uma mulher que foi filha de escrava daqui de Santo Amaro, ela morreu com mais de 100 anos. Já faz mais de 40 anos que ela morreu. Ela me contava que sua mãe tinha uma cicatriz no rosto por conta de um castigo. Ela me falava que sua mãe sofreu todas as humilhações que um ser humano pode passar nessa vida.*

Igual aos outros moradores que participaram do estudo Sr João comenta sobre o sofrimento dos escravos e demonstra indignação com o que considera escravidão. Tal qual os demais também afirma que a escravidão não acabou e afirma ter medo pelo futuro dos seus netos. São falas do entrevistado relacionadas às suas memórias sobre o passado do Porto das Redes e o que existia na época da escravidão:

*Aqui tinha uma igreja que era dos escravos lá no Porto das redes, nossa Senhora do Amparo. Eu trabalhei muito no Porto das Redes antes de trabalhar nas usinas. O porto era do Dr. Adalberto, depois ele vendeu para outro dono que fez de lá a Empresa Araujo.*

*Você pode ver que lá tem o lugar onde eles montavam e despachavam todo o material da empresa. Assim você pode entender que no passado tinha lá outro lugar que chegavam embarcações com escravos. O rio é largo e fundo. Eu acredito que muitas embarcações maiores que saveiros chegaram aqui. Embarcações bem grandes como vemos nos filmes.*

*Aqui também aonde é o Colégio Esperidião Monteiro era o local onde os escravos eram levados para serem enforcados, foi também cemitério. Quando teve a reforma há dois anos teve pedreiro que encontrou ossos trabalhando no colégio.*

*Aqui nessa igreja tem túnel, você sabia? Eu mesmo já entrei. Os escravos fizeram essa igreja, você pode ver que ela é toda de pedra. É original. O túnel é porque os escravos fugiam para não serem enforcados. Os escravos trabalhavam sem direito a nada.*

*Fico pensando que hoje em dia a escravidão não acabou. Muita gente faz pessoas de escravo. Compra e vende pessoas e crianças para trabalharem como escravos. Muitas crianças ainda trabalham como escravos sem direito a nada. Muita gente sofre por causa do dinheiro ainda nesse mundo. Nós somos escravos da nossa própria vida. Eu queria que as coisas mudassem, mas não muda. Tudo o que eu aprendi sobre a escravidão não passa. Só muda. Eu vejo como as pessoas sofrem ainda hoje trabalhando nas roças, na pesca para sobreviver e tem tanta gente vivendo roubando e não tem nada com elas. Parece que o dinheiro é mais importante que tudo.*

*Eu tenho medo do futuro como vai ser para meus netos. Será que eles vão sofrer. Eu acho que o tempo da escravidão está voltando e nós que somos pobres vamos sofrer de novo, mais do que já sofremos. Ganhamos um salário só para viver enquanto muita gente ganha vários salários e não fazem nada. Minha filha, aqui o povo sofreu muito na época da escravidão, mas não foi só aqui, foi em todos os lugares. Você sabia disso? Acho que todo mundo ainda deveria saber que a escravidão não passou. É só parar um pouco que você ver a escravidão, né?*

A próxima entrevistada foi a Sr<sup>a</sup>. Adeilde Santos de 61 anos, foto 9. A entrevista aconteceu no dia 21 de setembro de 2013, na cidade de Santo Amaro das Brotas/SE. Conforme relatos orais obtidos e transcritos, ela nasceu e foi criada nessa cidade. Ela é dona de casa e sua mãe de 96 anos é neta de escrava.

**Foto 9 – Entrevistada Sr<sup>a</sup> Adeilde Santos**



Fonte: Luciana Souza (2013)

Durante a entrevista se observa que ela parece sofrer quando fala de escravidão, fecha os olhos e fica tímida querendo não se lembrar do sofrimento que sua mãe lhe falava todos os dias quando assistia a uma novela que retrata esse assunto.

Nas falas a seguir podemos observar que ela comenta sobre o sofrimento dos escravos.

*Minha mãe me fala de tudo que minha bisavó falava para ela. Ela me fala que o tempo da escravidão foi marcado por muito sofrimento. Minha mãe não gosta de falar isso com ninguém antes ela falava comigo, agora não fala mais porque sofre ao lembrar e quando assiste novela ela pede para mudar quando passa uma cena de um escravo apanhando. As novelas retratam muito esse sofrimento. Acredito que era pior o tempo da escravidão do que como passam nas novelas. Aqui em casa tem um CD que mostra os escravos apanhando no tronco. Meus filhos gostam de ver e falam que não acreditam que por causa de dinheiro as pessoas eram capazes de maltratar seres humanos daquele jeito. Hoje em dia agente ver que a escravidão não acabou. Ela ainda existe. Muita gente escraviza as pessoas ainda. De várias formas.*

Foi perguntado a entrevistada de que forma ela acha que as pessoas são escravizadas até hoje, ela diz:

*Não sei como posso falar, só sei que ainda existe escravidão. É muito complicado falar daqueles que já morreram há tanto tempo, fica difícil, né? Sei que teve a lei da libertação dos escravos, teve uma mulher que libertou os escravos. Ela era uma pessoa boa...*

Quando pergunto sobre o Porto das Redes ela não sabe dizer nada sobre o assunto. A entrevista foi interrompida várias vezes porque ela parava e seus olhos enchiam de lágrimas.

Como a intenção não era emocionar a entrevistada, e sim obter relatos sobre o Porto das Redes, fato que a entrevistada não sabia dizer nada a entrevista foi interrompida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas reflexões propostas e nos objetivos norteadores desta monografia, observamos que a Arqueologia Histórica tem potencial para estudar não só a elite, mas também as classes que não tiveram vozes, a exemplo dos escravos, foco deste estudo. Verificamos que dentre as novas perspectivas no campo da Arqueologia Histórica Brasileira está o reconhecimento do enorme potencial dessa disciplina em contribuir com o estudo dos grupos que não tiveram possibilidades de escrever sua própria história, nem recuperar suas memórias sociais. Obtivemos que essa vem sendo largamente utilizada para desvendar o passado sócio-cultural dos escravos que estiveram no Brasil colônia.

Observamos ainda que a Arqueologia da Escravidão é uma extensão da Arqueologia Histórica e tal qual a Arqueologia Portuária, são áreas que vêm contribuindo com profundidade sobre as questões relacionadas aos africanos que foram traficados e escravizados principalmente no Brasil. Além disso, entendemos que a Arqueologia Portuária é a ramificação da Arqueologia que estuda as estruturas portuárias. Trata-se de disciplina que pode conter todos os tipos de sítios arqueológicos tanto sítios terrestres submersos, sítios de interface, sítios subaquáticos ou de interface emersos. Possibilita ao arqueólogo desenvolver suas pesquisas tanto em terra quanto embaixo d'água, considerando os ditames da Arqueologia Subaquática.

Através das pesquisas realizadas foi possível observar que Santo Amaro das Brotas/SE, foi uma das primeiras vilas de Sergipe durante o século XIX, durante o seu apogeu econômico contribuiu para o desenvolvimento e o povoamento do estado.

Sobre o Porto das Redes percebemos que esse se localiza em um local de prestígio no lado esquerdo do Rio Sergipe, nele já foi instalada a primeira alfândega sergipana. Era nesse porto que embarcações da época tanto traziam mercadorias para o comércio local, como também os escravos traficados internamente para trabalharem nos engenhos. Nesta pesquisa foi possível encontrar nenhuma estrutura portuária que pudesse enquadrar o Porto das Redes em uma metodologia adequada de análise de ambientes portuários, visto que a bibliografia citada o ampara apenas como povoado porto das redes, local onde foi instalado a primeira Alfândega de Sergipe.

Conseguimos perceber ainda, que o Porto das Redes favoreceu o processo de ocupação da então Vila Santo Amaro das Brotas/SE, visto que era nas suas imediações que as

aglomerações humanas foram surgindo, e contribuiu significativamente para a economia local. Enquanto parte do Rio Sergipe, esse porto apresentava durante parte do século XIX uma Alfândega que viabilizava o aporte de embarcações que eram propícias ao escoamento da produção agrícola dessa província. Foi através desse porto que o tráfico interno de escravos, fez-se presente a manutenção das lavouras de cana-de-açúcar, base da economia de Santo Amaro das Brotas/SE e de toda Sergipe D’el rei.

Através dos resultados das entrevistas com os antigos moradores de Santo Amaro das Brotas/SE, entendemos que o Porto das Redes era e é importante para a comunidade, visto que era o local de desembarque e acomodação dos escravos até eles serem vendidos pelos seus donos. Eles comentaram que o porto era profundo e permitia que grandes embarcações trouxessem escravos e mercadorias para a vila, como também levassem para o resto do país e do mundo o açúcar produzido no Vale do Cotinguiba. Sobre as embarcações os jornais falam de navios ancorados no porto. As pessoas falam na oralidade em saveiros. Pesquisas futuras envolvendo a Arqueologia Histórica, Arqueologia Portuária e Arqueologia Marítima, irão nortear os caminhos e descaminhos do Porto das Redes, o que podemos saber até o momento é que ele teve uma estrutura tão boa que até hoje querem transformá-lo em porto novamente.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria da Glória S. de. **Sergipe: fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis: Vozes, 1984.

AMARAL, Sharyse Piroulo do. **Escravidão, liberdade e resistência em sergipe: cotinguiba, 1860-1888**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

ARAGÃO, Carlos Roberto Britto. **Propriá e sua região: apogeu, decadência e perspectiva**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Sergipe, UFS. Aracaju, 1997.

ARAS, Lina Maria Brandao de; CHAVES, Cleide de Lima. Salvador, montevidéo e buenos aires (1801-1889). **Anais** Primeiras Jornadas de História Regional Comparada. Porto Alegre: PUC/RS. Porto Alegre: Rio Grande do Sul. 23, 24 e 25 de Agosto de 2000.

AVELINO, Camila Barreto Santos. **Novos cidadãos: trajetórias, sociabilidade e trabalho em sergipe após abolição. (cotinguiba 1888-1910)**. Dissertação de Mestrado em História Regional e Local. Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado da Bahia/UNEB. Santo Antônio de Jesus, Dezembro/2010.

AZEVEDO, Denio Santos. Navegando pelo cotinguiba: representações de maruim no século XIX a partir dos relatos de viajantes. In: **Anais** do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: Associação Nacional de História. 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: Julho, 2013.

AZEVEDO, EsterzildaBerenstein de. **Engenhos do recôncavo baiano**. Brasília, DF: Iphan /Programa Monumenta, 2009.

BARICKMAN, Bert Jude. Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano. (1850-1881). **Revista Afro-Ásia**. Vol. 21, nº22, p. 177-237. 1999.

CAMARGO, Paulo Fernando Bava de. **Arqueologia de uma cidade portuária: Cananéia, séculos XIX-XX**. Tese Doutorado em Arqueologia. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2009.

CAMARGO, Paulo Fernando Bava de. Portos e mais portos: arqueologia marítima de cananéia (SP). **Revista Navigato**. Vol. 04, nº07, p.82-97. 2008.

CARVALHO, Patrícia Marinho de. Vila bela e seus quilombos: etnoarqueologia aplicada aos estudos da diáspora africana. In: **Anais** do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. Nas franjas da plantation: trabalho e condições de vida de escravos e libertos em pequenas propriedades de Itaparica: 1840-1888. Universidade Federal Fluminense. **Revista Tempo**. Vol. 14, núm. 28, p. 195-223, junho, 2010.

CORREIA, Wanderley de Melo; ANJOS, Marcos Vinicius Melo dos; CORRÊA, Luiz Fernando de Melo. **Sergipe nossa história**. Aracaju: Edição dos autores, 2007.

CRUZ, José Vieira da. **Formação sócio-histórica do Brasil**. Unit. Aracaju: Gutenberg, 2010.

CUNHA, Joceneide. Apontamentos sobre as relações familiares dos homens e mulheres escravos nas terras sergipanas (1816-1835). In: **Anais** do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

DINIZ, Diana Maria de Faro Leal (coord.). **Textos para a história de sergipe**. Aracaju UFS e BANESE, 1991.

DURAN, Leandro Domingues. **Arqueologia marítima de um bom abrigo**. Tese Doutorado em Arqueologia. Universidade São Paulo-USP. São Paulo, 2008.

FALÇÃO, Tainam. **Navegação de cabotagem**: agentes que movimentaram o comércio baiano no século XIX. 2010.

FERREIRA, Lucio Menezes. Arqueologia da escravidão e arqueologia pública: algumas interfaces In: **Anais** da I Semana Acadêmica de Arqueologia da FURG. 15 a 19 de junho, 2009a.

FERREIRA, Lucio Menezes. Sobre o conceito de arqueologia da diáspora africana. **Revista Métis História e Cultura**. Universidade de Caxias do Sul. Vol. 8, n. 16, p. 267-275, jul./dez. 2009b.

FIGUEIREDO, Alba Vívian Amaral; MAROTI, Paulo Sérgio. **Bacia hidrográfica do rio sergipe**: significado, identidade e escolha de usos a partir da percepção dos membros do

comitê (gestão 2008-2010). **Revista Eletrônica do Prodema – REDE**. Vol. 7, n.2, p.22-41, nov. 2011.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. O negro escravo em sergipe, uma introdução ao seu estudo. **Revista Ciência & Trópico**. Vol.16, nº01, p. 45-56, jan./jun. 1988.

FREIRE, Felisbello. **História de sergipe**. Ed.2ª. Petrópolis: Vozes, 1977.

FUNARI, Marina Soleo. **Reconhecimento e divulgação da cultura africana e afro-brasileira**: estudos sobre o museu afro brasil. Pós-Graduação em Gestão Cultural e Produção de Eventos. Escola de Comunicação e Artes. Centro de Estudos Latino-Americanos sobre cultura e comunicação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FUNARI, Pedro Paulo. A arqueologia histórica em uma perspectiva mundial. **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul, Cultura Material, Discursos e Práticas**. Andrés Zarankin e María Ximena Senadores (orgs). Buenos Aires: Edicionesdel Tridente, 2002.

FUNARI, Pedro Paulo. Os avanços da arqueologia histórica no brasil, um balanço. **Revista Com Ciência**. Vol.1, nº 47, p.1-3. Setembro, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo. Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na Arqueologia brasileira. **Revista Horizontes Antropológicos: Arqueologia e Sociedades Tradicionais**. Ano 8, vol.18, 2002a.

FUNARI, Pedro Paulo. Teoria e métodos na arqueologia contemporânea: o contexto da arqueologia histórica. **MNME Revista de Humanidades**. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó.vol. 06, nº13, dez.2004/jan.2005.

FUNARI, Pedro Paulo. O estudo arqueológico da diáspora africano no brasil. In: OGUNDIRAN, A.; Falola, T. (eds.). **Arqueologia da África Atlântica e o Africano Diáspora**. Bloomington: Indiana University Press, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo; ORSER, Charles E. Arqueologia da resistência escrava. **Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**. Vol.1, nº2, Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jul/Dez. 2004.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2001.

GONÇALVES, Hortência de Abreu; WANDERLEY, Lílian de Lins. A região da cotinguiba no espaço rural, urbano e econômico de sergipe (1780 - 1850). **Revista Geonordeste**. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe. Ano. 1. n. 1. p.40-60. São Cristóvão, 2006.

GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro; Et al. A antiga vila de santo amaro de brotas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Revista trimestral, vol.II, ano II, fascículos III e IV. Aracaju: Sergipe, 1916.

GUERRA, Amanda Estela. **Breve histórico da configuração político-administrativa brasileira**. Memória Institucional, IBGE, 2011. Disponível em: <[http://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_territorial/divisao\\_territorial/evolucao\\_da\\_divisao\\_territorial\\_do\\_brasil\\_1872\\_2010/breve\\_historico\\_da\\_configuracao\\_politico\\_administrativa\\_brasileira.pdf](http://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_territorial/divisao_territorial/evolucao_da_divisao_territorial_do_brasil_1872_2010/breve_historico_da_configuracao_politico_administrativa_brasileira.pdf)>. Acesso em: Setembro, 2013.

GUIMARÃES, Carlos Magno. O quilombo do ambrósio: lenda, documentos e arqueologia. **Estudos Ibero-Americanos**. vol. 16, nº01, p.161-174. Porto Alegre, Brazil.1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE- cidades@ - histórico - santo amaro das brotas (se)**. 2013. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos\\_cidades/historico\\_conteudo.php?](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?)>. Acesso em: Outubro, 2013.

LIMA, Tania Andrade. Arqueologia histórica no brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). **Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material**, Nova série, 1, p.225-262.1993.

MOREL, Marco. **Nove anos de violência**. In: Nossa História. Guerras que esfacelaram o Brasil. Ano 4/nº. 37. Novembro de 2006.

MOTT, Luis Roberto de Barros. **Sergipe del rey**: população, economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986.

MOTT, Luis Roberto de Barros. Os escravos nos anúncios de jornal de sergipe. **Revista do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe**. Aracaju, n. 29, p.133-177, 1987.

MOTT, Luis Roberto de Barros. **Branços, pardos, pretos e índios em Sergipe: 1825-1830.** Anais de história. Assis (SP), ano Vol. 1974.

NAJJAR, Rosana. **Manual de arqueologia histórica.** Brasília: Iphan, 2005.

NASCIMENTO, Alex Federle do; et. al. Fim da escravidão na zona da cotinguiba em sergipe na perspectiva da lei áurea. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais.** vol. 12, nº12, p.127-136, 2010.

NUNES, Maria Thétis. **Sergipe colonial I.**ed.2ª. São Cristóvão: EDUFS, 2006, p. 227

NUNES, Maria Thetis. **A presença do negro na formação étnica sergipana.** Sergipe colonial I. ed.2ª. São Cristovão: EDUFS, 2006.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe provincial I.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

NUNES, Maria Thétis. **Sergipe colonial II.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe colonial I.** Aracaju: UFS/ Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OLIVEIRA, Igor Fonsêca de. **“Os negros dos matos”: trajetórias quilombolas em sergipedelrey (1871-1888).** Dissertação de Mestrado em História Regional e Local. Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Bahia, julho. 2010.

OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. Conflitos internos em sergipe: a instabilidade política e a consolidação da autonomia (1824). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.** nº 34, p.75-101 2005.

OLIVEIRA, Terezinha. **Do método histórico.** Universidade de Passo fundo, 1997.

ORSER, Charles E. **Introdução à arqueologia histórica.** Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

ORSER, Jr. A arqueologia da diáspora africana. **Revista Anthropologia.** Vol. 27, p.63-82. 1998.

PORTO, Fernando Figueiredo. **A cidade de aracaju 1855-1865: ensaio de evolução urbana.** Aracaju: Governo de sergipe/ FUNDESC, 1991.

RAMBELLI, Gilson. **Arqueologia até debaixo d'água.** São Paulo: Maranta. 2002.

RAMBELLI, Gilson. **Arqueologia subaquática do baixo vale do ribeira, SP.** Tese Doutorado em Arqueologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

RAMBELLI, Gilson. **Projeto levantamento arqueológico na área de empreendimento das obras de reativação do estaleiro porto das redes santo amaro das brotas – se.** Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe - FAPESSE. Aracaju, julho de 2011.

RAMBELLI, Gilson. **A vida social entre o céu e o mar: navios negreiros enquanto artefatos da escravidão.** *Prelo*, 2012.

RIBEIRO, Jacinto Dias. **Santo amaro das brotas:** diário de um santamarense. Rio de janeiro, 1945.

SALVADOR, Jose Gonçalves. **Os magnatas do tráfico negreiro:** séculos XVI e XVII. São Paulo: Pioneira, 1981.

SANTANA, Clissio Santos. Nas terras da liberdade: a pequena propriedade de terra no reconcavo baiano (1850-1890). In **Anais** do Encontro Estadual de História. Universidade Católica do Salvador – UCSal. Salvador – Bahia. 27 a 30 de Julho de 2010.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. O porto de salvador e a dinâmica comercial e social da cidade. **Revista Dialética.** Vol. 4, nº4, p.25-39. Março, 2013.

SANTOS, Lenalda Andrade; OLIVEIRA, Terezinha Alves. **Para conhecer a história de Sergipe.** Aracaju: Opção Gráfica, 1998.

SANTOS, Wesley Alves dos. **Ocupação e dinâmica socioambiental da sub-bacia hidrográfica do rio Cotinguiba/se.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal de Sergipe. Aracaju/SE, 2012.

SCATAMACCIA. Maria Cristina Mineiro. **Turismo e arqueologia.** São Paulo: Aleph, 2005.

SILVA, Clodomir de Souza e. **Álbum de Sergipe:** 1534 - 1920. Aracaju: Governo de Sergipe. 1920.

SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. A participação da bahia no tráfico interprovincial de escravos (1851-1881). **Anais** do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2007a.

SILVA, Ricardo Tadeu Caíres. **Caminhos e descaminhos da abolição**: escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888). Tese de Doutorado do Curso de História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR/SCHLA, 2007b.

SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. **Revista literária do gabinete de leitura de maruim (1890-1891)**: Subsídios para a história dos impressos em Sergipe. Tese de doutorado, São Cristóvão, 2006.

SINGLETON, Theresa; SOUZA, Marcos André Torres. **Arqueologias da diáspora africana**: brasil, cuba e estados unidos. *International Handbook of Historical Archaeology*: 2009.

SOUTH, Stanley. Reconhecimento de padrões na arqueologia histórica: vestígios. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. Vol.1, nº1, p.133-148. Belo Horizonte, janeiro/junho, 2007.

SOUZA, Marcos Antonio de. **Memória sobre a capitania de sergipe**. Anos 1808. Aracaju: Sergipe, 2005.

SOUZA, Marcelo Domingos de. **A vida urbana na capitania de sergipe del rei**. Fichamento de: NUNES, Maria Thetis. Sergipe colonial II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. Disponível em: <<http://fontesdahistoriadesergipe.blogspot.com.br/2010/06/historia-de-santo-amro-das-brotas.html>>. Acesso em: Julho, 2013.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. Comércio de escravos na província de sergipe (1850-1888). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Vol.02, nº 39, p. 39-61. 23 de dezembro de 2009.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **História econômica de sergipe**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 1983.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. “Tráfico inter e intra-provincial de escravos no nordeste açucareiro: Sergipe (1850-1887)”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Vol.1, nº 31. 1992.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **Reordenamento do trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro: sergipe 1850/1930**. Aracaju: Funcaju, 2000.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. **Arqueologia histórica no brasil**: uma revisão dos últimos vinte anos. Annablume/Acervo. p. 279-310. Ano: 2009.

SYMANSKI, Luís Claudio Pereira. O registro arqueológico dos grupos escravos. **Revista do Patrimônio**. Vol.1, nº 33. 2007.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira; SOUZA, Marcos André Torres de. O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Vol.1, nº 3, p. 215-243, 2007.

THOMASI, Diele Ilha; MILDER, Saul Eduardo Seiguer. **Arqueologia histórica no mundo, na américa latina e brasil**: rupturas, permanências e perspectivas. 2006. Disponível em: <[www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2006/epg/.../EPG0000039%20ok.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2006/epg/.../EPG0000039%20ok.pdf)>. Acesso em: Julho, 2013.

## **FONTES DOCUMENTAIS**

JORNAL A UNIÃO LIBERAL, 30 de MARÇO 1854. Biblioteca Nacional Virtual.

JORNAL UNIÃO LIBERAL, 9 de Março de 1853. Biblioteca Nacional Virtual.

MAPA COM DEMARCAÇÃO DO PORTO DAS REDES, 1844. Biblioteca Nacional Virtual.

MAPA DA PROVÍNCIA DE SERGIPE DEL REY - 1844. Biblioteca Nacional Virtual.



## **APÊNDICE**

### **Apêndice A – Roteiro das Entrevistas Estruturadas**

QUAL O SEU NOME?

QUANTOS ANOS VOCÊ TEM?

ONDE NASCEU?

HÁ QUANTO TEMPO MORA EM SANTO AMARO DAS BROTAS?

O QUE VOCÊ SABE SOBRE A ESCRAVIDÃO DE SANTO AMARO DAS BROTAS?

COMO VIVIAM OS ESCRAVOS EM SANTO AMARO DAS BROTAS?

E SOBRE O PORTO DAS REDES III, O QUE VOCÊ LEMBRA?

COMO ERA A ESTRUTURA DO PORTO DAS REDES III?

QUAIS ERAM AS EMBARCAÇÕES QUE ATRACAVAM NO PORTO DAS REDES III EM SANTO AMARO DAS BROTAS?

O QUE VOCÊ PODE FALAR SOBRE A PROFUNDIDADE E EXTENSÃO DO RIO SERGIPE NA ÁREA DO PORTO DAS REDES III?

**ANEXO 1 – Carta Cartográfica de Sergipe D’el Rey 1844**

Fonte: Biblioteca Nacional Virtual











## ANEXO 5 – Notícias Relacionadas ao Porto das Redes 1853

**A UNIÃO LIBERAL.**  
 JUSTIÇA E PROSPERIDADE.  
 JORNAL POLITICO, LITTERARIO E COMMERCIAL.

ANNO 2.º QUARTA FEIRA 9 DE MARÇO DE 1853. N.º 38.

PREÇOS DA ASSIGNATURA.

Por um anno	80000
Por seis meses	45000
Por tres meses	25000

[ Pagamento adiantado ]

**PROFECIA.**

Al Ex.<sup>ta</sup> Sr. Barthelemy José Antonio de Oliveira e Silva, mais breves se-  
 rão as palavras, ou melhor, para outra  
 provincia. Desencadilhado como anda em  
 sua administração, a palavra — lei —  
 não acha registro no livro da sua consci-  
 ência. — está perdida, não pôde mais  
 governar. —  
 Pense-se que não nos deixa saudades.

**A UNIÃO LIBERAL.**

TORNAMOS.

**N**ão nos esquece o famoso obli-  
 vioso.  
 Quando a lembrança do novo e me-  
 morável e não esquecido de uma apre-  
 ciação das regras constitucionais. — é  
 sempre acompanhada de uma girândola  
 de hilariante.  
 Depois da loucura ou promessa ris-  
 co de compaixão, — não a compaixão é a  
 heresia do século adiantado, que au-  
 gmenta mais um capítulo na sciencia da  
 administração.  
 Triste destino! — Quando os governos  
 não se rotam do prestigio, que é a sua  
 heresia do presente como do futuro,  
 quando em vez da melhora e circun-  
 scepção nos negócios publicos saltam val-  
 lades e ribeiros, e perdem as monta-  
 nhas e desertos, e a sua existência é  
 fútil e clonética, — é um nome da  
 estrada, que o viajante escuta para cal-  
 cular a distancia.  
 Surtos da oposição; — nas nubes assu-  
 pto das para o alto pelo regimento re-  
 presentativo.  
 Nesta arena desista, porque os partí-  
 dos contribuem para a existência das  
 instituições porque é ao debate, é o  
 diálogo das opiniões contraditórias, q-  
 ue resume a vida politica de um povo  
 livre.  
 Só no Brasil, em que a tyrannia sub-  
 stitua a opinião, só neste paiz em que o

poder quebra a corrupção dos cidadãos,  
 há a facilidade de passar a rasura sobre  
 toda as intelligencias, e querer-se car-  
 rar a consciencia publica nos interesses  
 pessoais.  
 O governo politico não lida com os  
 interesses da oligarchia, — assim tota-  
 rito se acorda na indiferença pela pu-  
 blica fidelidade.  
 Não podemos, não devemos por isso  
 lançar o véo sobre as chagas, que todos  
 os dias se abrem na liberdade; — não de-  
 vemos ser indiferentes aos engodos com  
 que transição todos os dias o systema re-  
 presentativo, e o todo se passa apena-  
 das para os crimes do absolutismo.  
 Agora ainda uso da memora da hy-  
 pocrisia, — amen! a luz se mostrou a  
 rosto desolado, e nos estafou os grá-  
 tulos da captivagem.  
 A estrada já leva grande atropel; — o  
 que contém é a applicação das regras.  
 Trianglemos as relações pessoais, e  
 — giram fôra dos eixos as rodas governa-  
 tivas, nada mais importa, nada mais des-  
 porta a oligarchia.  
 Não reconhecem que a base do insti-  
 tuto representativo é a eleição sincera e  
 livre.  
 Todos sabem como se passaram elei-  
 ções entre nós, — como foram as eleições  
 no imperio.  
 O governo encostou-se á insignificantes  
 minorias, — analisou o direito das ma-  
 iorias, — e mesmo essas minorias for-  
 da consciencia dos votantes um ceto ro-  
 to, ou o gesto da abjeção constitucional.  
 A assembleia provincial podia e devia  
 representar ao parlamento contra essas  
 violencias, — contra essa degradação so-  
 cial. Faltaria, por que a honra e res-  
 peito prescrevem esse dever á camera  
 provincial.  
 Entretanto era um golpe mortal, que  
 era mister desviar, porque acima de tudo  
 está a victoria eleitoral.  
 A maneira era saldar a assembleia até  
 serem reconhecidos depostos pela ca-  
 mara temporaria esses dois homens, que

serio tudo, menos representantes de  
 Sergipe.  
 Assim ficou adida a assembleia até o  
 1.º de junho, tempo largo para a legiti-  
 midade da corrupção, da escarnea, da  
 violencia e da infamia.  
 Isto é a responsabilidade da presiden-  
 cia pelos ditados despendidos. Seria  
 de do arguimento aconselhando a cora-  
 dia do carioo adiantado, que para ma-  
 ior singularidade descompõem despeja-  
 damente o gabinete imperial, por não  
 saber cumprir os deveres a seu cargo?  
 O que nos restará por ver? —

**PARTE INDUSTRIAL.**

ESTADO DA QUESTÃO.

Desde quando a abruza das terras colonias?

(Continua de n.º 37.)

Temos referido antes, que concorrer  
 para a deterioração da lavoura, — convém  
 renovar-las com cuidado, curas-las radical-  
 mente em beneficio da população, e da  
 existência da provincia, que devemos  
 salvar.  
 Teremos conseguido o grande e desi-  
 deratum, e quando a convicção fôr pro-  
 funda, — quando o pensamento domi-  
 nante fôr o interesse geral, — a dignida-  
 de da provincia, e a sua prosperidade.  
 No momento porém em que lançamos  
 estas palavras, — no momento em que  
 reflectimos nas causas perniciosas da lavoura  
 publico, — uma outra assoma estar e  
 vigorosa.  
 A marfapa da allandega do Porto das  
 redes para a Barra dos Coqueiros carva  
 de um jacto a sepultura das nossas in-  
 dustrias.  
 A questão sobre a verdadeira applica-  
 ção desta repartição tem sido agitada por  
 quasi todos as presidencias desde 1843.  
 Na administração do sr. Peretti fez-se  
 um pequeno ensaio; — mas os clamores  
 do commercio, e um conhecimento mais  
 esclarecido pela experiencia, contribuiu

## ANEXO 6 – Notícias Relacionadas ao Porto das Redes 1853

para re-colocar-se essa repartição no Porto das Redes, (\*) onde permaneceu até poucos dias, sem haver por parte do commercio representação, nem o menor brado para ser demovida dali. Esse ensaio, que não custou pequena despesa aos cofres publicos, foi o argumento mais poderoso para a recondução.

As obras que por essa occasião se fizeram no Porto dos Cogueiros ou não existem, ou estão em ruína, — entretanto a urgencia da ultima mudança é tão grande, que não se podem esperar, que se repare o que fôr feito em 1843. —

Não é de facil credito que se desloque assim uma repartição de arrecadação, e que se desca de todo todas as considerações de interesse publico.

Em verdade não se descreve as vantagens, que a fazenda publica possa ter com a alfândega na barra, — e que titulo de preferencia aconselhasse a mudança, depois do ensaio em 1843.

Não merecem os fôcos da discussão os motivos, que no diser publico, aconselhado hoje a mudança, porque ficam acima de toda a analyse.

Entretanto em um facto tão momentoso o que mais excita a attenção, é não ter sido consultado o commercio sobre as vantagens da mudança!

Parce que a corporação commercial deveria merecer a consideração de ser ouvida em um assumpto de tanta transcendencia, mesmo porque seria o melhor conselho do governo.

A face, pela qual os homens sensatos, tem encarado seriamente esse qüestão, é a fiscalização da renda. Com este fim a balança é contra a mudança, — e a fiscalisção pronuncia-se pela conservação; — e a razão é, porque todos os barcos nacionaes ou estrangeiros, de cabotagem ou de longo curso, ao entrar na barra são logo visitados, — as escotilhas lacradas, — seguindo a in continencia para o Porto das Redes, onde ficava de-

baixo da fiscalisção da alfândega. Seria por tanto no projecto da barra para o Porto das Redes que havia recuo do contrabando da cabotagem em generos, que não com os direitos pagos, e apenas responsavel por meio a 1 e meio p. c. de expediente? —

Seria em acção da rigorosa justiça para a Provincia, a alfândega em mãos o fôr publico, e cahir-se seriamente de melhoramentos importantes.

Valeria mais desprovar o pequeno rendimento da alfândega em beneficio da Provincia, — e transpôr-se ao commercio a livre entrada dos generos por cabotagem: — e assim poderia justificar-se o nosso commercio colonial com a Barra.

A Alfândega rendeu no anno financeiro de 1851 a 1852 rs. 17.693\$092; — entretanto esta insignificante renda publica não pode ser bem fiscalisada no Porto das Redes, — mudase a alfândega para a barra, não obstante difficuldade o commercio, não obstante subcarrregar-se ainda mais a agricultura.

Todos sabem que as alfândegas devem sempre ser collocadas em lugar, onde o rio ou o ajustamento de mais rios deão de ser navegáveis pelas embarcações de alto bordo, — ficando ao mesmo tempo o mais proximo possível aos pontos para os quaes são destinados os generos, ou aos trapicos e armazens, que os recebem.

As maiores e mais importantes cidades e ports commerciaes do mundo seguem este systema, e a prova está em Londres, Hamburgo, Petersburgo, Bordeaux, Porto, Lisboa, Nova-york, Philadelphia e muitas outras, em nenhuma das quaes a alfândega está na barra ou embocadura de rios, — mas dentro da cidade, distante em alguns destes lugares 40 a 80 milhas da barra ou embocadura.

Além disto é evidente que o transporte de qualquer genero em navios maiores é mais barato, do que em canoas, — e em parte hehum se apresenta este facto mais palpavel do que entre nós.

Estando a alfândega no porto das Redes o negociante, que recebe os generos da Barra despachava-os, e recolhia-se para sua casa no mesmo dia, por que a pequena distancia permitia essa facilidade, quer morasse em Marim, quer em Laranjeiras. Com a alfândega na Barra tem de dudar na resposta com immenso incommodo pessoal, sugistando-se a uma demora illimitada, se os generos não estiverem desembarcados; — e se houverem concorrencias para despachar, terá um demora de tres ou quatro dias, fazendo maiores despesas, e perdendo tempo offia precioso, pela irreducção da mudança.

Acresce tambem a difficuldade de transporte em canoas com vinção fresca, — e o risco dos generos, quando não de se submergirem, pelo menos de uma avaria.

Avallien-se agora as novas despesas, que serão pagas pela lavoura. —

Transporta-se, por exemplo, 100 arrobas de carne ou de generos de igual peso por 1000 reis — do Porto das Redes para o Marim; — com a Alfândega na barra a despesa será pelo menos de 4000 a 5000 reis — !!

Com esta base avallien-se tambem as despesas, que faz o commercio do Rosario, Capella, Socorro, Itabaiana &c.

É mister ter os olhos vendados para não conhecer que esta mudança afecta o commercio, — e grave dolorosamente a lavoura, porque o negociante hade descontar todas as despesas no vendy dos objectos importados, e o consumidor as pagará, encarecendo-se deste modo o consumo da Provincia.

Por outro lado o comprador do assucar desconta igualmente as novas despesas, que receberá directamente no producer, em quem recebe em ultima analyse toda a extensão do erro. — (\*\*)

Esta mudança alem disso não está de accordo com o disposto no art. 71 do Regulamento das Alfândegas, que diz: — „Estará collocada (a Alfândega) o mais perto possível ao desembarque, e a no sitio o mais comodo para o commercio.“

É justamente o lugar mais longe para o desembarque, — e o sitio mais incommodo para o commercio!!

Sem nos desarmarmos com mais reflexões sobre um ponto por si mesmo claro, devemos registrar aqui a opinião do nosso finado amigo o Ex.<sup>o</sup> Sr. Dr. Amancio João Pereira de Andrade sobre este assumpto, quando entregou a Presidencia desta provincia no dia 19 de Julho de 1851.

„Tendo sido reconhecida a necessidade de um edificio apropriado para a repartição da Alfândega, por ser pessimo o que existe actualmente, havia-se já designado, e como o mais conveniente, o local do Porto das Redes pelo Aviso de 28 de Janeiro de 1846 e portaria do Thesouro de 13 de Março de 1848; — consignando-se para essa obra no § 30 da lei de 28 de Outubro do mesmo anno de 1848 a quantia de 20:000\$000 de reis, que não chegou a ter applicação, por ter o governo julgando ainda necessarias mais algumas esclarecimentos sobre a escolha da situação.

Novas informações acabão de ser ministradas á Secretaria d' Estado dos Negocios da Fazenda.

(\*\*) A alfândega na Barra custa annualmente 4000 a 5000\$000 rs.!!

## ANEXO 7 – Notícias Relacionadas ao Porto das Redes 1853

E o inspector da Thesouraria g'ral, depois de ter visitado o Porto das redes e o da Barra dos coqueiros, pronunciou-se pela continuação do edificio neste outro lugar.

Tendo achado que o canal do Porto das redes não é tão largo como o dos Coqueiros, e concebendo algumas apprehensões pela impossibilidade futura d'aquelle canal, se continuarem as descargas das lastras das embarcações: como é costume, era uma illusão ou creia que ha fica fresta, intende o inspector que o local mais apropriado é o Porto dos coqueiros, que, demais, por ficar proximo da barra, proporcionará melhor desembarque e Alfindaga de impedir que passem por alto os mercaderes, na extensão que dahi vai ao Porto das redes toda semente de embarcações de rio e bons lugares de desembarque.

Em opposição a estas razões ha muitos argumentos, que parece não são para desprezar.

O interesse da fiscalisação já tinha feito que, ha poucos annos, fesse mudada a Alfindaga do Porto das redes para o dos coqueiros: — mas, á falta de um deposito para accommodar o grande numero de caixas, que se exportão, e onde se pudesse exercer a inspecção da Alfindaga sobre o peso e qualidade do assucar, muito soffredão os carregadores pela demora das embarcações, pela perda das marés para sahida das embarcações, e pela subida dos fretes, e em razão das despesas com a condução das caixas na grande distancia que tinham a percorrer de 5 legoas e até de 8, como é a extensão que vai do porto de S. Anna á Barra dos coqueiros.

Tendo soffrido muito os dous pontos mais commerciaes da provincia, Marim e Lagangiras, dando-se a este mais tres legoas de distancia por mar, e aquelle muito mais distancia, também por mar, e viajando-se-lhes ao mesmo tempo um pequeno trecho por terra pela estrada do Ganto do negro, que apenas precisa de algum melhoramento, e muito também diminuir a exportação, e ácerca, por isso, a Alfindaga para o mesmo local do Porto das redes donde tinha sahido.

Basta saber se ali se poderá conservar sem inconveniente.

O argumento mais forte, que a isso se oppõe, é o da estreiteza do canal, e o risco de que as areias, que se lança na fôrta que lhe fica fresta, possa um dia tirar ao canal a profundidade necessaria, tornando-o impraticavel.

Entretanto sabe-se geralmente que, se não é o canal tão largo como o dos Coqueiros, e é muito extenso e tem muita sufficiente para a ancoragem das embar-

cações, que navega pela barra da Castanheira, — e tanto mais quanto as que carregão em outros portos só se demoram o tempo preciso para a descarga da importação de cabotagem.

E se mostrando a experiencia de longos annos, que as correntes de varios rios que para ali affluem, tem sempre deixado livre e desembaragado o canal, parece não ser muito de presumir que se torça um dia impraticavel, momentaneamente se pode evitar o inconveniente, que se receia, das lastras sobre a fôrta, designando-se para elles outros lugares, que offerecem o rio abaixo de ancoradouro.

Quanto á fiscalisação, para evitar o contrabando das mercaderias que se possa tirar por alto na distancia, que se tem de percorrer da Barra dos coqueiros até o Porto das redes, — e parece que se poderia isto remediar com a residencia de um empregado da Alfindaga, que ali estivesse para visitar as embarcações na entrada, e sellar os escatilhas.

Como quer que seja, mais urgente a necessidade de um edificio para a repartição da Alfindaga, e se não possa mais demorar a sua construcção, offerece o pessimo estado desse outro que actualmente existe; — seria prudente, em face da divergencia de opiniões sobre a localidade, que se não usasse já de um edificio mais custoso, que poderia reservar-se mais para diante depois de construído o que deva a Provincia; — construindo-se agora, ou no Porto das redes, ou no dos coqueiros, uma casa de arrecadação, apenas com os commodos e propores, que exigem as circumstancias actuaes. Obra esta que a se fizer-se no Porto das redes, poderá conduzir-se, na opinião de pessoas entendidas, com 4 á 5-000\$000 de reis; porque tem-se ali mesmo a pedra necessaria para a construcção, e a madeira, que se pode obter a muy pequena distancia das matas das Urubas; e entretanto que será preciso terer o duplo desta importância para um edificio igual ao Porto dos coqueiros, pelo grande despendio com o transporte dos materiais, e despendo conduzir-se do Porto das redes a pedra, e a madeira das referidas matas, a medeira. ...

Es aqui como o illustado presidente entendia a questão, como discorria com sincero patriotismo, e se desvelava pela prosperidade desta terra, em que tantas saudades deixou.

Vê-se que dá toda a preferença ao local do Porto das Redes, — e que não lhe metto o peso o voto do inspector da Thesouraria, que opinava pelo Porto dos Coqueiros.

Deus quera que o mal não vá mais adiante, — e que a Alfindaga não se ata-

he por uma vez, para ficarmos sem commercio exterior!

A Provincia de Sergipe está no caso de coherer o que lhe convém, o que a prejudica; — e deve pensar na sua actualidade e no seu futuro.

Não está no caso de tomar a ruína por Juro, apregar a sua propria ruína, e fazer um papel anthonauto, que a pode deshonrar.

As questões mais importantes para a Provincia são todas mercantis; — deve por isso estudar e discutir os melhoramentos urgentemente reclamados, e as necessidades indeclinaveis exigidas pela civilisação.

Havemos de continuar.

S. Pinto de Carvalho.

## EXTERIOR.

As noticias de mais importancia, que referem os jornaes recebidos pelo Paquete Texier entrado na Bahia no dia 5 do mez passado são as seguintes, —

O ministerio Bravo Murillo, que tanto pelas passas á imprensa espanhola, e que tão empenhado se mostrou em reformar o governo depois no sentido absolutista, não podendo lutar por mais tempo contra a opinião publica, deu sua demissão.

O novo ministerio já organizado por D. Francisco de Boncall conde de Alcoy, que ficou presidente do conselho de ministros dos negocios estrangeiros.

A queda do gabinete retrogrado de Bravo Murillo foi acolhida em todas as provincias da Espanha com geral sentimento de jubilo.

O governo ingles pediu ao parlamento um recrutamento extraordinario de 5000 marinheiros e 1500 soldados de marinha, e que foi approved. Para defesa das costas do canal da Mancha, peço também o mesmo governo, que se estacionassem logo no canal tres fragatas e cinco vapores; — e além disso em Plymouth quatro naves de linha e cinco vapores; — em Portsmouth cinco naves, duas fragatas e seis vapores. —

Com este augmento, o total das forças inglesas de mar e terra ficará de 234,000 homens, aos quaes serão ainda addicionados 45,000 que se achão espalhados pelas colónias.

Nas construcções navias se destinou a somma comparativamente escassa de 380,000 libras esterlinas, unicamente para machinas de vapor. —

O gabinete Tory presidido por Lord Derby havia sabido, porque discutindo-se o orçamento soffria uma derrota par-



## ANEXO 8 – Vista Parcial das Prospecções Realizadas nas Imediações do Antigo Porto das Redes Feitas por Rambelli em 2011



Foto 13: Vista parcial do segundo dia de prospecções na área C.



Foto 14: Abertura e verificação de existência de material arqueológico no poço-teste.



Foto 15: Controle do nivelamento do poço-teste.



Foto 16: Identificação de poço-teste concluído.

Prancha 4 - Abertura de Pt's na área C.

Fonte: Rambelli (2011)

**ANEXO 9 – Alguns dos Materiais Líticos que Foram Encontrados nas Imediações do Antigo Porto das Redes por Rambelli em 2011**



Foto 25: Instrumento lítico - PT C22



Foto 26: Lítico - Coleta de superfície - Quadrante F - Área A



Foto 27: Lasca - Coleta de superfície - Quadrante E - Área A.

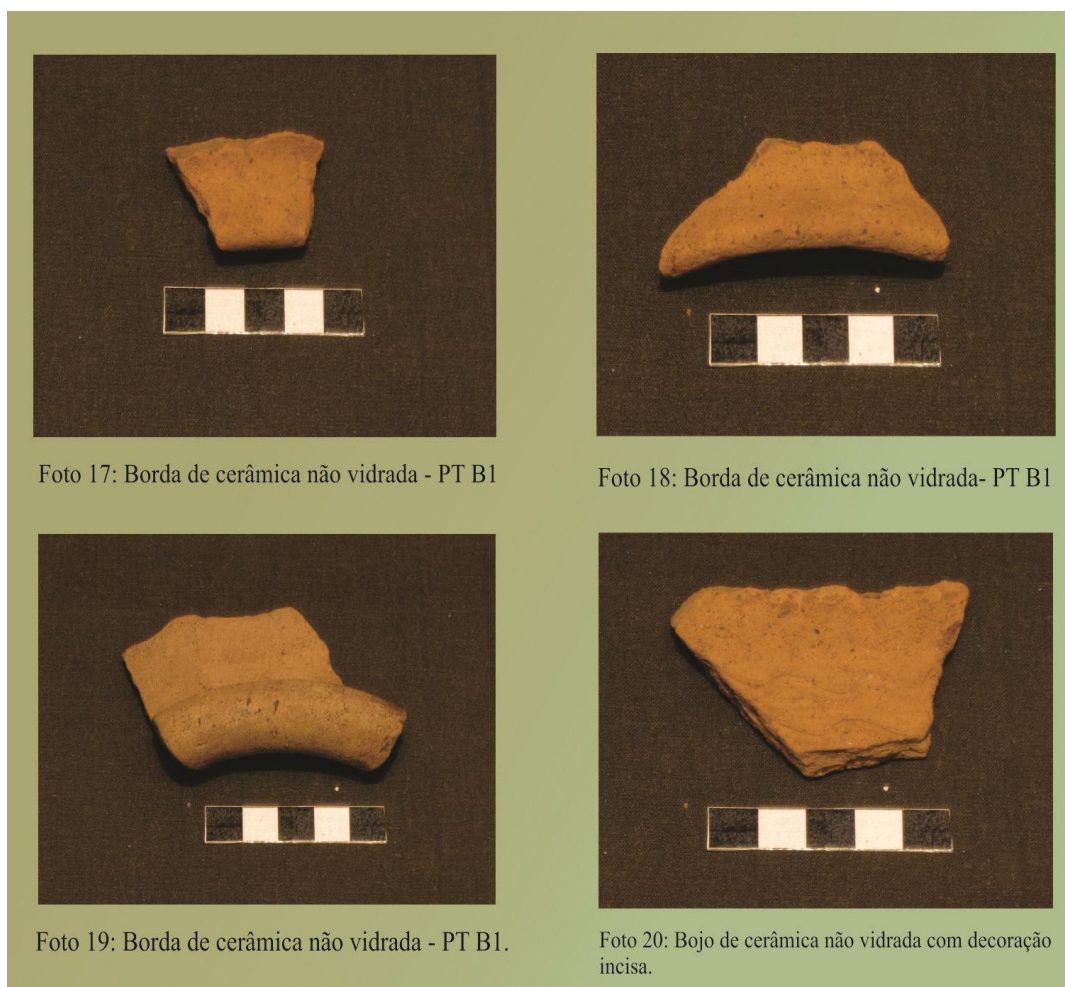


Foto 28: Lítico - Coleta de superfície - Quadrante E - Área A

**Prancha 7 - Materiais processados em laboratório**

Fonte: Rambelli (2011)

**ANEXO 10 - Alguns dos Materiais Cerâmicos que Foram Encontrados nas Imediações  
do Antigo Porto das Redes por Rambelli em 2011**



Prancha 5 - Materiais processados em laboratório

Fonte: Rambelli (2011)